



Universidade de Brasília

Instituto de Letras

Departamento de Teoria Literária e Literaturas

Programa de Pós-Graduação em Literatura

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

***O Silmarillion*, de J. R. R. Tolkien e as Virtudes Cardeais:**

Literatura Fantástica e Moral Cristã

Jonas Filippe Matos de Souza

Brasília, Dezembro de 2018

Jonas Filippe Matos de Souza

***O Silmarillion*, de J. R. R. Tolkien e as Virtudes Cardeais: Literatura Fantástica e Moral Cristã**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura do Departamento de Teoria Literária e Literaturas da Universidade de Brasília como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Teoria Literária.

Linha de Pesquisa: Estudos Literários Comparados.

Orientador: **Prof. Dr. Wiliam Alves Biserra**

Brasília, Dezembro de 2018.

JONAS FILIPPE MATOS DE SOUZA

***O Silmarillion*, de J. R. R. Tolkien e as Virtudes Cardeais: Literatura Fantástica e Moral Cristã**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura do Departamento de Teoria Literária e Literaturas da Universidade de Brasília como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Teoria Literária.

Aprovado em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Wiliam Alves Biserra (Orientador)

Prof. Dr Danglei de Castro Pereira (Membro Interno)

Dr Ives Gandra da Silva Martins Filho (Membro Externo)

Prof. Dr. Luiz Augusto Antunes Netto Carreira (Suplente)

Brasília, Dezembro de 2018.

*Afastai, Senhor, de mim, a dupla
obscuridade na qual eu nasci:
o pecado e a ignorância.”*

Santo Tomás de Aquino

Agradecimentos

Ao Pai, criador inefável, onipotente e eterno; ao Filho, caminho, verdade e vida; ao Espírito, doce hóspede da alma. À Trindade Santa, por me darem a graça de iniciar, continuar e terminar esta dissertação. À Sua Mãe e minha, por acompanhar-me desde sempre, dando-me forças quando quis desistir. Obrigado!

À J.R.R. Tolkien, que por meio de sua sub-criação mostrou-me um mundo fantástico, imprescindível na formação de quem eu sou; por sua maestria, sua poética, seu encanto. Obrigado!

Ao Doutor Angélico, por sua sabedoria e sua filosofia; por me fazer consciente da dupla obscuridade na qual nasci e ensinar-me a pedir à Deus que afaste-as de mim. Obrigado!

À minha mãe, que me mostrou o caminho do conhecimento e sempre me incentivou a permanecer nele. E ao restante de minha família por apoiarem, mesmo as vezes sem entender, minhas escolhas acadêmicas. Obrigado!

Aos meus amigos (antigos e novos) que foram de grande importância na minha caminhada - acadêmica e de vida. Agradeço especialmente aqueles que conheci através da Escola de Evangelização Santo André, que, na medida de cada um, entenderam, apoiaram, auxiliaram, escutaram meus lamentos e fizeram, com sua presença, mais fácil carregar este mestrado adiante. Obrigado!

Por fim, agradeço a todas as pessoas que, com sua companhia e oração, me acompanharam durante esse projeto e que, mais confiantes em mim do que eu mesmo, acreditaram. Muito obrigado!

Resumo

A presente pesquisa, intitulada “*O Silmarillion, de J. R. R. Tolkien e as Virtudes Cardeais: Literatura Fantástica e Moral Cristã*” visa a análise das influências da moral cristã e de conceitos religiosos e teológicos, especificamente os conceitos das virtudes cardeais nos textos literários fantásticos de John Ronald Reuel Tolkien. Ademais, busca entender como as convicções e crenças pessoais do autor influenciaram suas obras, buscando na Bíblia exemplos que comprovam isto. A presente dissertação possui como fundamentação teórica as discussões acerca do papel do inconsciente do autor dentro do processo de escrita, procurando entender como este é influenciado pelo primeiro; e de que maneiras o autor representa isso em suas obras. Discute-se ainda sobre o gênero literário fantástico, campo de estudos ainda em desenvolvimento dentro da área dos estudos em literatura, e como este gênero é capaz de aproximar a área da literatura e da religiosidade - de acordo com o próprio Tolkien; assim como também é discutido a leitura dos textos bíblicos em seu caráter literário. Por fim, a pesquisa fundamenta-se também no pensamento filosófico-teológico católico, que determina as virtudes cardeais como quatro: prudência - a virtude que leva em consideração da razão para fazer o bem -; a justiça - a virtude que observa através de atitudes o bem devido e reto -; a fortaleza - a virtude que dá firmeza de ânimo frente ao mal -; e a temperança - virtude que ordena as paixões que contrariam o bem da razão. Esta pesquisa, portanto vincula-se na área de Estudos Literários Comparados e no eixo de interesse de Literatura e Sagrado, tendo a intenção de investigar as relações existentes entre a moral cristã-católica e sua influência na criação das obras e personagens literárias de Tolkien, comparando-as às virtudes cardeais, apresentando suas relações, inspirações e personificações na obra a partir da influência e presença de referências aos Textos Sagrados encontrados dentro da narrativa de Tolkien.

Palavras-chave: Literatura Comparada; Virtudes Cardeais; Bíblia; Literatura Fantástica; Tolkien.

Abstract

The present research, which title is “*O Silmarillion, de J. R. R. Tolkien e as Virtudes Cardeais: Literatura Fantástica e Moral Cristã*” or “*The Silmarillion, by J.R.R. Tolkien and the Cardinal Virtues: Fantastic Literature and Christian Morals*” aims at the analysis of the influence of christian morals and religious and theological concepts, specifically the concepts of cardinal virtues on the fantastic literary text by John Ronald Reuel Tolkien. Moreover, it tries to understand how the author’s personal convictions and beliefs influenced his works, researching the Bible for examples that prove that. The present master’s thesis has as theoretical fundamentation the discussions around the role of the author’s unconscious in his writing process, understanding how the latter is influenced by the first; and in what ways the author represents it in his works. It is also discussed about the fantastic genre, a study field still in development inside the literary studies, and how this genre is capable of bringing together literature and religion - according to Tolkien himself; as well as discussed the reading of biblical texts in their literary character. Lastly, this research is also based upon the catholic philosophical-theological thinking, which determines the cardinal virtues as four: prudence - the virtue that takes into consideration the reasoning in order to do good -; justice - the virtue that observes through actions the righteous and due -; courage - the virtue which gives strength to uphold against evil -; and temperance - the virtue that orders the passions which go against the good of reason. Therefore, this research links itself in the Compared Literary Studies field area, intending on investigating the existing relations between the christian-catholic morals and its influence on the creation of Tolkien’s literary works and characters, comparing them to the cardinal virtues, presenting their relations, inspirations and personifications in the book through the influence and the references to the Sacred Texts found in Tolkien’s narrative.

Key-words: Compared Literature; Cardinal Virtues; Fantastic Literature; Bible; Tolkien.

LISTA DE QUADROS & TABELAS

TABELA 1: A Ocorrência das Virtudes em <i>O Silmarillion</i>	55
QUADRO 1: A Humildade dos Ainur diante da Música de Ilúvatar	56
QUADRO 2: A Solércia de Melkor antes da Queda	57
QUADRO 3: Auto-suficiência e Simplicidade de Eru nos Segundo e Terceiro Tema da Música	57
QUADRO 4: Falta da virtude da Fortaleza	58
QUADRO 5: A Cautela de Ilúvatar em relação à Música	59
QUADRO 6: Justiça Comutativa de Manwë a Melkor	60
QUADRO 7: A Prudência como virtude marcante em Manwë e Varda	60
QUADRO 8: Humildade e Simplicidade de Aulë em oposição à Melkor	61
QUADRO 9: Mandos como união das virtudes da Prudência e da Justiça	62
QUADRO 10: Estë como símbolo da renovação das forças	63
QUADRO 11: Nienna como símbolo da Perseverança	63
QUADRO 12: Tulkas como símbolo de Coragem	64
QUADRO 13: Tulkas como símbolo da Força e Coragem	64
QUADRO 14: Humildade de Manwë	65
QUADRO 15: Criação dos Anões por Aulë e julgamento de Eru	66
QUADRO 16: Fortaleza de Manwë	67
QUADRO 17: Julgamento de Melkor pelos Valar	67
QUADRO 18: A Prudência de Finarfin	68
QUADRO 19: A Prudência de Fingolfin e a insensatez de Fëanor	69
QUADRO 20: Julgamento de Fëanor. Mandos como Símbolo da Justiça	69
QUADRO 21: O hábito da Prudência em Finarfin	70
QUADRO 22: Maldição dos Noldor por Mandos	71
QUADRO 23: Prudência de Maedhros	71

QUADRO 24: Prudência de Fingolfin	72
QUADRO 25: Prudência de Thingol	72
QUADRO 26: Prudência de Angrod	73
QUADRO 27: Ira de Caranthir e Temperança de Maedhros	73
QUADRO 28: A Prudência como inclinação divina (Turgon e Finrod)	74
QUADRO 29: Prudência de Círdan	75
QUADRO 30: Justiça e Prudência Política de Turgon sobre Eöl	76
QUADRO 31: Justiça Natural de Turgon e do povo de Gondolin	76
QUADRO 32: Prudência e Fortaleza de Maeglin	77
QUADRO 33: Fortaleza de Maedhros	78
QUADRO 34: Fortaleza de Fingolfin perante Morgoth	78
QUADRO 35: Fortaleza de Fingolfin mesmo perante um inimigo mais forte	79
QUADRO 36: Fortaleza da Casa de Barahir	80
QUADRO 37: Prudência e Fortaleza dos Homens contra Morgoth	81
QUADRO 38: Fortaleza dos Haladin	81
QUADRO 39: Fortaleza como atacar o perigo	82
QUADRO 40: Fortaleza e Justiça dos Homens	82
QUADRO 41: Fortaleza como atacar o perigo	83
QUADRO 42: Reconhecimento da Coragem de Túrin por Glaurung	83
QUADRO 43: Prudência ao invés de Coragem de Brandir	84
QUADRO 44: Nova Prudência de Túrin baseada no passado	84
QUADRO 45: Coragem de Túrin e Hunthor	85
QUADRO 46: Justiça e vingança de Húrin	85
QUADRO 47: Prudência de Idril mesmo em tempos de paz	86
QUADRO 48: Resultado da Prudência de Idril	87
QUADRO 59: Coragem dos habitantes de Gondolin	88
QUADRO 50: Justiça de Manwë sobre a viagem de Eärendil à Valinor	89
QUADRO 51: Coragem dos Vanyar	90

QUADRO 52: Coragem dos Edain	90
QUADRO 53: Justiça de Eönwë	91
QUADRO 54: Conselho de Prudência dos Valar aos dunedain	92
QUADRO 55: Perversão das virtudes da Prudência e Justiça por Sauron	93
QUADRO 56: Prudência de Amandil	94
QUADRO 57: Prudência de Gil-galad em relação a Sauron	94
QUADRO 58: Prudência de Celebrimbor	95
QUADRO 59: Fortaleza dos Anões	96
QUADRO 60: Coragem de Gil-galad e Elendil	96
QUADRO 61: Prudência e Fortaleza de Gandalf	97

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	01
2.	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: O SIMBOLISMO, O GÊNERO LITERÁRIO E AS VIRTUDES NA TEOLOGIA CATÓLICA	09
2.1.	SOBRE O INCONSCIENTE DO AUTOR E A ESCRITA	09
2.1.1.	O INCONSCIENTE DO AUTOR	10
2.1.2.	O SIMBOLISMO NA LITERATURA	11
2.2.	SOBRE OS GÊNEROS LITERÁRIOS	14
2.3.	SOBRE A LEITURA DO TEXTO BÍBLICO COMO LITERÁRIO	19
2.4.	SOBRE A VIRTUDE SOB A ÓTICA DA TEOLOGIA CATÓLICA	24
2.4.1.	A VIRTUDE COMO APERFEIÇOAMENTO DAS POTÊNCIAS DA ALMA	27
2.4.2.	A VIRTUDE MORAL E A VIRTUDE INTELECTUAL	29
2.4.2.1.	AS VIRTUDES CARDEAIS	31
2.4.2.1.1.	A PRUDÊNCIA	33
2.4.2.1.2.	A JUSTIÇA	36
2.4.2.1.3.	A FORTALEZA	39
2.4.2.1.4.	A TEMPERANÇA	41
3.	ANÁLISE DA NARRATIVA	43
3.1.	AS VIRTUDES EM TOLKIEN: SUA VIDA EM SUA OBRA	43
3.2.	O SILMARILLION: A VIRTUDE NA NARRATIVA DE TOLKIEN	46
3.2.1.	AINULINDALË	56
3.2.2.	VALAQUENTA	60
3.2.3.	QUENTA SILMARILLION	64
3.2.4.	AKALLABËTH	91
3.2.5.	DOS ANÉIS DE PODER E DA TERCEIRA ERA	94
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
5.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	102

INTRODUÇÃO

O que um texto literário fantástico, uma narrativa centrada em um mundo aparentemente pagão e completamente destituído de símbolos amplamente usados durante toda a história do Cristianismo pode ter em relação com esse mesmo Cristianismo? Buscando responder esta pergunta, a presente dissertação procura entender qual é o papel do gênero literário fantástico e como este pode apresentar um discurso religioso. A pesquisa busca de que maneira o inconsciente do autor, através dos símbolos, manifesta-se em uma obra literária. Aproximando todos esses conceitos da Teologia Católica, a pesquisa vai a fonte desta para aprender junto à Escola de São Tomás de Aquino o que são as virtudes cardeais, manifestadas na obra literária através de seus símbolos. Por fim, esta pesquisa procura entender como a obra fantástica *O Silmarillion*, do autor inglês J. R. R. Tolkien, pode ser lida como a gênese das virtudes de seu universo fantástico; e quais e quantas vezes tais virtudes fazem-se presentes em sua narrativa.

A Civilização Ocidental possui três pilares: seu modo de organizar a sociedade baseia-se no Direito Romano; seu modo de pensar vem da Filosofia Grega; e seus valores são provenientes da Religião Judaico-Cristã. Neste último, o cristianismo, especialmente através a Igreja Católica Apostólica Romana, exerceu com seus valores uma influência ímpar em várias esferas políticas, sociais e econômicas desde o seu surgimento na Palestina do século I, seja nos estudos das ciências, no desenvolvimento das teorias do Direito ou Administração e também na Literatura.

Clássicos reconhecidos como parte do Cânone Literário Ocidental como *A Divina Comédia*, de Dante Alighieri, publicada no século XIV, ou ainda as obras de cunho teológico mas que possuem significativa expressão através de poemas e obras em prosa de São João da Cruz e Santa Teresa D'Ávila, que marcaram o chamado *Siglo De Oro* da Literatura Espanhola, são apenas alguns exemplos de tal influência. É possível identificar, desta maneira, que a Espiritualidade Cristã sempre teve um olhar próximo à expressão literária, utilizando muitas vezes da Literatura para narrar e transmitir seus ideais e conhecimentos, sejam em obras encomendadas pela Igreja para este fim específico, ou ainda em obras onde

isso ocorre de maneira espontânea, por causa da afiliação do autor com o pensamento ideológico da Igreja - como é o caso das obras de J.R.R. Tolkien.

É sabido que um meio frequente utilizado pelos autores para significar conceitos em seus escritos são os símbolos. O símbolo é um meio do qual vários autores utilizam para expressar diversos significados através de um único elemento literário. Sem prender-se na análise simplesmente simbólica, a presente pesquisa pretende entender de maneira crítica como as convicções e crenças pessoais do autor, sua vivência, suas tragédias pessoais e sua relação de fé com a Fé Romana influenciaram suas obras literárias. A partir de uma consideração relacionada tanto à vida pessoal do autor quanto à importância da Tradição e Moral cristãs em seu meio social e sua vida particular, buscaremos então discutir o papel do símbolo para a literatura de J. R. R. Tolkien. Portanto, a presente pesquisa busca, então, balancear a análise nestas duas frentes: não se trata de uma análise puramente bibliográfica e nem simplesmente simbólica, mas apoiada nestas duas pretende compreender de que maneira as convicções pessoais de Tolkien manifestam-se em suas obras através da simbologia.

De acordo com Carl Gustav Jung (1964) “o homem utiliza a palavra escrita ou falada para expressar o que deseja transmitir. Sua linguagem é cheia de símbolos, mas ele também, muitas vezes, faz uso de sinais ou imagens não estritamente descritivos” (p. 16). O próprio autor reconhece, em uma de suas cartas a um leitor, a influência dos valores cristãos e católicos em sua obra, fato este que gerou, e ainda gera, toda uma fortuna crítica a partir de tal revelação de Tolkien. Apesar de haver negado várias vezes que sua obra tratava de temas religiosos e morais, Tolkien responde que ao revisá-la observou que em verdade sua obra era uma obra católica. Tal declaração foi feita a um de seus leitores, o padre jesuíta Robert Murray, que havia escrito indagando-o sobre relações e símbolos religiosos encontrados por este enquanto lia *O Senhor dos Anéis*. O autor também afirma, na mesma carta, que a religiosidade da obra é absorvida pela história em si e por seus símbolos. Na mesma carta, Tolkien afirma que sua obra tornara-se católica não por intenção própria, mas de maneira inconsciente de início, porém consciente durante as várias revisões que este fazia antes de considerar que seu texto estava bom o suficiente.

Desta maneira, podemos afirmar que sua escrita era, em alguma instância, inconsciente. Este se caracteriza como um processo psíquico em contínuo desenvolvimento,

que nunca se encontra ocioso e que, a partir da construção e desconstrução de significados, influencia o consciente. Tais elementos psíquicos permanecem armazenados no inconsciente até que se faça necessária sua conscientização na psique. Para Jung (2002), existem dois tipos de inconsciente: o pessoal e o coletivo. O primeiro caracteriza-se pela individualização e é formado por duas partes principais - os conteúdos reprimidos e pelas percepções dos sentidos. O inconsciente coletivo é formado, por sua vez, por experiências e aquisições coletivas - os arquétipos.

Além de C. G. Jung, outro autor muito importante dentro dos estudos sobre o papel do símbolo dentro da literatura é o romeno Mircea Eliade. Além de teórico literário, Eliade também é um dos mais importantes teóricos sobre a relação dos símbolos e religião da atualidade e afirma que “o símbolo revela certos aspectos da realidade — os mais profundos — que desafiam qualquer outro meio de conhecimento” (ELIADE, 1979, p. 13), revelando o símbolo e sua capacidade de representação intrínseca que muitas vezes ultrapassa a própria consciência do autor na criação de suas obras literárias. Com isto podemos afirmar que, muitas vezes, o símbolo pode ter sua origem no inconsciente do autor, surgindo como uma ferramenta de significação maior para este do que inicialmente pretendido. O símbolo, aliado ao inconsciente do autor, possuem uma capacidade de agrupamento de significados enorme, possuindo várias maneiras de se apresentar dentro da literatura.

Tolkien, um católico devoto e um cristão convicto, certamente possuía gravado em seu subconsciente os valores morais da religião de sua mãe. Desta maneira podemos afirmar que o autor, em conjunto com os princípios norteadores da ética e cristandade, utilizam o simbolismo, imprimindo em palavras o seu aporte moral. É possível identificar na obra de Tolkien, em seus personagens, elementos norteados pelas virtudes cardeais, por meio de ações tomadas pelas personagens, baseadas em princípios morais e teológicos católicos.

Entendido, portanto, o papel do símbolo na literatura, cabe agora entender em qual local da literatura as obras de J. R. R. Tolkien se localizam, especialmente O Silmarillion, objeto de análise desta pesquisa. Como vimos, a ideologia-religiosa utilizou amplamente, durante a Idade Média, sua influência por meios da literatura. Sempre esteve presente, ao longo da história da Igreja, o *Fantástico Cristão*: seja por meio da Hagiografia, seja por meio da própria narrativa bíblica, em especial o gênero apocalíptico, onde se encontram

compilados relatos fantásticos do fim dos tempos de acordo com o Cristianismo, com sua narrativa povoada por anjos, demônios, bestas, feras, dragões, e coisas do tipo. Existem ainda outros exemplos do uso da literatura pela Santa Igreja, como os relatos dos sonhos proféticos e visões de santos e santas, como São João Bosco e Santa Faustina, para citar apenas dois. Ainda, durante a Idade Média, era amplamente difundido o *Teatro Moralizador*, que buscava catequizar e expandir os valores cristãos à população, em sua maioria plebéia e analfabeta.

Entretanto, as influências literárias não se confinam na Idade Média, mas podem ser encontradas em obras importantes da atualidade, como os escritos de C.S. Lewis, um dos melhores amigos de Tolkien e também, claro, nos deste autor. Lewis, que foi por muito tempo um agnóstico convicto e que enxergava na história de Cristo somente mais um mito, como qualquer outro de qualquer outra religião, foi profundamente influenciado pela convicção religiosa de Tolkien. Após sua conversão ao cristianismo, a contragosto de Tolkien, já que este era católico e Lewis tornara-se protestante, Lewis escreveu diversas narrativas de cunho religioso - dos quais destaca-se sua obra de maior sucesso: *As Crônicas de Nárnia*, as quais Tolkien desgostava profundamente, por serem amplamente alegóricas.

Os escritos de Tolkien, por sua vez, caracterizam-se pela religiosidade velada, simbólica e sutil. Tolkien sentia uma forte aversão ao termo ‘alegórico’ e buscava distanciar-se deste tipo de literatura, a qual este julgava inferior. Para o autor inglês, somente os melhores exemplos de literatura são capazes de nos fazer refletir sem serem apelativos. A escrita narrativa esteve sempre presente na literatura bíblica, e, desta maneira, não é possível dissociar os livros da Bíblia - tão importantes na formação de diversos leitores. "De fato, é impossível imaginar um cristianismo totalmente não-narrativo ou um judaísmo não-narrativo, e na verdade uma vida não-narrativa" (KERMODE in. ALTER; KERMODE, 1997. p. 408)

Um dos aspectos da religião católica que se fazem presentes tanto na narrativa bíblica quanto nas obras literárias de Tolkien é a *virtude*. De acordo com a ótica da Teologia Católica, virtudes são todos os atos ordenados e devidos da razão, que implicam um certo grau de bondade e que dispõem-se segundo a natureza. A causa da virtude é, portanto, tanto uma infusão de valores quanto um costume. A virtude tem seu fim nos hábitos, porém, encontra sua fonte na alma humana, que, segundo São Tomás de Aquino possui duas naturezas distintas, porém inseparáveis. Ao que diz respeito à dupla natureza da alma, esta é

dividida em natureza racional e natureza sensitiva, onde esta última é contrária a primeira, que possui como bem estar de acordo com a razão. A virtude encontra então, dentro deste espectro o seu campo de atuação, ordenando segundo a alma racional a natureza sensitiva do homem.

A importância de uma vida cristã exemplar, norteadas pelas virtudes e pela busca do Bem é uma preocupação patente e recorrente na Tradição Católica. Segundo Rocha (2010) “a moral no pensamento de Tomás de Aquino é uma ciência do ato humano, ou seja, prática.” (p. 2), portanto, ciência que espelha-se e encontra-se nas atitudes e criações do ser humano, como reflexo externo do que tem-se como verdade interna. Tolkien, como A virtude, como visto acima, tem seu princípio na alma racional do homem que, direcionada sempre ao bem deste, busca através do hábito da virtude ordenar a natureza sensitiva em sua busca constante pela simples satisfação dos prazeres sensíveis. O Catecismo da Igreja Católica define ainda as virtudes como “atitudes firmes, disposições estáveis, perfeições habituais da inteligência e da vontade que regulam nossos atos, ordenando nossas paixões e guiando-nos segundo a razão e a fé.” (Catecismo da Igreja Católica, §1804). A virtude possui ainda duas naturezas, que relacionam-se com o sua finalidade, com a execução do hábito operativo do bem; são divididas em virtudes intelectuais e morais. As virtudes intelectuais são aquelas que agem em si mesmas, buscando reger e direcionar o intelecto; estas têm seu princípio e seu fim no intelecto, operando neste. As virtudes morais, por sua vez, agem através de um intermediário nas em suas realidades: especulativas ou operativas.

As virtudes cardeais são as principais dentre as de natureza moral e são tidas como as virtudes próprias da alma humana. São enumeradas no livro da Sabedoria: “*ensina a temperança e a prudência e a justiça e a fortaleza, que é o mais útil que há na vida para os homens.*” (Sb, 8, 7), colocando-as acima de todas as outras virtudes. As virtudes cardeais são quatro, assim como quatro são os pontos cardeais, as estações do ano, os lados da Cruz. Dentro da moral e ética cristã, as “quatro virtudes têm um papel de “dobradiça” (que, em latim, se diz “*cardo, cardinis*”). Por esta razão são chamadas “cardeais”: todas as outras se agrupam em torno delas.” (Catecismo da Igreja Católica, §1805) sendo estas as virtudes centrais, fundamentais e que orientam a vida cristã. A prudência, temperança, fortaleza e justiça são encontradas nas obras de Tolkien de várias maneiras, seja nas respostas e ações dadas pelas personagens ao enfrentarem algum dilema ou ponto de decisão na narrativa; na

narração geral da obra e assim como na disposição da história - suas relações éticas e morais; ou seja na criação de personagens cuja personalidade marcante é representativa de uma ou mais destas virtudes.

A *prudência* caracteriza-se como a virtude que nos direciona ao bem, levando em conta para isso a consideração da razão. A *justiça* mostra-se como a virtude que nos seus atos observa o bem, relativo ao devido e ao reto entre os iguais. A *fortaleza* é a virtude que nos dá a firmeza de ânimo contra quaisquer paixões, para que não recuemos naquilo que mostra-se racional, e portanto, bom. Por fim, a *temperança*, por sua vez, configura-se como a virtude responsável por coibir as paixões sensíveis que nos impelem à algo contrário à razão, as reprimindo.

John Ronald Reuel Tolkien nasceu em janeiro de 1892 no condado de Orange, atual África do Sul, e foi um importante filólogo, escritor e professor universitário britânico. Profundamente influenciado pela fé católica de sua mãe, o autor, após a morte desta, torna-se um fiel ainda mais fervoroso da fé de Roma. Embora tenha sido um exímio professor universitário e filólogo, Tolkien tornou-se famoso com a publicação de *O Hobbit* em 1937, e, impulsionado pelo sucesso deste, escreve por cerca de quinze anos e publica em três volumes *O Senhor dos Anéis* entre 1954 e 1955. Entretanto, a obra a qual Tolkien mais se dedicou foi sua coletânea mito-poética *O Silmarillion*, que ocupa-se dos mitos e histórias da criação da Terra-Média; dos principais relatos das Três Primeiras Eras do Mundo; mundo ficcional este onde os acontecimentos narrados em suas outras duas obras acontecem. Tolkien passou sua vida escrevendo, editando e reeditando sua obra, pois julgava não estar pronta, não conseguindo publicá-la em vida. Foi por fim editada e publicada postumamente por seu filho em 1977. Tolkien é considerado por muitos o pai da literatura fantástica e da alta-fantasia, pois suas obras influenciaram, e ainda influenciam, escritores por todo o mundo, desde contemporâneos seus como C. S. Lewis, autor das *Crônicas de Nárnia* a autores atuais, como George R. R. Martin, autor das *Crônicas de Gelo e Fogo* e J. K. Rowling, autora da série *Harry Potter*. No Brasil também influenciou escritores como Cristina Pezel, autora de *O Mundo de Quatuorian* e Rosana Rios, autora da série *O Mundo das Pedras*.

Como dito acima, Tolkien é considerado o pai da literatura fantástica moderna, e sua obra mitológica *O Silmarillion* se encaixa nesta definição. Entretanto, o autor não se baseia

somente na estética literária fantástica, que ele chama de contos de fadas, e imprime em suas obras a sua Fé. Segundo o próprio autor, “*O Senhor dos Anéis* obviamente é uma obra fundamentalmente religiosa e católica; inconscientemente no início, mas conscientemente na revisão.” (TOLKIEN, 2006, p. 288). Seguindo tal declaração, mostra-se justificada a interpretação a partir de uma matriz espiritual e religiosa das obras do autor. Pensamento este que pode ser reforçado novamente por Tolkien quando declara em uma de suas cartas que “a história possuía para o leitor mais inteligente um grande número de implicações filosóficas e místicas que a aprimoram sem depreciar a ‘aventura’ superficial” (TOLKIEN, 2006, p. 55). As questões morais apresentadas nas criações literárias de Tolkien não se dão de maneira explícita, mas é através da utilização de símbolos que são impressos na obra os valores morais, as virtudes cristãs.

O Silmarillion é uma obra fantástica de J. R. R. Tolkien e que serve como uma espécie de coletânea mitológica de seu universo, chamado *Eä* (o mundo que é). Foi publicado apenas postumamente, entretanto, é tido como o projeto preferido do escritor inglês, o qual o dividiu em cinco partes: a primeira, chamada de *Anuilindalë* relata a criação do mundo por Eru, o Único, com a participação dos Valar - Os Poderes do Mundo. A segunda, *Valaquenta*, descreve os Valar e os Maiar, o povo dos Valar. A terceira, denominada *Quenta Silmarillion* compõe grande parte do livro e relata os acontecimentos da Primeira Era de Eä, desde o início dos Tempos e das disputas entre os Valar e Melkor, o Inimigo. A quarta parte, *Akallabêth*, relata a história da ascensão e queda do Império Numenoriano, durante a Segunda Era. Finalmente, sua última parte chama-se *Dos anéis de poder e da Terceira Era*, relatando assim de forma breve os acontecimentos imediatamente anteriores e posteriores à narrativa de *O Senhor dos Anéis*, assim como da criação dos Anéis de Poder por Sauron, em sua tentativa de subjugar o mundo a sua vontade.

Foram encontradas na leitura do *Silmarillion* diversos exemplos, de todas as virtudes cardeais. Entretanto, dentre estas, a que mais se destaca é a virtude da prudência, toda com a mais importante das virtudes, assim como a fonte para as outras. Tal virtude apresenta-se tanto nas atitudes dos Valar, quanto nas dos Filhos de Ilúvatar - os Elfos e os Homens. Outra virtude muito presente na narrativa é a virtude da fortaleza, que é aquela que nos mantém firmes nos bons propósitos nos momentos de disputa e sofrimento. Devido a natureza da narrativa - uma coleção mito-poética de proporções e acontecimentos épicos; da constante

luta entre as forças do Bem e do Mal; da vitória do bem através do sacrifício pessoal -, a presença de tal virtude mostra-se como algo bastante esperado. A virtude da Justiça aparece com frequência menor do que as duas anteriores, estando mais presente nos assuntos que possuem a intervenção direta dos Poderes do Mundo, ou daqueles próximos a eles em ideal e conduta. Das quatro virtudes cardeais, a que teve um local maior de atuação, estando presente durante todo o fluxo narrativo, foi a virtude da temperança, ligada à correta ordenação dos sentidos e das necessidades do corpo, responsável pelo cometimento e também pela virtude da humildade.

Por fim, cabe mencionar aqui a fortuna crítica na qual a presente pesquisa de mestrado baseou-se para a leitura e análise comparativa; fortuna crítica essa composta de textos de diversas fontes, dada a natureza da proposta de pesquisa. No arcabouço teórico que compõe a fundamentação desta pesquisa, no que se direciona a discussão sobre o inconsciente do autor e da escrita, destacam-se os textos de JUNG (1964, 2002, 2008 & 2014); ELIADE (1979); FRYE (2014); ARANTES (2016) e CIECELSKI (2017). Já sobre os gêneros literários, foram importantes os trabalhos de CAWELTI (1976); NOGUEIRA FILHO (2013); assim como os trabalhos do próprio TOLKIEN (2014). Na fundamentação sobre a virtude sob a ótica da Teologia Católica, foi imprescindível o trabalho de São Tomás de Aquino (2016) em sua Suma Teológica. No que concerne o trabalho na análise da narrativa, contribuíram as leituras dos textos de CASEY (2004); MORRIS (2012); e WHITE (2016); assim como o Catecismo da Igreja Católica, dentre outros. Porém, sem dúvidas, o texto de maior importância é o próprio *Silmarillion*, de J. R. R. Tolkien (2011).

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: O SIMBOLISMO, O GÊNERO LITERÁRIO, A LEITURA LITERÁRIA DA BÍBLIA E AS VIRTUDES NA TEOLOGIA CATÓLICA

O objetivo deste capítulo é discorrer sobre a fundamentação teórica na qual embasa-se esta pesquisa. A presente dissertação possui quatro vertentes teóricas principais, divididas em quatro partes. Na primeira, serão apresentadas questões relacionadas ao inconsciente do autor e da escrita; o entendimento das teorias do inconsciente e do simbolismo na literatura. Em seguida, debater-se-á sobre o gênero literário; a importância e conceituação da literatura fantástica e sua expressão dentro da literatura cristã. Após a discussão que se centrará no gênero literário fantástico, se discutirá a leitura da bíblia como um texto literário. Por fim, serão apresentadas as virtudes sob a ótica da teologia católica; as virtudes como aperfeiçoamento das potências da alma, especificamente as virtudes cardeais, que também são quatro.

2.1 SOBRE O INCONSCIENTE DO AUTOR E A ESCRITA

A presente pesquisa pretende ir além da análise biográfica e simbólica da narrativa e estudar de maneira crítica como as convicções e crenças pessoais do autor, sua vivência, suas tragédias pessoais e sua relação de fé com a Fé Católica influenciaram suas obras literárias. Levando em consideração tanto a vida pessoal do autor quanto a importância da Tradição e Moral cristãs em seu meio social e sua vida particular, é importante discutir o papel do símbolo em sua literatura e de que maneira tal simbolismo se expressa na obra de J. R. R. Tolkien, influenciado pelo seu inconsciente. Esta primeira parte, por sua vez, se divide em duas outras partes. A primeira parte será conduzida em busca do entendimento das teorias do inconsciente - baseadas principalmente nos estudos de Carl Gustav Jung. A segunda parte busca entender o que é símbolo; sua importância e também sua utilização na literatura - baseadas nas teorias de Jung, mas abrangendo também outros autores, como Mircea Eliade, Northrop Frye e Arantes, dentre outros.

2.1.1. O INCONSCIENTE DO AUTOR

Carl Gustav Jung, psicoterapeuta e psiquiatra suíço, foi o fundador da psicologia analítica e responsável pela criação de teorias e temas amplamente aplicados à teoria literária. Um de seus trabalhos mais importantes trata-se do entendimento do conceito de inconsciente. O inconsciente é o espaço de existência psíquica no qual estão localizados os conteúdos reprimidos da psique e os componentes psíquicos subliminais. Está em constante desenvolvimento em um processo contínuo de construção e desconstrução de sentidos. Segundo Jung (2008) “o inconsciente jamais se acha em repouso, no sentido de permanecer inativo, mas está sempre empenhado em agrupar e reagrupar seus conteúdos.” (p. 14)

Para Jung, a existência de conteúdos capazes de sofrerem um processo de conscientização é o que determina a existência psíquica. Para que haja um processo de conscientização é necessário, portanto, que haja uma parte da mente humana onde tais conhecimentos permaneçam inconscientes, até que se faça necessário que os elementos psíquicos nele contidos venham para a superfície consciente da psique. Para Jung (2002), “só podemos falar, portanto, de um inconsciente na medida em que comprovamos os seus conteúdos.” (p. 15)

Existem, segundo o autor, dois tipos distintos de inconsciente: o *inconsciente pessoal* e o *inconsciente coletivo*. Os componentes psíquicos subliminais dos dois tipos de inconsciente são propostos por Jung (2002): “Os conteúdos do inconsciente pessoal são principalmente os complexos de tonalidade emocional, que constituem a intimidade pessoal da vida anímica. Os conteúdos do inconsciente coletivo, por outro lado, são chamados arquétipos.” (JUNG, 2002, p. 15)

O inconsciente pessoal, como o próprio nome sugere, possui uma característica individualista. É formado por duas partes principais: os conteúdos reprimidos e os componentes psíquicos subliminais. As tendências infantis reprimidas pela influência moral do ambiente ou da educação nos primeiros anos de vida foram primeiramente descobertas por Freud - colega de pesquisa e amigo de Jung. Jung foi responsável, então, de ampliar o entendimento em relação ao inconsciente com a teorização dos componentes psíquicos subliminais, que são compostos pelas percepções subliminares dos sentidos, componentes estes que ainda não alcançaram a consciência e que se apresentam a partir de complexos de tonalidade emocional, que demonstram a intimidade pessoal do sujeito com a vida anímica.

O inconsciente coletivo, por sua vez, é formado pela parte mais profunda do inconsciente da pessoa e é formado pelas experiências e aquisições coletivas, manifestadas através dos arquétipos. De acordo com Ciecelski (2017) “esse inconsciente coletivo seria como o ar: ele está em todos os lugares e é respirado por todos, porém não pertence a ninguém.” (p. 7) A expressão do inconsciente coletivo - os *arquétipos* - são encontrados principalmente em mitos, lendas e contos de fadas.

Arquétipo deriva de duas palavras gregas: *archein* (arcaico, velho, original) e *typos* (tipo, modelo, padrão). Seguindo, portanto, a etimologia da palavra, arquétipo se configura como o padrão original de algo. Dentro da área da psicanálise analítica, arquétipos são tipos psicológicos presentes no inconsciente coletivo, apresentando características similares, ou até mesmo idênticas, mesmo estando presentes em épocas, lugares e culturas distintas servindo de fonte para mitos e lendas e que também podem se manifestar em determinados indivíduos, através de suas características psicológicas, valores morais e personalidade. “O arquétipo representa essencialmente um conteúdo inconsciente, o qual se modifica através de sua conscientização percepção, assumindo matizes que variam de acordo com a consciência individual na qual se manifesta.” (JUNG, 2002, p. 17). Para Ciecelski (2017):

“os arquétipos manifestam-se principalmente por meio de símbolos, que são ‘um terreno, um nome ou mesmo uma imagem que nos pode ser familiar na vida cotidiana, embora possua conotações especiais além do seu significado evidente e convencional. Implica alguma coisa vaga, desconhecida ou oculta para nós’¹. (p. 8)

2.1.2. O SIMBOLISMO NA LITERATURA

Como visto acima, o símbolo é um meio do qual vários autores utilizam para expressar diversos significados através de um único elemento literário. Um dos conceitos mais difundidos da teoria de Carl Gustav Jung é o do *simbolismo*, ferramenta pela qual o homem se expressa, de maneira não descritiva, imagética e simbólica. Outro autor muito importante no campo da análise simbólica é o cientista das religiões, filósofo, romancista e professor romeno Mircea Eliade, para quem o símbolo é responsável por trazer à luz os

¹ JUNG, 2008. p. 18

aspectos mais profundos da realidade, da própria consciência do autor, através de sua capacidade de representação intrínseca nas obras literárias. O símbolo e sua utilização na literatura estão presentes em toda a história literária. Ambos, Jung e Eliade, contribuíram para o entendimento dos símbolos e seu papel no inconsciente - tanto do autor quanto do leitor - assim como este é responsável por transmitir imagens que vão além do que a linguagem escrita e analítica seria capaz de expressar.

Segundo Carl Gustav Jung (1964) “o homem utiliza a palavra escrita ou falada para expressar o que deseja transmitir.” (p. 20). Entretanto, não apenas por meio de expressões literais é possível transmitir o que se quer dizer. Por muitas vezes o autor “faz uso de sinais ou imagens não estritamente descritivos.” (JUNG, 1964, p. 20) É por meio de imagens e símbolos que o autor expressa o que realmente deseja, de uma maneira indireta, ou então, expressa o que não conseguiria remeter ao leitor com a mesma dimensão se escolhesse uma maneira não-descritiva, já que “o símbolo revela certos aspectos da realidade - os mais profundos - que desafiam qualquer outro meio de conhecimento.” (ELIADE, 1979, p. 13). Eliade (1979) afirma ainda que:

“O importante, nestas imagens [...] é o fato de elas dizerem sempre mais do que poderia exprimir por palavras o indivíduo que as experimentou. A maior parte dos seres humanos seria, aliás, incapaz de descrevê-las: não que sejam menos inteligentes uns que outros mas sim porque não dão a devida importância à nossa linguagem analítica. E, todavia estas imagens aproximam os homens mais eficazmente e mais realmente do que uma linguagem analítica. De fato, se existe uma solidariedade total do gênero humano, ela só pode ser sentida e «atuada» ao nível das imagens.” (p. 18)

O simbolismo encontra dentro da literatura uma vasta área de atuação, servindo como um instrumento a disposição do autor para a re-significação de imagens conhecidas através de máscaras, as quais são usadas, muitas vezes, para ampliar o entendimento dos leitores em relação àquilo que é pretendido pelo narrador. Os símbolos são capazes de trazer para a atualidade significados que de outra maneira o leitor não seria capaz de compreender, ou que até mesmo não são considerados ou contemplados com frequência, já que “os símbolos nunca desaparecem da atualidade psíquica: podem mudar de aspeto mas a sua função continua a ser a mesma: basta retirar-lhes as suas novas máscaras.” (ELIADE, 1979, p. 17). Possuindo esta

característica - a de apresentar aspectos distintos porém com o mesmo significado -, o símbolo mostra-se como uma ferramenta capaz de implicar algo além de seu significado imediato, provando-se um instrumento inigualável ao autor que sabe trabalhar com ele.

Destarte, “o que chamamos símbolo é um termo, um nome ou mesmo uma imagem que nos pode ser familiar na vida diária, embora possua conotações especiais além do seu significado evidente e convencional.” (JUNG, 1964, p. 20) Símbolos não são figuras alienígenas, não identificáveis, não relacionáveis. Pelo contrário, como pelo sobredito se resulta, símbolos são aquelas ferramentas utilizadas pelo autor do texto literário para significar algo que não é completamente compreensível de maneira direta, por isso, da sua utilização e, por esse motivo, podemos afirmar com Jung (1964) que “uma palavra ou uma imagem é simbólica quando implica alguma coisa além do seu significado manifesto e imediato. Esta palavra ou esta imagem têm um aspecto "inconsciente" mais amplo, que nunca é precisamente definido ou de todo explicado.” (p. 20)

O simbolismo está presente em todas as esferas da vida humana. Dada a sua característica de significação universal, seu papel de auxílio na compreensão de conceitos que fogem do entendimento e sua capacidade de transmissão imagética, o símbolo torna-se uma ferramenta de propagação de mensagens. A religião cristã em seu caráter difusivo utilizou-se desde seu princípio dos símbolos para aproximar seus fiéis dos mistérios de sua fé. Com relação ao simbolismo cristão, Eliade (1979) afirma que:

“Por conseguinte o simbolismo bíblico e cristão, se bem que carregado de um conteúdo histórico ao fim e ao cabo «provinciano» - pois toda a história local é provinciana em relação à história universal considerada na sua totalidade - permanece todavia universal, como todo o simbolismo coerente. Podemos mesmo perguntar-mo-nos se a «acessibilidade» do cristianismo não é devida em grande parte ao seu simbolismo; se as Imagens universais que ele vai buscar por seu turno não facilitaram consideravelmente a difusão da sua mensagem.” (p. 163)

Podemos ver, então, que o simbolismo não se encontra exclusivamente na literatura, mas apresenta-se também em um viés religioso, unindo muitas vezes estas duas realidades. Este simbolismo, entretanto, não se encontra de maneira desconexa, mas de tal forma que é possível buscar e compreender uma lógica na utilização de símbolos de um ponto de vista religioso. Desta maneira, mostra-se imprudente dissociar simbolismo e sua presença dentro

de uma leitura religiosa, pois “o estudo racional das religiões trará à luz um fato insuficientemente notado até agora: é que existe uma lógica do símbolo, que certos grupos de símbolos, pelo menos, se mostram coerentes, logicamente encadeados entre si; que se pode, numa palavra, formulá-los sistematicamente, traduzi-los em termos racionais.” (ELIADE, 1979, p. 36).

2.2. SOBRE OS GÊNEROS LITERÁRIOS

Para entendermos o que se diz quando menciona-se o Gênero Fantástico, primeiramente buscaremos entender o que são os gêneros em si. Vários autores, por muitos séculos, buscaram entender, conceituar e dividir as variadas expressões artísticas literárias segundo um grupo, ou subgrupos. O gênero literário entende-se como as variedades das obras literárias, segundo seus assuntos e as diversas maneiras de tratá-lo; o estilo, a estrutura e as características formais da composição da obra literária. Segundo Cawelti (1976):

“nós usamos os gêneros literários como um meio para a definição e avaliação das qualidades originais de trabalhos individuais. [...] nós tendemos a pensar os gêneros não somente como descrições generalizadas de certo número de trabalhos individuais, mas sim como um conjunto de limitações e potencialidades artísticas. Com essa concepção em mente, podemos avaliar obras individuais de pelo menos duas formas diferentes: (a) pelo modo que cumpre ou deixa de cumprir os potenciais ideais inerentes ao gênero e, assim, atingir ou falhar em alcançar o efeito artístico completo deste tipo de construção em especial; (b) pelo modo em que o trabalho individual desvia do padrão estabelecido do gênero, para realizar alguma expressão individual de efeito.” (p. 7)

Dentre os variados gêneros literários podemos encontrar um que, apesar de ser consideravelmente recente à sua inserção enquanto gênero literário, encontra-se presente na literatura desde os seus princípios. Alguns teóricos, dentre os quais mais se destaca Tzvetan Todorov, preocuparam-se em estabelecer as fronteiras deste gênero, que as vezes pode até provocar algum tipo de controvérsia.

Nos primórdios da civilização, enquanto o conhecimento científico e racional ainda não dominavam o centro do pensamento humano, tudo que o homem não era capaz de compreender era preenchido com a imaginação. Esta imaginação, por sua vez, interpretava a

realidade visível do mundo sob a ótica do sobrenatural, do inexplicável - da magia. Com o desenvolvimento e amadurecimento da razão, o misticismo diminuiu na proporção em que as explicações fundamentadas no conhecimento empírico da ciência e da razão aumentaram. Diminui então, também, o espaço que era dedicado às crenças em um poder sobrenatural e na imaginação. Diante de tal movimento racional da sociedade como um todo, Nogueira Filho (2013) afirma que:

“Esse é o motivo, pelo menos em parte, de que os termos fantasia e fantástico carregam certas conotações, pois eles fazem referência a coisas e situações que são, total ou parcialmente, impossíveis ou irrealis. Embora a noção de gênero literário seja sempre de algo em desenvolvimento, a fantasia, como qualquer outro, tem uma relação estreita com a literatura do passado. Stableford (2005) afirma que apesar de ser o gênero mais recente de literatura é também o mais antigo, pois suas narrativas são anteriores à própria literatura. Ele argumenta que as culturas pré-letradas são todas iguais no que diz respeito às histórias que são contadas antes de passarem a ter uma cultura literária, que são quase em sua maioria, exemplos de histórias fantásticas. O valor desses textos era, muitas vezes, ligado à sua pretensa antiguidade, o que garantia sua autoridade e poder na construção de mitos.” (p. 14)

Quando do declínio das explicações míticas e da ascensão do pensamento racional, a literatura fantástica tornou-se o campo de expressão da imaginação, da aceitação do mágico e do sobrenatural. “Nos dias atuais os contos de fada e a fantasia substituíram as narrativas míticas, mas, da mesma forma, sempre retomam algo do passado. [...] A fantasia retoma o mundo passado sem preocupar-se com a possibilidade ou não de sua empreitada.” (NOGUEIRA FILHO, 2013. p. 14) Entretanto, o gênero literário fantástico não é tão facilmente delimitado. Durante anos, vários teóricos vêm discutindo os limites deste gênero. Um dos motivos pelo qual o fantástico não encontra uma definição canônica é que este gênero encontra-se em constante expansão, com a criação de diversos subgêneros, que por sua vez, não possuem muitas similaridades entre si. Dentre os subgêneros da literatura fantástica, podemos evidenciar três que mais se destacam: a fantasia, que se divide em alta e baixa fantasia; o terror e a literatura gótica; e, por fim, a ficção científica.

Apesar da falta de consenso quanto aos limites reais do gênero fantástico, existem algumas características gerais que se apresentam de maneira significativa. De modo geral, a

narrativa fantástica é composta por uma série de fenômenos mágicos e sobrenaturais que possuem um papel expressivo dentro do desenvolvimento da história. Ou seja, os lugares, seres, eventos e motivos da narrativa não poderiam existir em um mundo racional e regido pelas mesmas leis naturais que o nosso. Trata-se de um novo, regido por suas próprias leis, mas que trás em comum a luta do bem e do mal. Para Nogueira Filho (2013), "temos, dessa forma, uma literatura realista e uma não realista. Na literatura realista o mundo é exatamente como o conhecemos, uma cópia da realidade, e o que lemos nesse tipo de literatura poderia ter sido de fato real. A literatura não realista precisa romper com a nossa visão de realidade e, dessa forma, nesse tipo de literatura a magia e a existência de criaturas míticas são tão naturais como usar o celular é para nós." (p. 14-15)

Desta maneira, podemos ver com que importância os fenômenos não-rationais, ou seja, a existência de criaturas, locais, situações mágicas possuem dentro da narrativa fantástica. Como gênero literário, o fantástico possui alguns sub-gêneros, dentro os mais conhecidos estão os mitos, as lendas, as fábulas e os contos de fadas, já que nestes exemplos de literatura a presença de seres maravilhosos, mágicos e inexplicáveis por nossas leis naturais é comum. Com relação a este gênero literário, outra classificação comum do gênero fantástico é sua divisão entre *alta fantasia* e *baixa fantasia*. Se tomarmos o termo 'literatura fantástica' como o termo geral para descrever uma literatura de estranhamento com a realidade racional, os termos alta e baixa fantasia não se referem a qualidade literária do texto, mas se referem ao local de narrativa.

Se uma narrativa se passa completamente em um mundo próprio, com as próprias leis naturais, este texto é considerado *alta fantasia*. Se outra narrativa, por sua vez, se passa no limiar entre nossa realidade e uma realidade própria, ou seja, se a história possui narrativas ambientadas em nosso mundo real e um mundo imaginário que existe concomitantemente com o nosso, este texto é considerado *baixa fantasia*. As séries literárias *Percy Jackson*, do autor norte-americano Rick Riordan, e *Harry Potter*, da autora britânica J. K. Rowling são exemplos de baixa fantasia. Por outro lado, as narrativas fantásticas de J. R. R. Tolkien são exemplos de alta fantasia, por serem ambientadas em seu próprio mundo - A Terra-Média - e serem habitados por hobbits, elfos, anões, orcs, magos e outras criaturas co-habitando com humanos naturalmente.

O próprio Tolkien escreveu também sobre o gênero fantástico. Em seu ensaio *Sobre Histórias de Fadas* (2014), o autor discursa sobre a existência do que chama de Reino

Encantado, fonte e origem das histórias de fadas, histórias estas que, apesar do nome, não tratam somente destas, já que “no uso normal em língua inglesa os contos de fadas não são histórias *sobre* fadas ou elfos, mas histórias sobre o Reino Encantado, *Faërie*.” (TOLKIEN, 2014. p. 9) Este Reino Encantado, entretanto, não é somente um reino mágico, maravilhoso e absolutamente alheio ao nosso; “o Reino Encantado contém muitas coisas além de elfos e das fadas, e além de anões, bruxas, trolls, gigantes ou dragões; contém os oceanos, o sol, a lua, o firmamento e a terra, e todas as coisas que há nela: árvore e pássaros, água e pedra, vinho e pão.” (TOLKIEN, 2014. p. 9-10) Estas duas últimas imagens, o vinho e o pão, nos remetem já a dois símbolos comuns dentro do catolicismo: a Eucaristia, denotando assim a presença de algo além do que simples magia dentro do que Tolkien via como literatura fantástica.

Tolkien via o conto de fadas não como uma história puramente fantasiosa, ‘estranha’, mas sim o relato de algo crível, não estando sujeito simplesmente ao relato de histórias de fadas ou criaturas mágicas, mas sim da própria natureza destes, e na qual eles se inserem. Para Tolkien (2014) “a definição de conto de fadas - o que é, ou o que deveria ser - não depende, portanto, de nenhuma definição ou relato histórico sobre elfos ou fadas, mas sim da natureza do Reino Encantado, o próprio Reino Perigoso.” (TOLKIEN, 2014. p. 10) Com relação a veracidade destes contos de fada, Tolkien fala ainda que :

“De qualquer modo, é essencial ao genuíno conto de fadas, diferentemente do uso dessa forma para fins menores ou aviltados, que ele seja apresentado como ‘verdadeiro’. [...] visto que o conto de fadas trata de ‘maravilhas’, ele não pode tolerar nenhum enquadramento ou mecanismo que dê a entender que toda a história em que ocorrem é uma ficção ou ilusão.” (TOLKIEN, 2014. p. 14)

Como dito acima, Tolkien via nos contos de fadas muito mais do que simplesmente histórias sobre fadas, nas quais essas aparecem com destaque. Contos de fadas para o autor são todos aqueles que fazem uso do que o mesmo chama de *Faërie* - o Reino Encantado -, seja de forma parcial, seja completamente. De acordo com Tolkien (2014) “um ‘conto de fadas’ é aquele que toca ou usa o Reino Encantado, qualquer que seja seu propósito principal, sátira, aventura, moralidade, fantasia.” (p. 10)

Tolkien enxergava o conto de fadas também como o resultado normal do qual sofrem os mitos, as humanizações das histórias e lendas fantásticas. No princípio, com as personificações das forças elementais em figuras divinas humanizadas, ou então em figuras que, apesar de humanas, apresentavam características quase divinas, os mitos eram localizados em lugares reais, para assim trazê-los à realidade. Em um processo quase natural, “essas lendas se reduziram, transformando-se em contos populares, *märchen*, contos de fadas - histórias infantis.” (TOLKIEN, 2014. p. 23) Muitos, porém, conservaram algo de divino em seus relatos, através deste processo de transformação de mito em conto de fadas. Tolkien (2014) afirmava que “ocasionalmente vislumbra-se na mitologia algo realmente ‘mais elevado’: a Divindade, o direito ao poder (diverso da sua posse), o devido culto; na verdade, ‘religião’.” (p. 25)

Para Tolkien (2014) existe uma palavra que pode ser usada para significar tanto a capacidade de sub-criar quanto a capacidade de causar um estranhamento e um maravilhamento dentro de um conto de fadas: **fantasia**. Tolkien (2014) afirma que

“usar Fantasia para este fim, ou seja, num sentido que combina com seu uso mais antigo e elevado, como equivalente de imaginação, os conceitos derivados de ‘irrealidade’ (ou seja, de dessemelhança com o Mundo Primário), de liberdade da dominação do ‘fato’ observado, em suma, do fantástico.” (p. 45-46)

Tolkien reconhecia que existia, e ainda existe, um certo problema com a aceitação dos contos de fadas - da literatura fantástica. Para o professor, a qualidade dos contos de fada de trazer uma ‘estranheza cativante’ é ao mesmo tempo uma vantagem e uma desvantagem. Para Tolkien (2014) a desvantagem era que “muitas pessoas não gostam de ser ‘cativadas’ Não gostam de nenhuma interferência com o Mundo Primário, ou com os pequenos vislumbres dele que lhes são familiares.” (p. 46) Para essas pessoas a literatura fantástica não passa de mero devaneio, confundindo a Fantasia com o Sonho, pois neste não existe arte, somente uma total falta de controle. Porém, para Tolkien a Fantasia, e a apreciação desta, é parte constituinte da natureza humana, já que “a Fantasia é uma atividade humana natural. Certamente ela não destrói a Razão, muito menos insulta; e não abranda o apetite pela verdade científica nem obscurece a percepção dela.” (TOLKIEN, 2014. p. 53)

Entretanto, não só nas lendas seculares e contos de fadas que podemos encontrar exemplos de literatura fantástica. Desde os primórdios da expressão escrita da Espiritualidade Judaico-cristã podemos identificar sua proximidade com a literatura, especialmente a literatura fantástica, utilizando-se deste para narrar profecias e transmitir conhecimentos. Sempre esteve presente, ao longo da história da Igreja o *Fantástico Cristão*. Durante a Idade Média era comum o uso do Teatro Moralizador, ferramenta pela qual a Igreja apresentava conhecimentos e valores morais através de peças teatrais, com o intuito de expandir os conhecimentos sobre valores morais e catequizar a população amplamente analfabeta. Outro exemplo pode ser encontrado na Hagiografia, nos relatos de santos como São Jorge², São Pio de Pietrelcina³ e São José de Cupertino⁴. Podemos encontrar exemplos também na narrativa bíblica, em especial o gênero apocalíptico, que se analisado como narrativa literária poderia ser classificado como baixa fantasia, já que sua narrativa é povoada por anjos, demônios, bestas, feras, dragões presentes em nosso mundo, agindo livremente na nossa realidade racional. Temos ainda outro exemplo da presença da literatura fantástica dentro da narrativa bíblica e na história literária da Igreja, que são os livros e sonhos proféticos.

2.3. SOBRE A LEITURA DO TEXTO BÍBLICO COMO LITERÁRIO

Discutido então o local do gênero literário fantástico e antes de entrarmos na discussão sobre a virtude segundo a ótica da Teologia Católica, cabe agora discutirmos a possibilidade da leitura dos textos bíblicos como textos de caráter literário. Os textos literários - sagrados ou não - possuem a característica de estarem intimamente ligados à língua na qual eles surgiram. Segundo Northrop Frye (1982) “um livro sagrado é normalmente escrito com, ao menos, a concentração da poesia; como a poesia, portanto, ele

² Segundo a Tradição, o santo foi um soldado romano que combateu sob o Imperador Diocleciano. Sua história é controversa dentro da história da Igreja, tendo até mesmo sido retirada do Breviário Romano pelo papa Gelásio. A Igreja afirma a existência histórica de São Jorge, porém dá pouca credibilidade as suas histórias mais fantásticas- dentre as quais se destaca sua luta contra um dragão.

³ A vida deste santo é rodeada de acontecimentos fantásticos. São registradas suas inúmeras visões de anjos de demônios. Era tido também que São Pio conseguia saber dos pecados que aqueles que confessavam com ele tentavam esconder. É registrado ainda que o santo teria o dom da bilocação - estar em dois lugares ao mesmo tempo.

⁴ O santo italiano apresentava vários dons fantásticos: registra-se na Tradição que possuía o dom da levitação, fato que ocorria constantemente quando rezava - como um estado de êxtase; e também na maioria das vezes que celebrava a Santa Missa. Além deste, diz-se que o santo sabia o que se passava com as pessoas a sua volta, sem que elas lhe contassem, e as aconselhava de acordo.

está intimamente relacionado com as condições de sua linguagem.”⁵ (p. 3, tradução nossa)⁶
 Tanto os textos do Antigo Testamento quanto aqueles presentes no Novo possuem esta ligação poética do uso da linguagem, estabelecendo assim a relação entre língua-literatura e o sagrado.

O processo de construção literária e estabelecimento dos livros que compõem a Bíblia se deu através de aproximadamente nove séculos - até a definição da septuaginta no século II a.C. - e por mais quatro séculos - até a tradução da Vulgata por São Jerônimo no século V d. C.. Durante este processo de construção e desenvolvimento literário, os textos sagrados sofreram uma espécie de transição; passaram de um relato histórico original para verdade revelada, profundamente entremeada com seu caráter religioso:

“a evidência dos textos sugere que o impulso literário de Israel antigo era tão forte quanto o impulso religioso, ou, mais exatamente, que ambos eram inextricáveis, de modo que para entender o segundo é preciso levar plenamente em conta o primeiro. [...] um texto no qual a experiência histórica é remodelada, talvez mesmo reinventada, em uma arte literária altamente elaborada, que incorpora uma perspectiva religiosa.” (ALTER in. ALTER; KERMODE, 1997. p. 29)

A proximidade entre o literário e o sagrado, portanto, nos permite uma abordagem crítica sobre a narrativa Bíblica. Frank Kermode (1997) afirma que "a força das narrativas do Gênesis ou da história de Davi, as complexidades e refinamentos das narrativas da Paixão poderiam ser estudadas por métodos desenvolvidos na crítica da literatura secular." (ALTER & KERMODE, 1997. p. 12) Desta maneira, os textos bíblicos, mesmo com sua sacralidade, não encontram-se fora da área de estudo da literatura, ou ainda da literatura comparada - linha de pesquisa deste trabalho. A Bíblia, por sua presença e importância na formação da sociedade ocidental, possui seu campo de influência não somente restrito ao âmbito ético, moral e religioso; também a literatura foi influenciada por esta, pois podemos enxergar a "Bíblia como obra de grande força e autoridade literária, obra sobre a qual se pode

⁵ “A sacred book is normally written with at least the concentration of poetry, so that, like poetry is closely involved with the conditions of its language.”

⁶ Todas as citações seguintes da obra de Northrop Frye, 1982 *The Great Code - The Bible and Literature* serão de tradução nossa.

perfeitamente acreditar que tenha podido moldar as mentes e vidas de homens e mulheres inteligentes por mais de dois milênios." (KERMODE in. ALTER; KERMODE, 1997. p. 12)

Entretanto, como se deu esta evolução de um relato histórico misturado em um viés religioso e moralista para uma obra literária? Para Frye (1982) este processo evolutivo se deu de maneira progressiva, surgindo nos mitos dos quais os judeus - e em alguma extensão, os povos do Oriente Próximo - possuíam. Northrop Frye afirma que “o descendente direto da mitologia é a literatura.”⁷ (p. 34) Esta evolução, todavia, não está restrita ao processo de escritura da Bíblia hebraica. Mitos estão presentes em todas as culturas e exercem um papel fundamental na formação e desenvolvimento destas sociedades em vários aspectos: culturais, religiosos e literários. Como visto acima, a literatura, por vezes, apresenta-se como uma evolução do mito, e neste processo as “estruturas míticas continuam a moldar as metáforas e a retórica de tipos estruturais posteriores.”⁸ (FRYE, 1982. p. 34)

Tolkien (2014) afirmava que os mitos possuem em si ‘sementes do sagrado’, e servem para contar histórias fantásticas que pretendem elevar o nosso espírito. Dentre as melhores histórias existem aquelas que nos levarão até a verdadeira felicidade: o conhecimento de Deus e da maior história de todas - o Evangelho de Jesus Cristo. A mitologia, e aqui cabe tomar a Bíblia como uma obra literária com um caráter por vezes mitológico, possui então em si esta ‘semente do sagrado’ e a faz de maneira perene, pois “mitologia, por causa de sua natureza sacrossanta, tende a persistir em uma sociedade de maneiras inorgânicas.”⁹ (FRYE, 1982. p. 38) A partir disto, podemos perceber que "os textos religiosos se preocupam com a relação entre o mundo físico do aqui-e-agora e a experiência metafísica, quase onírica, do Outro, e devem necessariamente incorporar recursos literários pelos quais ambos possam ser distinguidos" (LEACH in. ALTER; KERMODE, 1997. p. 621)

A Bíblia, como obra literária, possui uma característica interessante: sua extensa multiformidade de gêneros, estilo e autores. Esta possui uma variedade de formas e estruturas em sua narrativa. Encontramos narrativas carregadas de um valor moral; outras estão voltadas ao estabelecimento de ritos; outras ainda são listas de nomes e famílias. O caráter literário e religioso das Escrituras se confundem de tal maneira que “o veículo literário é, a tal ponto, o meio necessário pelo qual os escritores hebreus conceberam seus significados, que podemos

⁷ "The direct descendant of mythology is literature."

⁸ "Mythical structures continue to give shape to the metaphors and rhetoric of later types of structures."

⁹ "Mythology, because of its sacrosanct nature, is likely to persist in a society in inorganic ways"

abarcam os sentidos, na melhor das hipóteses, imperfeitamente, se ignoramos suas sutis articulações como literatura.” (ALTER in. ALTER; KERMODE, 1997. p. 34) Kermode (1997) afirma ainda que:

"sua sintaxe, gramática e vocabulário envolvem uma harmonização altamente heterogênea de códigos, dispositivos e propriedades linguísticas. Estas incluem gênero, convenção, técnica, contexto de alusão, estilo, estrutura, organização temática, ponto de vista para as narrativas, voz para a poesia, figuras de linguagem, dicção para ambas e muito mais." (ALTER; KERMODE, 1997. p. 15)

Tal variação em sua tipologia deve-se principalmente a sua variedade de autores. Assim como outras expressões artísticas através da história da humanidade, também a Bíblia configurou-se como o resultado de um esforço coletivo; este sendo do povo judeu com o objetivo de registrar e transmitir, de geração em geração, a História da Salvação do Povo Eleito. Porém, o resultado não é um relato puramente histórico, nem biográfico, nem mitológico, muito menos um texto de ficção, mas uma junção destes estilos. Frye (1982) afirma que, no processo de construção da narrativa bíblica “a prioridade é dada para a estrutura mítica ou diretrizes da história, e não para o contexto histórico.”¹⁰ (p. 42) Robert Alter (1997) propõe ainda que "qualquer explicação literária da Bíblia hebraica deve reconhecer sua qualidade de extrema heterogeneidade [...] De um certo ponto de vista, não é sequer uma coleção unificada, mas uma antologia solta que reflete cerca de nove séculos de atividade literária hebraica." (ALTER; KERMODE, 1997. p. 24) Esta aparente divisão da Bíblia por causa de sua extensão - tanto de composição literária quanto de autores de tais composições - não prejudicou sua unidade.

Como dito acima, as Sagradas Escrituras não pretendem ser somente um registro histórico e biográfico do próprio Israel. Em conformidade com este pensamento, podemos afirmar que se “os livros históricos do antigo Testamento não são história, então os Evangelhos não são biografia.”¹¹ (FRYE, 1982. p. 41) A literatura não possui como uma de suas características a de se manter absolutamente fiel à realidade visível e a situações rotineiras. Esta tendência mostra-se, realmente, bastante nova em comparação com outras

¹⁰ "The priority is given to the mythical structure or outline of the story, not to the historical context."

¹¹ "The historical books of the Old Testament are not history, so the Gospels are not biography."

formas de literatura - especialmente aquelas da Antiguidade, como a Bíblia. A realidade foi, desde os primórdios da literatura oral e escrita, o pano de fundo por onde esta encontra expressividade. Para Frye (1982) “é a função da literatura, entretanto, não desviar da realidade, mas de enxergar a dimensão da possibilidade na realidade.”¹² (FRYE, 1982. p. 49) já que

"Em todo caso, a Bíblia hebraica, embora inclua algumas das mais extraordinárias narrativas e poemas da tradição literária ocidental, nos lembra que a literatura não está inteiramente limitada à história e ao poema, que o mais frio catálogo e a mais árida etiologia podem ser um instrumento subsidiário eficaz de expressão literária." (ALTER in. ALTER; KERMODE, 1997. p. 29)

Já estabelecido, então, o caráter literário da Bíblia, cabe agora discutirmos as bases para a sua análise como tal. A análise literária da Bíblia, devido ao caráter especial da obra, possui também suas prerrogativas próprias. Apesar de ser um texto literário, este não se limita a este espectro simplesmente; entretanto é a partir do entendimento da face literária da Bíblia que podemos mais facilmente entender as outras camadas de interpretação desta. Para Frank Kermode (1997) "de fato, a análise literária deve vir primeiro, pois, a menos que tenhamos um entendimento claro do que o texto está fazendo e dizendo, ele não terá muito valor sob outros aspectos." (ALTER; KERMODE, 1997. p. 13) Desta maneira não eliminamos o caráter transcendente do texto bíblico, mas enxergamos a possibilidade de sua leitura a partir do âmbito literário já que

"de fato, quando se considera o desafio radical em Jó não apenas à doutrina da retribuição, mas à própria noção de uma criação centrada no homem, ou a insistência em Eclesiastes nos ciclos de futilidade em vez do tempo linear progressivo familiar desde o Gênesis, ou o exuberante erotismo do Cântico dos Cânticos, começa-se a suspeitar que a seleção foi ao menos algumas vezes sugerida pelo desejo de preservar o melhor da antiga literatura hebraica e não de reunir os enunciados normativos consistentes de uma facção de linha monoteísta." (ALTER in. ALTER; KERMODE, 1997. p. 25)

¹² "It is the function of literature, however, not to sway from the actual, but to see the dimension of the possible in the actual."

Entretanto, tal desejo em preservar a literatura hebraica não são oriundas de fatos e relatos simplesmente imprevistos, mas revelam que

“a estrutura estético-literária dos textos bíblicos tem implicações importantes. Sempre se espera do leitor de um romance ou da platéia de uma peça que apreenda o texto como um todo, não apenas capítulo por capítulo ou cena por cena. É sinal de alta qualidade estética que nada no texto esteja lá por acaso; tudo tem relevância para tudo o mais.” (LEACH in. ALTER; KERMODE, 1997. p. 622)

2.4. SOBRE A VIRTUDE SOB A ÓTICA DA TEOLOGIA CATÓLICA

Tomás de Aquino nasceu em 1274 na cidade de Roccasecca, no então reino da Sicília. Aos 19 anos escolheu entrar para a Ordem dos Pregadores, os dominicanos, a grande contragosto de sua rica e influente família. Possuidor dos títulos de *Doutor Angélico* e *Doutor Universal*, Tomás teve - e ainda tem - grande influência sobre a teologia, especialmente a Escolástica e o Tomismo¹³. Possuindo também enorme influência nos campos de teoria política, ética e metafísica, o influxo de seus estudos tiveram um significativo impacto na cultura e ciência ocidentais como um todo. Proclamado Doutor da Igreja em 1568, 294 anos após sua morte, pelo então papa Pio V, Tomás de Aquino é venerado como Santo pela Igreja Católica e tido como padroeiro dos professores universitários - sua ocupação e também a profissão de J. R. R. Tolkien. Entre os principais componentes de seu corpus literários temos seus comentários sobre as Escrituras; a Suma Contra os Gentios; e talvez sua obra de maior importância, a Suma Teológica; que serviu de base para os estudos sobre virtude presentes nesta dissertação.

Composta durante 8 anos, a Suma Teológica foi proposta por São Tomás de Aquino como uma apresentação da sagrada doutrina católica aos estudantes de teologia. Está dividida

¹³ *Tomismo* é o campo da Teologia Escolástica que busca conciliar o pensamento aristotélico com princípios filosóficos cristãos. Como o próprio nome sugere, o Tomismo foi iniciado por São Tomás de Aquino.

em três grandes partes¹⁴, sendo a primeira voltada para as questões ligadas à Deus e sua natureza; a criação; o homem; e o governo das coisas. Sua segunda parte divide-se em duas seções; a primeira trata sobre o homem em geral, suas ações, sua alma; da lei eterna, natural e humana; e da graça divina. A segunda seção trata do homem em específico; e suas virtudes. Sua terceira parte trata de Jesus Cristo e dos Sacramentos que este instituiu. Tratando da natureza Divina da Santíssima Trindade, da dupla natureza de Jesus Cristo, dos Sacramentos Católicos e de diversas questões filosóficas, intelectuais e morais, a Suma Teológica de São Tomás de Aquino constitui importante base dogmática para a Fé Romana. Sua segunda parte, e mais significativamente a segunda seção desta segunda parte, formam essencialmente o corpo deste estudo.

Antes de prosseguirmos para o entendimento das virtudes cardeais, é necessário que entendamos primeiro o que são as virtudes por si próprias; sua natureza; seu lugar e ação na vida do homem. Para São Tomás de Aquino (2016) todo ato ordenado e devido, que implica em uma certa bondade e que dispõe-se segundo a natureza é chamado de **virtude**, “pois, a virtude é um hábito perfeito pelo qual não podemos obrar senão o bem.” (AQUINO, 2016. Ia IIae p. 333) Esta, por sua vez, opõe-se ao conceito de vício, que caracteriza-se como todo ato desordenado e indevido, que implica a malícia e dispõe-se contrário à natureza. O Doutor Universal propõe ainda que o pecado e o vício são o dito, feito e desejado contra a Lei de Deus, que é maior que a natureza. Por sua vez, a virtude possui duas causas principais: 1. infusão¹⁵, e 2. costume, que de certa maneira se contrariam à dupla natureza da alma humana¹⁶.

Em seu Tratado das Virtudes em Geral, no primeiro artigo de sua questão 55, ao discutir se a virtude humana é um hábito, o Doutor Angélico propõem que “a virtude é o bom uso do livre arbítrio” (AQUINO, 2016. Ia IIae p. 323) e que por este motivo, ordena-se este

¹⁴ Santo Tomás de Aquino não concluiu sua Suma Teológica. Existe um suplemento a terceira parte, anexado por seu assistente, Reginaldo de Piperno.

¹⁵ Por “infusão” entende-se uma inclinação natural ao bem, infundida pela graça divina no homem, pois como afirma o Aquinate (2016): “o homem, como qualquer outro ser, deseja naturalmente o bem. E só pela corrupção ou desordem em algum de seus princípios pode o seu apetite inclinar-se para o mal.” (Ia IIae, p. 481)

¹⁶ Segundo São Tomás de Aquino, a alma humana divide-se em duas naturezas distintas: a alma racional do homem e a natureza sensitiva deste. A alma racional institui que o bem do homem é estar de acordo com sua razão, porquanto que o mal do homem é estar contra sua razão. A natureza sensitiva do homem possui uma inclinação natural de ir contra a alma racional do homem, sendo por este motivo a causa dos pecados e dos vícios. Tal inclinação natural de praticar o que é mal diante da razão pode ser entendido como a concupiscência, resultado do pecado original (Romanos 7). Por este motivo, pode-se inferir que as virtudes sejam atos da alma racional do homem, que busca por meio destas ordenar a inclinação da natureza sensitiva.

ao bem do homem, pois sua prática consiste no uso correto da razão, já que “a virtude designa uma certa perfeição da potência.” (AQUINO, 2016. Ia IIae p. 323) Por meio da prática das virtudes, em sua natureza benigna, é que merecemos as graças divinas, já que “merecemos, não pelos hábitos, mas pelos atos; do contrário mereceríamos continuamente, mesmo dormindo. Ora, merecemos pelas virtudes.” (AQUINO, 2016. Ia IIae p. 323)

As virtudes são, portanto, hábitos bons pelos quais somos capazes de ordenar nossa vontade segundo a inclinação natural da razão humana de buscar o bem. Hábitos estes que não possuem um direcionamento somente intelectual, mas operativo, já que “é da essência da virtude humana ser um hábito operativo.” (AQUINO, 2016. Ia IIae p. 325) Ou ainda: “a virtude chama-se uma ordem ou ordenação do amor, como aquilo ao que ela é relativa; pois, pela virtude o amor é ordenado em nós.” (AQUINO, 2016. Ia IIae p. 324) Entretanto, para um correto ordenamento das ações é necessário também uma contrapartida racional, na qual esta se sobressaia a natureza sensitiva, por conta da dupla natureza da alma humana, para que então alguém possa apresentar-se como sujeitos da virtude. Todavia, a natureza sensitiva e racional da alma humana não se contrapõem, mas, antes, se complementam.

Retomando a relação entre vício e virtude, o Doutor Universal discute se é possível a presença de virtudes naquelas pessoas que não buscam vivê-las com afinco. Em relação a existência da virtude no irascível e no concupiscível¹⁷, Tomás afirma:

“O irascível e o concupiscível são susceptíveis de dupla consideração. - Em si mesmos, como partes do apetite sensitivo, e então não podem ser sujeitos da virtude. Ou como participantes da razão, por lhes ser natural obedecer a ela. E assim podem ser sujeitos da virtude humana, pois enquanto participantes da razão são princípio dos atos humanos.” (AQUINO, 2016. Ia IIae p. 331)

desta maneira, poderemos encontrar exemplos de virtudes em personagens da narrativa que possuem características predominantemente más em suas atitudes.

Por fim, Santo Tomás afirma que “as virtudes se distinguem pelas noções diversas que elas realizam.” (AQUINO, 2016. Ia IIae p. 338) Entende-se por esta afirmação que

¹⁷ O irascível é aquele que, por conta de seu temperamento, deixa-se enraivecêr com facilidade. É a qualidade daquelas pessoas que não dominam seu humor, alternando-o facilmente. O concupiscível, por sua vez, é aquele que deixa-se guiar pela busca de prazeres sensuais, que firma sua felicidade nos prazeres sexuais, buscando-os persistentemente. Ambas as características são presentes naqueles que não buscam as virtudes, deleitando-se nos vícios.

existem, portanto, diversas classes e divisões de virtudes, motivadas pelas noções a que estas se ordenam. Para melhor entender as diferentes noções as quais as virtudes realizam na alma, se discutirá em seguida o entendimento da virtude como potência da alma, sua diferente classificação entre as virtudes morais e as intelectuais para então discutirmos e apresentarmos as virtudes cardeais.

2.4.1. A VIRTUDE COMO APERFEIÇOAMENTO DAS POTÊNCIAS DA ALMA

Neste capítulo, buscamos entender a virtude como aperfeiçoamento das potências da alma. As virtudes, por sua característica de ato operante, apresentam-se portanto como uma série de comportamentos que implicam uma bondade, ordenados e devidos. Porém, antes que tal ato venha a realizar-se, é necessário um movimento interno da alma, que disponha sobre tal ato, para que este seja executado pelo sujeito da virtude. À este movimento interno chamamos de potência¹⁸ e em relação à potência da virtude, São Tomás (2016) afirma que:

“A virtude designa uma certa perfeição da potência. Ora, a perfeição de um ser é principalmente considerada em relação ao seu fim. Ora, o fim da potência é o ato. Por onde, consideramos perfeita a potência na medida em que é determinada para o seu ato.” (Ia IIae p. 323)

pois, se a virtude configura-se como um ato humano, e não somente um ato com fim em si mesmo, mas um ato operante de perfeição da alma humana, a virtude tem portanto como fim o de aperfeiçoar as potências, que são a inteligência e a vontade. Desta maneira, a potência aperfeiçoada pela prática constante da virtude é que determina que um ato deve também, por conseguinte, tenha uma natureza perfeita.

A partir do entendimento de que a potência tem como único destino o ato, subentende-se que todos os atos têm seu início na potência da alma. Entende-se também que não existe uma só potência racional no homem, já que “as potências racionais, próprias do homem, não são determinadas a uma só operação, mas, são indeterminadas e relativas a

¹⁸ Dentro da teoria metafísica de Aristóteles, ao qual Santo Tomás de Aquino baseia-se e é amplamente influenciado, existem dois conceitos importantes: o **ato** e a **potência**. O ato configura-se como o princípio ativo e determinante da ação; e a potência, por sua vez, é a capacidade de realização deste ato. Para Aristóteles, ato é a *existência em si mesma*, porquanto potência é *tudo o que pode ser*.

muitas.” (AQUINO, 2016. Ia IIae p. 323) Pois, para cada ato humano, determina-se uma potência racional que motiva tal ato. Seja tal ato vício ou virtude, pois o que pode determinar o ato de virtude é sua perfeita disposição da potência, pois “um ato de virtude não é mais que o bom uso do livre arbítrio.” (AQUINO, 2016. Ia IIae p. 324) Santo Tomás de Aquino (2016) ainda diz que “a virtude, conforme a significação da mesma palavra, implica uma certa perfeição da potência, como já se disse. Ora, como há dupla potência - uma relativa ao ser e outra, ao agir - a perfeição de uma e outra se chama virtude.” (Ia IIae p. 324) Portanto,

“por três razões pode-se tornar manifesto que a virtude pertence à potência da alma. A primeira se funda na essência mesma da virtude, que implica a perfeição da potência; ora, a perfeição existe naquilo que a pertence. A segunda, naquilo mesmo que constitui um hábito operativo, como já dissemos. Ora, toda operação procede da alma mediante alguma potência. A terceira, na disposição para o que é ótimo; ora, este é o fim que é, ou uma operação do ser, ou algo consecutivo à operação procedente da potência. Por onde, a virtude humana existe na potência da alma como sujeito.” (AQUINO, 2016. Ia IIae p. 328)

E, estando estabelecido que a virtude pertence a potência da alma, cabe agora discutirmos se a virtude existe por natureza na alma humana. Em relação à isso, São Tomás de Aquino (2016) alega que “as ciências e as virtudes têm procedência totalmente extrínsecas, de modo que todas naturalmente preexistem na alma, e que a disciplina e o exercício eliminam os obstáculos que a elas se opõem.” (Ia IIae p. 369) Não obstante, esta preexistência das virtudes na alma não implicam numa perfeita potência - e, por conseguinte, um perfeito ato operante - das mesmas, pois “quanto à aptidão, a ciência e a virtude existem em nós por natureza; não porém quanto à perfeição.” (AQUINO, 2016. Ia IIae p. 369)

Por fim, cabe destacar a naturalidade da virtude na alma humana, quando afirmamos junto à São Tomás de Aquino (2016) que:

“de um modo e de outro modo, a virtude é natural ao homem, por uma certa incoação. Por natureza específica, enquanto na sua razão existem naturalmente certos princípios, naturalmente conhecidos, tanto do que ele pode saber como do que pode praticar, e que são como sementes das virtudes intelectuais e morais; e enquanto existe na vontade um apetite natural do bem racional. Por outro lado, quanto à natureza individual, enquanto uns tem melhor ou pior disposição corpórea para certos virtudes;

[...] Por isso, um tem uma aptidão natural para a ciência, outro, para fortaleza, e um terceiro para a temperança. [...] não porém de maneira consumada, porque a natureza é determinada a um só termo e a consumação dessas virtudes não se dá por um só, mas por diversos modos de agir.” (AQUINO, 2016. Ia IIae p. 370)

2.4.2. A VIRTUDE MORAL E A VIRTUDE INTELECTUAL

As virtudes se distinguem em duas naturezas: as intelectuais e as morais. Ambas estão fundadas na razão, pois “o princípio primeiro de todas as obras humanas é a razão; e quaisquer outros princípios, que existam, dessas obras, obedecem-lhe, de certo modo, mas de maneiras diversas.” (AQUINO, 2016. Ia IIae p. 343) E são nestas maneiras diversas de existir e obedecer ao princípio ordenativo da razão que as virtudes apresentam-se de maneira também diversa. Segundo Aquino (2016), o homem possui dois princípios motores: o apetite e o intelecto. As virtudes intelectuais são aquelas que fndam-se no intelecto, tendo seu campo de ação restrito a especulação e ordenação deste. Tais virtudes tem como característica o ordenamento precedente dos atos, mas não o ato em si; “e por isso Agostinho diz, que *às vezes a inteligência precede, sem o afeto lhe obedecer, ou apenas tardamente*, porque às vezes as paixões ou os hábitos da parte apetitiva podem, num caso particular, travar o uso da razão.” (AQUINO, 2016. Ia IIae p. 344)

Já as virtudes morais possuem a característica de extrapolarem o caráter puramente racional da virtude e influenciar diretamente nos atos. A virtude intelectual, que ordena a potência, é superada pela virtude moral, já que está, por ordem da razão, ordena e move a potência apetitiva, pois “o apetite não respeita, quase univocamente, a impressão da razão, por não ser racional por essência, mas por participação.” (AQUINO, 2016. Ia IIae p. 353) Destarte, as virtudes morais versam sobre as obras e sobre as paixões. Sobre as obras, as virtudes tem como objetivo produzir obras boas, levando em consideração a ordenação da razão moral do sujeito da virtude. Sobre as paixões, as virtudes morais tem como intuito o de produzir certa deleitação ou tristeza, com base na natureza e inclinação das paixões do sujeito da virtude; onde a deleitação mostra-se como o cumprimento da boa inclinação de uma certa paixão, motivada pelo bem fundado em tal apetite sensitivo; e a tristeza evidencia-se na coibição das paixões que possuem em sua natureza o mal agir, o defeito na reta intenção.

Cabe agora discutir se as virtudes cardeais se encontram entre aquelas ditas intelectuais ou entre as que são tidas como morais. O próprio São Tomás de Aquino (2016) nos oferece uma explicação, quando argumenta que:

“Para resolver com evidência a questão vertente devemos considerar o que é costume; assim poderemos saber o que é a virtude moral. Ora, a palavra costume tem duas significações. Uma vez quer dizer modo ou rito, [...] Outros, exprime uma certa inclinação natural, ou quase natural, para fazer alguma coisa; e nesse sentido atribuímos certos costumes aos brutos, [...] E ambos esses sentidos não se distinguem, entre os latinos, verbalmente. Distinguem-se porém em grego; pois, *ethos*, que em latim significa costume (*mos*), às vezes tem a primeira longa e escrita com a letra grega η; outras, a tem breve e escrita com ε.

Ora, a virtude moral tira a sua denominação da palavra latina, *mos, moris*, com o sentido de inclinação natural ou quase natural de fazer alguma coisa. E desta se aproxima a outra significação, com o sentido de costume (*consuetudo*); pois este, de certa maneira, converte-se em natureza e torna a inclinação semelhante ao natural. Ora, é manifesto que a inclinação para o ato convém propriamente à virtude aperitiva, à qual é próprio mover todas as potências para o ato como do sobredito se colhe. E portanto nem toda virtude é considerada moral, mas só a pertencente à potência apetitiva.¹⁹”

(Ia IIae p. 342)

Podemos entender portanto que as virtudes morais são aquelas que, possuindo uma inclinação natural na alma humana, leva através da realização da potência no ato, o sujeito da virtude à prática do bem obrar, e de buscar fazê-lo sempre de maneira mais perfeita. Por razão das virtudes cardeais serem aquelas que versam sobre a ordenação do costume, cabe então sua classificação dentre as virtudes morais. Dentre todas as virtudes, nem todas são morais, como afirma acima São Tomás, porém, o mesmo também declara que:

“Quando falamos simplesmente das virtudes, entendemos falar da virtude humana. Ora esta, como já dissemos, implica a noção perfeita de virtude, que exige a retidão do apetite; pois, ela não somente dá a faculdade de bem agir, mas também causa o bom uso da obra. Chama-se porém, virtude na acepção imperfeita da palavra, a que não exige a retidão do apetite, porque só dá a faculdade de bem agir, sem causar o bom uso da obra. Ora, é certo que o perfeito tem primazia sobre o imperfeito. E portanto, as virtudes

¹⁹ “Pois, a parte apetitiva obedece à razão, não porém, absolutamente, ao seu nuto, mas com o poder de se lhe opor.” (Aquino, 2016. Ia IIae p. 343)

que implicam a retidão do apetite, consideram-se principais. [...] E portanto, entre as virtudes morais, colocam-se as chamadas principais ou cardeais.” (AQUINO, 2016. Ia IIae p. 359)

Deste modo, é possível concluir que as virtudes cardeais configuram-se como virtudes morais pois “para agirmos retamente é necessário não só a razão estar bem disposta pelo hábito da virtude intelectual, mas também a potência apetitiva o estar pelo hábito da virtude moral.” (AQUINO, 2016. Ia IIae p. 344)

2.4.2.1. AS VIRTUDES CARDEAIS

“E, se alguém ama a retidão, seus trabalhos são as virtudes; ela ensina a temperança e a prudência, a justiça e a fortaleza: não há ninguém que seja mais útil aos homens na vida.”

Livro da Sabedoria

Capítulo 8, versículo 7

Entendido, portanto, o que são as virtudes, faz-se necessário conceituar as virtudes cardeais em si próprias; entendendo-as em suas particularidades e suas relações entre si. Nas Sagradas Escrituras, encontramos no Livro da Sabedoria a nomeação das quatro virtudes cardeais. Para Santo Tomás de Aquino (2016) “essas quatro virtudes cardeais se fundam nas quatro razões formais da virtude.” (Ia IIae p. 361) A **prudência**, a primeira das virtudes cardeais, é identificada como toda virtude que faz o bem, levando em conta a consideração da razão. A **justiça** é toda virtude que nos seus atos observa o bem relativo ao devido e ao reto. A **temperança**, por sua vez, é toda virtude que coíbe as paixões que nos impelem a algo que vá em direção contrária à razão, reprimindo-as. Por fim, a **fortaleza** é toda virtude que dá firmeza de ânimo contra quaisquer paixões, para não recuar diante daquilo que não é racional, e portanto, não é bom.

Em relação à isso, Tomás de Aquino (2016) afirma que:

“Assim, pois, podemos considerar as quatro virtudes supramencionadas à dupla luz - Primeiro, quanto às razões formais comuns. E então chamam-se principais como quase gerais, em relação a todas as virtudes. De modo que toda virtude que faz o bem, levando em conta a consideração da razão, chama-se prudência; toda a que, nos seus atos, observa o bem no atinente ao devido e ao

reto, chama-se justiça; toda a que coíbe as paixões e as reprime, chama-se temperança; toda a que dá firmeza de ânimo contra quaisquer paixões se chama fortaleza. Em segundo lugar, elas podem-se considerar enquanto denominadas pelo que é principal em cada matéria. E então são virtudes especiais e divididas das outras por oposição. Mas se chamam principais, em relação às outras pela principalidade da matéria. Assim, chama-se prudência a que é perceptiva; justiça, a que versa sobre atos devidos entre iguais; temperança, a que reprime o desejo dos deleites do tacto; fortaleza, a que nos fortifica contra os perigos da morte.” (Ia Ilae p. 361)

O Doutor Angélico afirma que estas quatro virtudes principais não constituem partes distintas e separadas mas que, antes disso, configuram-se como partes de um todo. Estas quatro virtudes cardeais, embora distintas em suas naturezas próprias, estão interligadas e formam como que um mosaico que completa-se de maneira perfeita na medida em que tais virtudes são tomadas como hábitos operantes e formam parte imprescindível no exercício correto da razão. Relacionado à isso, podemos afirmar junto com São Tomás que:

“De modo, porém, que a prudência despreze toda mundanidade, toda entregue à contemplação das coisas divinas e norteando todas as cogitações da alma só para Deus. A temperança, por seu lado, há de desprezar, na medida do que se compadece com a natureza, as exigências do corpo. A fortaleza, por sua vez, há de levar a alma à não se aterrar com a separação do corpo e com o evoluar-se para o alto. A justiça, por fim, faz com que a alma siga, totalmente, a via conducente ao fim proposto.” (AQUINO, 2016. Ia Ilae p. 364)

São Tomás de Aquino (2016) também discute se as quatro virtudes cardeais se dividem convenientemente em virtudes exemplares, purgativas, políticas e virtudes da alma purificada. As virtudes exemplares são aquelas que nos levam a refletir sobre nossas atitudes, ponderando-as à luz da razão para que possamos tomar as decisões corretas. As virtudes purgativas são aquelas que nos purificam das inclinações de nossa natureza sensitiva, que pendem em direção aos vícios e pecados, “assim, a temperança visa impedir o homem de, por causa da concupiscência, afastar-se da razão; semelhantemente, a fortaleza, que dela se afaste, levado do temor ou da audácia.” (AQUINO, 2016. Ila Ilae p. 320). As virtudes políticas são aquelas que nos conduzem em nossas relações com os outros, por meio das virtudes cardeais da justiça e da prudência, pois “é por disposição da prudência que o homem

sabe, ao agir, de que modo e por que meios atingirá o meio termo racional.” (AQUINO, 2016. IIa IIae p. 320) Por fim, as virtudes da alma purificada são o resultado da prática das virtudes cardeais, “e a tal fim é preestabelecido o homem em conformidade com a razão natural; pois a razão natural dita a cada um que viva segundo a razão.” (AQUINO, 2016. IIa IIae p. 320)

As virtudes cardeais, já estabelecidas como atos da razão especulativa que se tornam operantes mediante a repetição de atos e exercícios das virtudes até que estas tornem-se hábitos, possuem também cada uma uma determinada matéria. Como vimos, as virtudes da temperança e prudência tem uma natureza mais especulativa, possuindo como matéria a razão. A fortaleza possui uma natureza purgativa e que reflete-se mais claramente nas atitudes do que na simples especulação racional. Por sua vez, a justiça é, por excelência, a virtude cardinal direcionada para fora daquele que a pratica, dado que a justiça existe na nossa relação com o outro. Entretanto, todas as virtudes possuem em sua essência a qualidade de ser um hábito operativo, ou seja, a repetição constante de um ato bom e justo, forjado por esta repetição, onde “o ato de virtude exige, primeiro, que o sujeito o pratique cientemente; segundo, com eleição, e para um fim devido; terceiro, que seja imutável.” (AQUINO, 2016. IIa IIae p. 372) São Tomás de Aquino (2016) determina assim que “para um ato, relativo a uma determinada matéria, ser virtuoso; é necessário que seja voluntário, estável e firme.” (IIa IIae p. 372) expondo assim a tríplice condição para a prática das virtudes cardeais.

2.4.2.1.1. A PRUDÊNCIA

“A prudência é a virtude que dispõe a razão prática para discernir, em qualquer circunstância, o nosso verdadeiro bem e para escolher os justos meios de o atingir. «O homem prudente vigia os seus passos» (Pr 14, 15). «Sede ponderados e comedidos, para poderdes orar» (1 Pe 4, 7). A prudência é a «reta norma da ação», escreve São Tomás seguindo Aristóteles. Não se confunde, nem com a timidez ou o medo, nem com a duplicidade ou dissimulação. É chamada «auriga virtutum – condutor das virtudes», porque guia as outras virtudes, indicando-lhes a regra e a medida. É a prudência que guia imediatamente o juízo da consciência. O homem prudente decide e ordena a sua conduta segundo este juízo.

*Graças a esta virtude, aplicamos sem erro os princípios morais aos casos particulares e ultrapassamos as dúvidas sobre o bem a fazer e o mal a evitar.*²⁰

A prudência, identificada como toda virtude que faz o bem, levando em conta a consideração da razão apresenta-se como a principal das virtudes, pois "a prudência é a razão reta que nos dirige quando agimos." (AQUINO, 2016. Ia IIae p. 338) O próprio São Tomás (2016) afirma isto quando diz que "a prudência é a virtude soberanamente necessária a vida humana. Pois, viver bem consiste em obrar bem. [...] devemos obrar segundo uma eleição reta e não só pelo ímpeto ou pela paixão." (Ia IIae p. 339) O aquinate afirma ainda que para que nossas obras sejam identificadas como boas é necessário considerar não somente a *ação em si*, o ato bom, mas também considerar o *como* e o *porque* desse ato, nossa intenção em realizá-lo.

Desta maneira, podemos identificar na prudência o reto uso da razão que se aplica em nosso agir. A razão humana, segundo São Tomás de Aquino (2016) possui três atos dirigentes: 1. aconselhar; 2. julgar; e 3. mandar. O primeiro ato identifica-se com a qualidade de indagar qual a ação correta para cada ato, prevenindo a razão de agir contra sua inclinação natural ao bem²¹; o segundo ato, por sua vez, consiste em avaliar qual a melhor maneira de agir diante de determinada ação, levando sempre em conta a consideração da razão, dirigida ao bem do homem. Por fim, o último ato da razão, que é o de mandar, forma-se pela prática desta virtude, que consiste na execução do *ato bom*, que foi previamente aconselhado e julgado pelos dois atos anteriores da razão.

A prudência possui também a característica de não ser uma virtude unicamente pessoal, mas que se estende de igual maneira à esfera social. Isto posto, podemos afirmar junto ao Santo de Aquino (2016) que "a prudência se ocupa, não só com o bem particular de cada um, mas também, com o comum, de todos." (IIa IIae p. 322) Entretanto, apesar da virtude cardeal da prudência possuir uma mesma matéria, i. e., a faculdade de ponderar, julgar e agir de acordo com o bem, possui também partes potências distintas. Além da prudência pessoal, ordenada ao bem de cada um, temos também a prudência econômica, que direciona-se ao bem comum daqueles pertencentes a uma mesma casa ou família, e a

²⁰ Catecismo da Igreja Católica, § 1.806

²¹ A alma racional institui que o bem do homem é estar de acordo com sua razão, porquanto que o mal do homem é estar contra sua razão.

prudência política, ordenada ao bem da sociedade, de uma cidade específica ou de um país como um todo.

A prudência apresenta em si três faces em sua natureza: a natureza integrante; a natureza subjetiva; e a natureza potencial. A natureza integrante da prudência é dividida em duas partes: 1. parte cognoscitiva e 2. parte preceptiva. A primeira, por sua vez, possui cinco características, das quais as duas primeiras são integradas pela *memória* - responsável pelo conhecimento passado - e pelo *intelecto* - responsável pelo conhecimento presente; tanto a memória, quanto o intelecto são responsáveis pelo conhecimento que se tem de si mesmo. A *razão*, terceira característica, é responsável pelo uso que fazemos do conhecimento. As duas últimas características da parte cognoscitiva são a *docilidade* e a *solécia*, direcionadas para a aquisição do conhecimento. A docilidade relaciona-se com o recebimento passivo do conhecimento através de um mediador, porquanto a solécia é identificada como a iniciativa, a astúcia em buscar o conhecimento. A parte preceptiva possui três características, que juntas formam a tríplice condição da razão: a *providência*, a *circunspeção* e a *cautela*. A primeira característica da parte preceptiva relaciona-se com o movimento de acomodação dos meios ao fim de determinada ação que será objeto da prudência; a segunda, em levar em conta as circunstâncias de tal ação; e a última, em contornar os obstáculos que nos impedem de praticar a virtude cardeal da prudência.

A virtude da prudência tem como característica, ponderar nossos atos para que, desta maneira, possamos sempre agir de acordo com o bem da razão, o bem social e o bem universal. Tal virtude moral implica na capacidade que o homem tem de, conhecendo os princípios universais, aplicá-los as suas ações, sejam elas particulares, relativas ao lar ou a sociedade como um todo. Com relação a tais princípios universais, que devem ser conhecidos pelo homem para que este possa ponderar, julgar e agir de maneira prudente, São Tomás de Aquino (2016) afirma que “em relação a eles, o homem não pode dirigir-se pelo que é absoluta e necessariamente verdadeiro, mas, pelo que se dá na maior parte dos casos. Ora, os princípios devem ser proporcionados às conclusões e, de tais princípios, devemos tirar tais conclusões que lhes sejam proporcionadas.” (IIa IIae p. 331). Desta maneira, podemos então afirmar que a virtude moral da prudência se dá a partir do exercício intelectual e prático de conhecer o que se repete, o que se tem comprovado empiricamente, o que segue um padrão de comportamento ou acontecimentos, para assim, tomar a decisão adequada a cada situação.

2.4.2.1.2. A JUSTIÇA

“A justiça é a virtude moral que consiste na constante e firme vontade de dar a Deus e ao próximo o que lhes é devido. A justiça para com Deus chama-se «virtude da religião». Para com os homens, a justiça leva a respeitar os direitos de cada qual e a estabelecer, nas relações humanas, a harmonia que promove a equidade em relação às pessoas e ao bem comum. O homem justo, tantas vezes evocado nos livros santos, distingue-se pela retidão habitual dos seus pensamentos e da sua conduta para com o próximo. «Não cometerás injustiças nos julgamentos. Não favorecerás o pobre, nem serás complacente para com os poderosos. Julgarás o teu próximo com imparcialidade» (Lv 19, 15). «Senhores, dai aos vossos escravos o que é justo e equitativo, considerando que também vós tendes um Senhor no céu» (Cl 4, 1).”²²

Em seguida, discutiremos a virtude cardinal da justiça. Tal virtude possui um diferencial em relação as outras virtudes. As virtudes podem ser consideradas e classificadas entre si por maiores e menores. Segundo São Tomás (2016), tal classificação da prevalência de uma virtude sobre outra partindo de uma consideração relativa e outra absoluta. Pela ótica de que, dada a natureza racional das virtudes, aquela que possui uma maior ligação de expressão da razão pode ser considerada maior do que as outras. A virtude da justiça, portanto, pode ser vista a esta luz, já que dentre as virtudes cardinais - que já se destacam das restantes - esta é a que encontra maior proximidade com os movimentos da razão humana.

Outra característica marcante da justiça como virtude é que esta não se relaciona com o sujeito da virtude em si mesmo, mas antes é a virtude que se direciona a outrem, portanto, a justiça é a virtude que versa sobre nossos atos relativos ao outro. Para Aquino (2016), a virtude da justiça “implica uma certa igualdade, como o próprio nome indica; [...] Ora, a igualdade supõe relação com outrem.” (IIa IIae p. 367) Enquanto as outras virtudes tem o objetivo de aperfeiçoar o homem em relação ao seu modo de pensar, agir, e estar no mundo, a justiça busca a igualdade entre o gênero humano. Podemos afirmar ainda que “a retidão nas obras das demais virtudes, para o que tende a operação da virtude, com seu objeto próprio, só é considerado relativamente ao agente. A retidão, porém, que implica a obra da justiça, além da relação com o agente, supõe relação com outrem.” (AQUINO, 2016. IIa IIae p. 367)

²² Catecismo da Igreja Católica, § 1.807

Uma terceira característica importante da justiça como virtude cardeal é que, diferentemente das outras virtudes, nas quais se leva em conta não somente o ato bom em si, mas o porque deste ato, as intenções do agente da virtude em praticá-la. A justiça tem seu fim em sua própria atividade, ou seja, a retidão da justiça encontra-se na prática desta, e não necessariamente necessita ter seu princípio no correto ordenamento da razão tencionada para o bem. O objeto da justiça é, portanto, a própria justiça, e o que era determinado *ato bom* aqui passa a ser chamado de *ato justo*.

O assim chamado ato justo, logo, implica uma obra de um direcionada a outro e que é adequada em si mesma por algum critério de igualdade entre as partes. São Tomás de Aquino (2016) estabelece dois modos distintos pelos quais algo pode ser adequado:

“De um modo, pela natureza mesma da coisa; por exemplo, quando alguém dá tanto para receber tanto. E este se chama o direito natural. - De outro modo, uma coisa é adequada ou proporcionada a outra, em virtude de uma convenção ou comum acordo; por exemplo, quando alguém se julga satisfeito se receber tanto. O que pode se dar de dois modos. De um modo, por uma convenção particular, como quando pessoas privadas firmam entre si um pacto. De outro modo, por convenção pública; por exemplo, quando todo o povo consente que uma coisa seja tida como que adequada e proporcionada a outra; ou quando o príncipe, que governa o povo e o representa, assim o ordena. E a este se chama direito positivo.” (IIa IIae p. 368)

Temos, deste modo, a construção de duas espécies de justiça: a justiça **natural** e a justiça **positiva**. A primeira identifica-se com a proporcionalidade exata de algo, uma total igualdade entre as partes; faz-se algo e recebe-se algo de igual proporção. A segunda, por sua vez, tem uma relação maior de adequação e de concordância entre as partes envolvidas e as quais se direciona o ato justo; julga-se justo de acordo com a adequação de tal ato ao seu fim, ou de acordo com algo estabelecido entre o agente da justiça e aquele ao qual esta se direcionará. Entretanto, as duas espécies de justiça, porquanto distintas, possuem a característica conjunta de que “o direito ou justo implica uma proporção entre uma coisa e outra.” (AQUINO, 2016. IIa IIae p. 370)

Podemos resumir, desta maneira, a justiça como a vontade de dar a cada um o que lhe pertence. Cabe agora discutir, se a virtude cardeal da justiça é, portanto, esta mesma vontade, com caráter constante e perpétuo. Como já apresentado acima, virtudes são hábitos, e estes

são o princípios dos atos bons, cuja matéria deste ato é a prática - progressiva, constante e perpétua - da virtude. Como já estabelecido, a matéria da virtude da justiça não é o sujeito em si, mas os seus atos relativos a outrem. Assim, podemos afirmar que “a justiça é um hábito pelo qual, com vontade constante e perpétua, atribuímos a cada um o que lhe pertence.” (AQUINO, 2016. Ila Ilae p. 372) Podemos perceber, também, que o caráter da justiça como uma virtude que se estabelece na relação do sujeito com o outro, sendo incapaz de existir de outra maneira, já que “o nome de justiça, implicando a igualdade, está em a natureza da justiça ser relativa a outrem; pois, nada é igual a si mesmo, mas, a outrem.” (AQUINO, 2016. Ila Ilae p. 373) Ou seja, faz-se necessário para a prática da justiça, que busca retificar os atos do homem, que aqueles sujeitos a justiça tenham suas atitudes diversas, pois não se julga a igualdade em si mesma, mas em comparação a partes distintas.

Por fim, cabe ressaltar que a justiça não ordena somente as relações entre particulares, entre o agente e o sujeito da justiça, a qual chamamos de justiça particular. Outro modo possível à justiça de ordenar a relação do homem com o outro é a justiça geral - a que chamamos de *justiça legal*, onde a comunidade deve servir a todos os indivíduos nela contidos. Esta justiça, cujo ordenamento geral é direcionar a todos para o bem comum, permite a todos os homens que dela obedecem ordenarem seus atos para este bem comum. A justiça legal determina então, que deve-se ter um representante para que esta justiça sirva a todos os indivíduos que dela fazem parte.

Neste sentido, a virtude cardeal da justiça apresenta em sua natureza subjetiva dois modos distintos: a justiça **comutativa** e a justiça **distributiva**. A justiça comutativa versa sobre a relação das pessoas particulares entre si e, por este motivo, é responsável por dar ao particular do bem comum entre as partes envolvidas. A justiça distributiva, por sua vez, se preocupa com a relação entre o todo e as partes envolvidas e dá algo a alguém por ser devido a parte que pertence ao todo. Ambas atribuições de retribuição das justiças comutativa e distributiva são proporcionais à importância social do indivíduo, ou indivíduos, envolvidos no ato de justiça.

2.4.2.1.3. A FORTALEZA

“A fortaleza é a virtude moral que, no meio das dificuldades, assegura a firmeza e a constância na prossecução do bem. Torna firme a decisão de resistir às tentações e de superar os obstáculos na vida moral. A virtude da fortaleza dá capacidade para vencer o medo, mesmo da morte, e enfrentar a provação e as perseguições. Dispõe a ir até à renúncia e ao sacrifício da própria vida, na defesa duma causa justa. «O Senhor é a minha fortaleza e a minha glória» (Sl 118, 14). «No mundo haveis de sofrer tribulações: mas tende coragem! Eu venci o mundo!» (Jo 16, 33).”²³

A terceira virtude cardeal, a *fortaleza*, pode também ser referida como a coragem que nos permite continuar no correto ordenamento da alma racional do homem que busca sempre o bem e o caminho da virtude, apesar de todas as dificuldades encontradas, ou seja, “a coragem é uma virtude, porque nos faz viver de acordo com a razão.” (AQUINO, 2016. Ila Ilae p. 717) São Tomás de Aquino (2016) estabelece uma dupla acepção da virtude da fortaleza:

“o nome de coragem pode ser tomado em dupla acepção. Primeiro, em sentido absoluto, importando então uma certa firmeza de ânimo. E, nesta acepção, é uma virtude geral; ou antes, é a condição de todas as virtudes. Pois, como diz o Filósofo, é próprio da virtude fazer-nos agir com firmeza e constância: Noutro sentido pode ser considerada a coragem como implicando somente a firmeza em suportar e vencer os obstáculos que tornam mais difícil a firmeza [...] a coragem consiste em afrontar deliberadamente os perigos e sofrer os trabalhos.” (Ila Ilae p. 718-719)

Desta maneira enxergamos na virtude cardeal da fortaleza a coragem que dá força a nossa vontade para que, frente aos problemas e dificuldades, não abandonarmos o bem da razão por medo de que algo de mal acomete nosso corpo, “pois, devemos firmemente manter o bem racional contra qualquer mal; porque nenhum bem corpóreo equivale ao bem da razão” (AQUINO, 2016. Ila Ilae p. 720)

Como o fim último de toda virtude é o bem e a sua força, por natureza, nos faz tencionar para o bem da razão, a virtude cardeal da fortaleza é aquela que nos auxilia a enfrentar e não fugir perante o perigo, especialmente o perigo da morte, que assola

²³ Catecismo da Igreja Católica, § 1.808

especialmente a alma humana. Aquino (2016) propõe ainda uma dimensão da fortaleza que se preocupa especialmente em suportar os perigos de morte, se isto significar que suportando-os, conseguiremos alcançar algum bem, afirmando que “é próprio da coragem dar-nos a fortaleza de alma para arrostarmos os perigos da morte” (AQUINO, 2016. IIa IIae p. 721)

A virtude da coragem tem, além da prerrogativa de nos auxiliar na resistência contra o perigo da morte, de nos assistir face a todos os perigos e dificuldade que encontrarmos, já que “o ato principal da coragem é suportar, isto é, persistir inalterado nos perigos, mais do que atacar” (AQUINO, 2016. IIa IIae p. 722) Quando afirma que a fortaleza nos permite mais persistir do que atacar os perigos, o Doutor Angélico não exclui a característica desta virtude de combater os perigos que nos assombram de forma ativa. Aquino (2016) afirma que “o corajoso, tendo a intenção, a semelhança de seu hábito, tem também a de agir segundo a exigência desse hábito” (IIa IIae p. 723)

Nos atos de coragem, ou seja, na prática da virtude cardinal da fortaleza, encontramos duas considerações necessárias: a eleição do ato corajoso; e na manifestação do ato corajoso como manifestação da virtude da fortaleza. Com relação a eleição de seus atos, a coragem não se preocupa com os perigos repentinos, mas antes premedita os perigos que poderão ocorrer para, assim, melhor lhes oferecer resistência e, quando estes perigos de fato o assolarem, suportá-los. Como manifestação da virtude da fortaleza como hábito, o sujeito da virtude a manifesta através da resposta imediata aos perigos repentinos, sendo nestes a principal manifestação da coragem que tem por característica principal ser uma virtude cardinal.

Desta maneira, podemos determinar na natureza da virtude da fortaleza suas partes integrantes: **atacar o perigo** e **resistir ao perigo**. O ato virtuoso de atacar o perigo consiste na preparação da alma para as dificuldades que possa enfrentar, em um estado de prontidão que evolui então para a virtude da confiança, que na alma tem o resultado de mantê-la firme, pois sabe que pode resistir ao mal. Consiste também em não somente estar preparado para resistir as dificuldades, mas em de fato resisti-las, não desistindo frente a execução do ato da virtude cardinal da fortaleza, a qual gera outra virtude: a da magnificência. Com relação à resistir ao perigo, a virtude da fortaleza é responsável por garantir que o sujeito da virtude não desanime perante o perigo, mas que possa sofrer voluntária e diuturnamente, desenvolvendo assim a virtude da paciência. E, neste não desanimar, a fortaleza também fomenta a virtude da perseverança, que nos faz permanecer firmes no que é bom, segundo a razão.

2.4.2.1.4. A TEMPERANÇA

“A temperança é a virtude moral que modera a atração dos prazeres e proporciona o equilíbrio no uso dos bens criados. Assegura o domínio da vontade sobre os instintos e mantém os desejos nos limites da honestidade. A pessoa temperante orienta para o bem os apetites sensíveis, guarda uma sã discricção e não se deixa arrastar pelas paixões do coração. A temperança é muitas vezes louvada no Antigo Testamento: «Não te deixes levar pelas tuas más inclinações e refreia os teus apetites» (Sir 18, 30). No Novo Testamento, é chamada «moderação», ou «sobriedade». Devemos «viver com moderação, justiça e piedade no mundo presente» (Tt 2, 12).”²⁴

A última virtude cardeal, tida como a menor entre as quatro, é a virtude da temperança. Esta virtude é definida por Aquino (2016) como a que “nos afasta do que nos atrai o apetite contrariamente à razão.” (IIa IIae p. 791) A temperança é a virtude que nos auxilia a moderar os apetites sensitivos e os impulsos das paixões da alma que nos inclinam ao excesso e ao vício. É a virtude responsável por refrear nossos desejos e inclinações, fazendo o sábio uso daquilo que nos é oferecido. É também a virtude responsável por moderar a tristeza que provem ao se abster de tais prazeres. Assim, podemos afirmar com São Tomás de Aquino (2016) que “a temperança, que importa uma certa moderação, versa principalmente sobre as paixões tendentes aos bens sensíveis, a saber, a concupiscência e a deleitação; e conseqüentemente, sobre as tristezas provenientes da ausência desses bens.” (IIa IIae p. 793)

Todavia, a virtude cardeal da temperança não tem como única finalidade a de coibir as paixões. Antes, a temperança é a virtude responsável por fazer uso reto e ordenado dos prazeres, não de proibi-los completamente. A temperança nos auxilia a fazer o correto uso dos prazeres de acordo com o correto ordenamento da razão, usando-os na medida correta, nem mais do que o devido, nem menos. Podemos afirmar que “a temperança toma as necessidades desta vida como a regra dos prazeres de que usa; de modo a usar deles na

²⁴ Catecismo da Igreja Católica, § 1.809

medida em que o exigem as referidas necessidades.” (AQUINO, 2016. IIa IIae p. 796) Deste modo, podemos buscar na prática da virtude da temperança o ordenamento das vontades, que nem sempre buscam o bem real do homem, somente a satisfação imediata de algo que a natureza sensitiva do homem deseja, pois o prazer existe para o cumprimento de um fim natural.

Como partes integrantes da natureza da virtude da temperança, temos sua natureza integrante; subjetiva e potencial. Sua natureza integrante é dividida em duas partes: a honestidade, pela qual nós somos capazes de amar a beleza que vem do bem da razão; e a vergonha, que nos impede de fazer o mal. Em relação à sua natureza subjetiva, a virtude cardeal da temperança possui dois objetos, que visam o ordenamento dos prazeres: os nutritivos, que se moderam a partir da prática da abstinência - que se realiza a partir da moderação dos alimentos -, e da sobriedade - que se realiza a partir da moderação das bebidas; e dos prazeres geradores, que se moderam a partir da castidade - que direciona os prazeres advindos das relações sexuais -, e da pudicícia - que modera os prazeres vindos das deleitações circunstanciais, como por exemplos, nas deleitações dos sentidos.

Sua parte potencial se dá de três modos: nos movimentos exteriores e atos do corpo; nos movimentos exteriores da alma; e nas causas exteriores. Esta última se apresenta a partir da moderação da busca pelo supérfluo, que é refreada pela virtude da auto-suficiência - o supérfluo caracteriza-se aqui pela busca do que não é essencial, do que não nos aperfeiçoa e, deste modo, a auto-suficiência se apresenta como a moderação da busca pelo que se encontra fora do sujeito. Outra causa exterior é a busca pelo que é estranho à realidade do indivíduo, que é refreada pela virtude da simplicidade, que procura contentar-se com o simples e necessário, não buscando o que se encontra fora da realidade do indivíduo. Os movimentos exteriores da alma se identificam pelas vontades impelidas pela paixão, que é refreada pela virtude da continência, e pela esperança e pela audácia que não se saciam, que são refreadas pela virtude da humildade. Os movimentos exteriores e atos do corpo são ordenados pela virtude cardeal da temperança a partir de três outras virtudes: o discernimento, a conveniência e a austeridade.

3. ANÁLISE DA NARRATIVA

O objetivo desta parte é apresentar os resultados obtidos durante a pesquisa e para tanto divide-se em dois capítulos principais. No primeiro capítulo, faz-se uma análise da vida pessoal do autor; e como esta foi influenciada pela Fé Católica. No segundo capítulo serão apresentadas as manifestações das virtudes cardeais em sua obra, especificamente em sua coletânea mitológica fantástica *O Silmarillion*; primeiro de maneira geral, depois se apresentará cada uma das virtudes cardeais, assim como se mostram na narrativa tolkieniana.

3.1. AS VIRTUDES EM TOLKIEN: SUA VIDA EM SUA OBRA

O autor de *O Silmarillion* possui uma característica marcante: tornou-se um católico devoto desde sua infância, e permitiu que sua fé conduzisse sua vida pessoal, profissional - e literária. John Ronald Reuel Tolkien, natural da África do Sul, perdeu seu pai com apenas 4 anos de idade, regressando ao país natal de seus pais, a Inglaterra, com sua mãe e irmão. Oito anos após o falecimento de seu pai, John Tolkien, com apenas 12 anos, perde também sua mãe para a diabetes, que na época não possuía tratamento, após anos de abandono por parte de sua família, a qual havia retirado o auxílio financeiro que recebia, pois Mabel Tolkien tinha se convertido ao catolicismo, e conseqüentemente, se recusava a retornar à fé metodista de sua família ou à fé anglicana da família de seu marido. Tal fato, que Tolkien considerava um ato de fé de sua mãe, aliado à tutoria de Padre Francis Xavier Morgan (que recebeu a guarda de John e Hillary Tolkien após o falecimento da mãe), foram os principais motivadores da convicção do próprio Tolkien ao catolicismo, convicção esta que acompanhou o autor durante toda sua vida, já que, como afirma Michael White (2016), “esta convicção²⁵ reforçou a própria fé de Tolkien e o conduziu à religião, tornando-se talvez o aspecto mais importante de sua própria vida.” (p. 86)

Apesar da importância da fé católica em sua vida, Tolkien nunca se propôs a escrever uma literatura com cunho religioso. Sua intenção inicial com a criação da Terra-média era a de elaborar uma espécie de mitologia inglesa, com relatos sobre sua criação e seus

²⁵ A convicção a que se refere White é a de que Tolkien estava convencido, e assim permaneceu até o fim de sua vida, de que a doença de sua mãe foi agravada pelo abandono financeiro e emocional de sua família, causada pela rejeição ao catolicismo de Mabel Tolkien.

personagens fantásticos. A própria presença de um ambiente mitológico, que possui como característica a ausência da influência cristã, é uma contradição à um autor que possui uma fé tão marcante em sua vida pessoal. Como afirma White (2016) “um dos aspectos mais surpreendentes da mitologia de Tolkien é que, como as antigas tradições na qual se baseava, ela descreve um mundo destituído de cristianismo.” (p. 86) Uma das possíveis explicações para este fato é oferecida também por White, que argumenta que o mundo mitológico de Tolkien “é o mundo da primeira infância de Tolkien, um tempo e um lugar anterior ao encontro de sua mãe com a Igreja; [...] um mundo no qual sua mãe é jovem e saudável, um mundo onde eles estão juntos.” (WHITE, 2016. p. 86)

Entretanto, sejam quais forem os motivos, é notável a importância da fé para a vida de Tolkien. Em uma carta à seu filho, Michael Tolkien, o autor comenta: “apaixonei-me pelo Santíssimo Sacramento desde o começo - e pela misericórdia de Deus nunca me afastei dele outra vez.”²⁶ e por este motivo “desde aquele tempo ele foi um católico devoto, se não evangelista, certamente convertido [...], esta devoção religiosa guiou sua vida e sua carreira, mas também indicou as raízes de sua mitologia e frequentemente guiou sua caneta.” (WHITE, 2016. p. 40)

O interesse de Tolkien por idiomas surgiu ainda em sua infância, quando sua mãe lhe ensinava os rudimentos do latim e do francês e, mais adiante, aprenderia um pouco de grego com um de seus professores no Colégio King Edward. Sua habilidade e afinidade naturais com as línguas fizeram de Tolkien um apaixonado pela linguagem e um exímio linguista. Apesar de seu profundo conhecimento sobre as estruturas gramaticais de diversas línguas, modernas ou antigas, o autor enxergava na linguagem algo além da simples aglomeração de palavras que buscam transmitir uma mensagem. Para Tolkien existia uma relação intrínseca entre língua e cultura, e o professor inglês dava muita importância a essa relação.

“Assim, a partir do estudo de línguas antigas, Tolkien começou a apreciar o conceito de mito, que atuava como um documento da cultura. Percebendo isso, ele poderia então começar a construir sua própria mitologia para descrever uma cultura ficcional, um completo universo ficcional, na verdade, cujas raízes estão assentadas nas línguas dos povos de seu reino fantástico. Para Tolkien, a

²⁶ Carta a Michel Tolkien, 1 de novembro de 1963. p. 401

língua, e particularmente as línguas dos elfos, forneceu a semente para o seu épico.” (WHITE, 2016. p. 84)

Porém, o interesse de Tolkien pelas mitologias greco-romanas nunca foi muito acentuado, pois este enxergava nas mitologias islandesa, germânica e escandinava fontes muito mais atrativas. Daí surgiu em Tolkien o desejo de construir uma mitologia sua, uma mitologia para o seu país, uma mitologia inglesa.

Amigo íntimo de outro famoso escritor inglês - que também se interessava pela criação mitológica - Tolkien mantinha longas conversas com C. S. Lewis, sendo tido como um dos responsáveis pela conversão deste ao cristianismo. Lewis, que após lutar na Primeira Guerra Mundial, acreditava na existência de um deus, mais próxima aos paganismos ocidentais do que do Deus judaico-cristão. Sua visão de Cristo estava ligada a sua visão de mitologias, vendo toda a religiosidade cristã como mais uma cultura, com suas lendas e mitos, que na realidade não passam de mentiras. Tolkien é tido como um dos responsáveis pela mudança de opinião de Lewis. Para Tolkien, entretanto, nenhum mito deveria ser considerado uma mentira, especialmente o que Lewis chamava de “mito de Cristo”, já que para Tolkien este era construído em cima de eventos reais, regados com uma verdade profunda e irrevogável. White (2016) afirma que para Tolkien “o mito que reside dentro do cristianismo fornece um caminho a ser seguido em busca dos aspectos não materialistas de cada ser humano, uma estrada para uma verdade espiritual mais profunda.” (p. 131)

A relação de Tolkien com a escrita mitológica remonta a 1914, em seu primeiro esforço literário, intitulado “A Viagem de Earendel, Estrela Vespertina”, na qual é apresentada a história de Earendel, o Marinheiro das Estrelas. Tal história se desenvolveria, com Tolkien ampliando e adicionando histórias a narrativa do Marinheiro ao mesmo tempo em que desenvolvia os primórdios do Quenya e do Sindarin - os idiomas élficos amplamente utilizados nas suas narrativas principais. Entre os anos de 1918 e 1919, após voltar da Guerra com febre das trincheiras para se tratar em casa, Tolkien trabalhou em sua obra mitológica, que a época tinha o nome de “O Livro dos Contos Perdidos” e o que viria a se tornar o trabalho de sua vida. Dada a importância d’*O Silmarillion* e do catolicismo na vida de Tolkien, fica claro que suas obras poderiam sofrer uma influência desta sua devoção.

Apesar do autor ter construído um mundo aparentemente pagão, “a devoção de Tolkien ao catolicismo era provavelmente a coisa mais importante em sua vida; ele era quase um cristão fanático.” (WHITE, 2016. p. 193). O próprio Tolkien afirma que sua obra tinha certa natureza cristã. Entretanto, esta natureza não se revela de maneira explícita, com crucifixos, igrejas e sacerdotes, mas encontra-se entremeada no fluxo narrativo, um pano de fundo sempre presente na história e em seus personagens. De acordo com White (2016), “o ‘espírito cristão’ está em toda parte. O núcleo essencial da história é o bem contra o mal e o triunfo do bem, mas também é sobre sacrifício, tentação, autodeterminação e livre-arbítrio.” (p. 192). Tais valores, essenciais dentro do cristianismo, são encontrados tanto na vida pessoal de Tolkien como em suas obras.

Para Damien Casey (2004) “Tolkien pode não falar de Deus diretamente, mas ele realmente o faz de maneira indireta, de acordo com uma apreciação da revelação baseada na ideia da história da salvação, de acordo com a qual Deus é melhor revelado na e através da história.”²⁷ (p. 1, tradução nossa). Para o autor, sua visão teológica é melhor inserida de uma maneira subconsciente, indireta e sutil, através das imagens e símbolos presentes em sua narrativa. Narrativa esta que o próprio Tolkien não enxergava como um mundo puramente imaginário, inexistente, mas ante um passado imaginário de nossa própria história, de nossa própria “terra-média”. Podemos ver, então, como o discurso ideológico-religioso tem como característica a de extrapolar o mundano, trazendo de volta um sentido fantástico para a existência humana. Neste ponto, para Tolkien, é onde encontram-se a literatura e a religião.

3.2. O SILMARILLION: A VIRTUDE NA NARRATIVA DE TOLKIEN

J. R. R. Tolkien criou, ou como o próprio costumava dizer, sub-criou, um universo fantástico completo: geografia, história, linguística, cultura, religião - e mitologia. Suas obras mais famosas, *O Hobbit* e o *Senhor dos Anéis*, foram publicados durante sua vida e atingiram grande sucesso desde sua publicação, sendo amplamente traduzidas para várias línguas²⁸. O

²⁷ “Tolkien may not talk about God directly, but he does do so indirectly, in a manner consistent with an appreciation of revelation grounded in the idea of salvation history, according to which God is best revealed in and through the story.”

²⁸ Tolkien, com seu grande amor às línguas, criticou várias traduções de suas obras - principalmente para o dinamarquês. O autor inclusive publicou um ensaio no qual indicava aos tradutores como traduzir suas obras.

projeto literário mais caro aos olhos do autor não era, entretanto, nenhuma dessas duas obras. Durante toda a sua vida, Tolkien se dedicou a escrever, re-escrever e editar sua coletânea de histórias mitológicas, chamado de *O Silmarillion*. Este livro é dividido em cinco partes: *Ainullindalë*; *Valaquenta*; *Quenta Silmarillion*; *Akallabêth*; e *Dos Anéis de Poder e da Terceira Era*. As três primeiras partes do livro tratam do início de Arda e de sua Primeira Era. A segunda parte se dedica a contar sobre o surgimento e queda do Império Numenorian, fato marcante da Segunda Era do Mundo. A quinta e última parte relata os principais acontecimentos da Terceira Era, acontecimentos esses anteriores e que influenciam profundamente as suas duas narrativas fantásticas de maior sucesso: *O Hobbit* e *O Senhor dos Anéis*; nesta terceira parte também é relatado o desfecho desta última, com a destruição do Um Anel e a derrota de Sauron.

A primeira parte, chamada de *Ainullindalë* - A Música dos Ainur -, conta a história da criação de Eä, O Mundo que É, por Eru Ilúvatar, o Único. Antes de tudo havia apenas a escuridão até que Eru criou os Ainur, seres angelicais, divididos de acordo com o poder a eles dado pelo seu criador. Eru então propõe uma Música, magnífica e a qual os Ainur começaram a cantar prontamente, e com cada verso, cada melodia, cada nota musical se apresentava uma história magnífica, uma visão maravilhosa que se descortinava de acordo com a Música que progredia. Entretanto, Melkor, o maior e mais poderoso entre os Ainur começou a se distanciar da Música, deixando de cantar os temas propostos por Ilúvatar e a cantar temas de sua própria vontade, buscando perverte-los à sua dominação. A medida que a música de Melkor colidia com a Música de Eru, alguns dentre os Ainur começaram a seguir a Melkor e afinar seu canto ao deste, ao invés de se manterem fiéis à Música Original. Ao perceber a dissonância em sua Música, Eru se levanta e propõe então um novo tema, ao qual de início todos os Ainur seguem-na, mas, assim como na primeira vez, Melkor se distancia da Música, cantando temas de sua própria autoria, e causando uma dissonância tão grande que perturbou toda a harmonia proposta, criando grande confusão em todos os Ainur. Porém, mais uma vez Eru se levanta do seu trono e propõe um terceiro tema, grandioso e que, apesar das investidas de Melkor e daqueles que ele havia levado ao seu lado contra Ilúvatar, não era dominado pelas dissonâncias e desarmonias, mas antes acolhia as mudanças trazidas por Melkor e moldava-as novamente a vontade de Eru. *Anuillindalë* termina então com a criação efetiva de Arda, com o banimento de Melkor, por ter se rebelado contra os desígnios de seu criador e

com a descida para Eä daqueles que, entre os Ainur, desejaram vir ao mundo e participar de seu destino.

A segunda parte, *Valaquenta* - o relato dos Valar -, narra o início de Arda e a concretização da Música dos Ainur. No início, antes da criação do tempo, foi permitido aos Ainur que, se assim desejassem, poderiam descer a Eä para assim concretizar a visão que Eru havia lhes mostrado em sua Música, ligando a sua existência à existência deste novo mundo. Os maiores dentre estes eram quatorze e foram chamados de *Valar*, os Poderes do Mundo. Melkor, o maior e mais poderoso dentre os Valar, entretanto, não era contado no número destes, por ter caído em desgraça. Os Valar assumiram então formas físicas e ligaram-se ao destino do Mundo e destes quatorze, sete identificavam-se com formas masculinas e outros sete com formas femininas, de acordo com sua inclinação e temperamento.

Os Valar são estes: primeiro está Manwë, O Primeiro de todos os Reis, Senhor dos Ares, das alturas às profundezas; Varda, Senhora das Estrelas e da Luz, habita ao lado de Manwë e quando os dois estão juntos, enxergam e ouvem mais longe e com mais clareza todos aqueles que clamam pela ajuda dos Valar. Abaixo de Manwë está Ulmo, Senhor de todas as Águas. Aulë tem o poder sobre as substâncias que constituem o mundo de Arda e é responsável, junto a Manwë e Ulmo, da criação de todas as coisas; Yavanna é sua esposa, a Valier que domina sobre todas as coisas que crescem da terra, ofício de seu esposo - Kementári é chamada: a Rainha da Terra. Námo e Irmo são chamados de Os Senhores dos Espíritos; o primeiro mora em Mandos, guardião das Casas dos Mortos, Juiz e Oráculo dos Valar e tem por esposa Vairë, a Tecelã, que enfeita as paredes de Mandos com tapeçarias que contam a história do mundo. O segundo vive nos jardins de Lórien, e é Senhor das Visões e dos Sonhos e ao seu lado está Estë, a Senhora do Repouso - nas fontes de Irmo e Estë todos os que buscam o descanso ali o encontra. Nienna vive sozinha e é a Senhora da Compaixão e que ensina a todos que a buscam em transformar sua dor em sabedoria. Tulkas é o maior em força e em bravura e é chamado de Astaldo - o Valente; tem por esposa Nessa, a sempre veloz. Por fim há Oromë, chamado Tauron, o Senhor das Florestas e da Caça e que tem por esposa Vána, irmã mais nova de Yavanna, chamada de Sempre-jovem, a qual flores brotam com sua passagem.

Dentre os Valar, oito destacam-se e são chamados de Aratar - Seres Superiores de Arda -, e superam todos os outros em majestade, poder e reverência: Manwë e Varda, Ulmo, Yavanna e Aulë, Mandos, Nienna e Oromë. De mesma ordem, mas de grau inferior, estão o

Maiar, o povo dos Valar. Dentro da narrativa alguns Maiar se destacam: Eönwë, arauto e porta-estandarte de Manwë; Ossë, senhor do litoral da Terra-média e Uinem, sua esposa, senhora das águas, ambos vassallos de Ulmo. Melian, a Maia que servia a Estë e Vána, e que abandonou Aman e casou-se com o rei élfico Thingol, e ao seu lado habitou no Reino Protegido de Doriath. Muitos dos Maiar, porém, atraídos por Melkor no início dos tempos, o acompanharam em seu mergulho às trevas. Dentre estes destaca-se acima de todos Sauron, o Cruel, que inicialmente pertencia ao povo de Aulë e os balrogs, que ficaram conhecidos como os demônios de terror e os flagelos de fogo da Terra-média.

Quenta Silmarillion, ou *A História das Silmarils*, é a terceira e maior parte do livro e centra-se nos acontecimentos mais importantes da Primeira Era: do início dos tempos e das primeiras batalhas entre os Valar e Melkor; e da criação dos anões por Aulë e dos ents por Yavanna; do despertar dos elfos e da Guerra da Ira, na qual os Valar, em defesa dos Filhos de Ilúvatar, atacaram e prenderam Melkor, levando-o cativo a Valinor. Trata também dos elfos em Valinor; e de Fëanor, o maior entre os artífices élficos e das Silmarils - pedras preciosas que guardavam em si a luz das Duas Árvores de Valinor -, e como Melkor, agora em liberdade, as roubou, causando assim a cisão entre os noldor e os Valar e seu retorno a Terra-média - em perseguição a Melkor e as Silmarils roubadas. A partir deste momento, a narrativa guia-se pelas guerras travadas em razão das Silmarils, do Juramento de Fëanor e da Maldição dos Valar. Fala ainda da chegada dos homens, da ruína dos reinos élficos e da união das Duas Famílias - os Primeiros e os Segundos Filhos de Ilúvatar - através de Beren e Lúthien e de Eärendil e Elwing. Por fim, em seu último capítulo, *Quenta Silmarillion* relata a viagem de Eärendil a Valinor, sua súplica pela ajuda dos Valar contra a opressão de Morgoth e da Guerra da Ira, na qual os exércitos de Valinor marcharam em direção a Terra-média e, derrotando Morgoth, o baniram para o Vazio fora do Mundo e devastaram o norte da Terra-média em suas batalhas.

A quarta parte da narrativa chama-se *Akallabêth - A Derrubada* -, relata a ascensão e queda do grande Império Numenorian. Após a Guerra da Ira e da devastação de Beleriand, grande parte dos elfos retornou às Terras Imortais de Valinor e aqueles homens que haviam assistido Valar e elfos na sua luta contra o Inimigo foram guiados até a ilha de Andor e lá fundaram Númenor, o reino do Ponente. Tornaram-se um povo sábio e poderoso, conquistando territórios na Terra-média e lá estabelecendo colônias. Entretanto, na mesma época levantava-se na Terra-média Sauron, lugar-tenente de Morgoth e que, após a derrota de

seu mestre, havia tomado o lugar como o novo Senhor do Escuro e Inimigo dos povos livres de Arda. Reconhecendo o poder sombrio de Sauron, o Rei Numenoriano marchou sobre Mordor, a Terra das Sombras e, enganado por Sauron, trouxe-o de volta a Andor como prisioneiro. Devido à dádiva dos Valar, os homens de Númenor tiveram seus dias estendidos para muito além da contagem normal dos homens, porém, o medo da morte nunca os abandonou e, por causa dos conselhos perversos de Sauron, se rebelaram contra os Senhores do Oeste e buscaram invadir as Terras Imortais e derrotar os Valar. Em sua ira, os Valar clamaram a Eru, e este abriu o mar e engoliu a Ilha Abençoada, destruindo grande parte dos orgulhosos numenorianos, tendo escapado apenas alguns, que permaneciam fiéis aos Valar, e Sauron, que retornando a seus domínios, resumiu seu plano de conquista. Os númenorianos que chegaram a Terra-média fundaram novos reinos e prontamente se opuseram a Sauron e seu reinado de terror, derrotando-o - mas não completamente - em uma Última Aliança entre elfos e homens.

A quinta e última parte chama-se *Dos Anéis de Poder e da Terceira Era*. Única parte do livro no qual o título não é apresentado em élfico, já retratando a diminuição da presença e influência desse povo na história da Terra-média. Apesar de seu título, seu relato inicia-se ainda na Segunda Era, durante a ascensão do Império Numenoriano. Sauron, após a derrota de seu mestre Morgoth, consegue escapar da ira dos Valar e planeja conseguir o que o Senhor do Escuro não conseguiu: dominar todos os povos da Terra-média. Para tal, disfarça-se sob uma aparência bela e sábia e, em escondendo sua real intenção, convence Celebrimbor - descendente da Casa de Fëanor - a forjar os Anéis de Poder - artefatos mágicos que conferem grandes poderes aqueles que os usam. Em segredo, Sauron forjou o Um Anel, colocando nele todo seu poder e malícia, já que com ele seria capaz de dominar as vontades dos usuários dos outros Anéis de Poder. Entregou então nove anéis para reis humanos, sete para senhores dos anões; os três pertencentes aos elfos, entretanto, foram feitos em segredo e nunca foram tocados por ele. Sauron havia ganhado imenso poder com seus anéis, e por este motivo havia chamado atenção dos homens de Númenor; neste momento, a narrativa continua nos relatos em *Akallabêth*. Após a Queda de Númenor e a derrota de Sauron pela Última Aliança entre Elfos e Homens - que marca o fim da Segunda Era e o início da Terceira -, cerca de três mil anos se passaram até o que o Um Anel fosse encontrado novamente; por acaso, por um Hobbit do Condado que não fazia a mínima ideia da real natureza daquele anel mágico; deste fato tem então início a um novo conflito, chamado de a Guerra do Anel, brevemente

mencionados na narrativa, já que possuem espaço próprio dentro das histórias de *O Hobbit*²⁹ e *O Senhor dos Anéis*³⁰.

O Silmarillion apresenta, portanto, todo o plano de fundo para que as histórias nele próprio contidas ocorra, assim como aquelas que são apresentadas nas duas outras obras principais de Tolkien. Em sua narrativa encontramos um verdadeiro arcabouço mitológico e fantástico, de poderes sobrenaturais que agem direta e indiretamente na vida das criaturas que vivem na Terra-média, e das escolhas, atitudes e virtudes destes personagens fantásticos. Por este motivo, a narrativa fantástica de Tolkien pode ser vista como uma narrativa de acontecimentos épicos. Para Arantes (2016), “estamos diante de um texto cuja estrutura mítica tece o gênese da própria obra de Tolkien, ainda que sua publicação tenha sido póstuma.” (p. 32-33)

Conhecido, portanto, o caráter épico da narrativa tolkieniana, é preciso agora entendermos de que maneira tal narrativa pode ser lida sob uma perspectiva religiosa - especificamente o Cristianismo Católico Apostólico Romano. Com base no que foi proposto em relação à ideologia religiosa e seu caráter propagativo, e como esta utiliza-se de variados meios de transmissão para disseminar seus valores e ideais, é possível enxergar a obra de alta fantasia *O Silmarillion* sob um olhar cristão. A preocupação do autor de formar uma mitologia para suas histórias e a imensa importância que o catolicismo exerce em sua vida pessoal nos auxiliam em afirmar a possível leitura do *Silmarillion* como um épico cristão. Morris (2012) afirma que:

“apesar de suas intenções conscientes, a própria obra de Tolkien não se mostrou capaz de escapar da influência de sua criação religiosa. O *Silmarillion*, publicado postumamente em 1977, é discutivelmente a obra de arte mais obviamente religiosa de Tolkien. O *Silmarillion* foi escrito como a criação épica da Terra-média [...] A história contém o ato da criação pelo deus, Ilúvatar, e sua corte celestial, os Valar, assim como suas lutas contra o

²⁹ Em *O Hobbit*, é relatado o encontro casual do Um Anel por Bilbo Bolseiro, um hobbit do Condado, em uma caverna no interior das Montanhas Nevoentas. Entretanto, não era do conhecimento, nem de Bilbo, nem de Gandalf, de que o anel mágico encontrado era o Um.

³⁰ Em *O Senhor dos Anéis*, Frodo recebe o Anel de herança de seu tio Bilbo, e, a partir da revelação que este é em verdade o Um Anel de Sauron, começam as aventuras da Sociedade do Anel para destruí-lo e libertar a Terra-média da sombra de Sauron.

rebelde maligno Melkor.”³¹ (MORRIS, 2012. p. 14, tradução nossa)

J. R. R. Tolkien acreditava que a capacidade humana de criar deriva do fato de termos sido feitos a imagem de Deus, Criador. Para o mesmo, o mito é um ato de sub-criação, do qual o homem utiliza para armazenar, transmitir e criar a fantasia. O autor afirma ainda que este fato - de sermos imagem e semelhança divina - nos fazem diferentes em toda a criação. Morris (2012) afirma que “quando criamos nossos próprios mundos através da fantasia, nós necessariamente imitamos a própria criação de Deus porque nossa habilidade de criar deriva do fato de termos sido feitos à imagem de nosso criador.”³² (p. 16, tradução nossa)

Tolkien afirma em uma de suas cartas que os mitos e histórias de fadas, assim como todas as formas de arte em geral, devem refletir elementos morais e verdades religiosas. Entretanto, o autor defendia veementemente que tais elementos não deveriam se apresentar de maneira explícita, mas estarem entremeados em sua narrativa, através de símbolos. Neste pensamento, “a história consola o leitor por apontar verdades religiosas e o guiando ele ou ela para o gozo. Tolkien sentia que somente as boas histórias possuem tal habilidade e significado, pois elas guiam o leitor para a maior história de todas, o Evangelho de Jesus.”³³ (MORRIS, 2012. p. 17, tradução nossa)

Buscando então encontrar em sua narrativa elementos que evidenciem este caminho, no qual a literatura deve buscar retratar Verdades de Fé e levar-nos até a História Maior - o Evangelho de Jesus Cristo -, a leitura e análise de *O Silmarillion* buscou indícios da presença das virtudes cardeais. Esta escolha deu-se pelo importante papel desempenhado pelas virtudes dentro da vida cristã, ainda mais as virtudes cardeais, que como o nome sugere, são aquelas que direcionam a todas as outras virtudes. Estas virtudes, que tem como fim primeiro o bem do homem, organizam-se da seguinte maneira:

³¹ “despite his conscious intentions, Tolkien’s own works did not seem to be able to escape the influence of his religious upbringing. The *Silmarillion*, published posthumously in 1977, is arguably the most obviously religious of Tolkien’s masterpieces. The *Silmarillion* was written as the creation epic of Middle Earth. [...] The story features the act of creation by the god, Ilúvatar, and his heavenly court, the Valar as well as his struggles with the evil rebel Melkor.”

³² “when we create our own worlds through fantasy, we necessarily mimic God’s own creation because our abilities to create are derived from being made in the image of our creator.”

³³ “the story consoles the reader by pointing out religious truth and leading him or her to joy. Tolkien felt that only good stories contain such ability and meaning in that they guide the reader to the greatest story of all, the Gospel of Jesus.”

“o princípio formal da virtude, de que agora tratamos, é o bem da razão, que pode ser considerado sob duplo aspecto. Ou enquanto consistente na própria consideração da razão, e então a *prudência* é a virtude principal; ou, enquanto à ordem da razão é relativa a algum objeto. E isto será ou relativamente às obras, e então há lugar para a *justiça*, ou às paixões, e então é necessário haver duas virtudes. Pois é necessário estabelecer a ordem da razão relativamente às paixões, levando-se em conta a repugnância por elas opostas à razão; o que se pode dar de dois modos. Primeiro, quando a paixão impele a algo de contrário à razão; e nesse caso é necessário uma virtude que a reprima, e tal é a *temperança*. Depois, quando a paixão afasta do que a razão dita, como o temor dos perigos ou dos trabalhos; e então é necessária uma virtude pela qual o homem se firme, para não recuar, naquilo que é racional, e isto se designa a *fortaleza*.”
(AQUINO, 2016. Ia IIae p. 360)

Identificando então a virtude como a busca do bem do homem, entende-se que tal busca se dá de maneira constante, tornando-se assim um hábito. Este hábito, por sua vez, tem como finalidade a perfeição das potências da alma humana, determinando-a para o que é capaz como criação divina, ou seja, a perfeição. Esta, a seu modo, depende da prática constante do hábito virtuoso. Aquino (2016) afirma que “o de que uma virtude é ultimamente capaz há de necessariamente ser o bem, pois todo mal implica um certo defeito. (...) Logo, a virtude humana, que é um hábito imperativo, é um hábito bom e operativo do bem.” (Ia IIae p. 325) As virtudes possuem ainda a característica de não serem isoladas em si mesmas, mas de relacionarem-se entre si. É possível encontrarmos características próprias de mais de uma virtude em uma mesma atitude, já que “pode uma realidade existir em duas ou várias outras, não igualmente, mas numa certa ordem. E assim, a mesma virtude pode pertencer a várias potências.” (AQUINO, 2016. Ia IIae p. 329).

É possível, portanto, identificar um caráter religioso muito forte na narrativa de O Silmarillion, especialmente no relato da criação de Arda. A presença de um único criador, Eru Ilúvatar - que significa Aquele que É Único -, que cria seres angelicais para colaborarem com sua obra; sua onipotência em sua obra criadora; o livre-arbítrio; a dependência de todos os seres neste deus, a luta constante entre forças do bem - ligadas a Eru - e forças do mal - caracterizadas pela revolta de Melkor ao Poder ao Único - são elementos cristãos vistos facilmente na narrativa. Entretanto, não somente estes estão presentes. As virtudes - hábitos bons que aperfeiçoam os seres - também são apresentados na narrativa através das escolhas e atitudes dos personagens; sejam Calar, sejam elfos, homens ou anões.

Por fim, encarando a criação mitológica de Tolkien como o gênese de seu universo fantástico e também em relação à ocorrência das virtudes; n' *O Silmarillion* foram identificadas sessenta e seis (66) menções emblemáticas, divididas de acordo com o quadro apresentado abaixo. Das quatro virtudes cardeais, as duas virtudes que mais se apresentaram durante a narrativa foram a virtude da Prudência (vinte e cinco vezes) e da Fortaleza (vinte e cinco vezes), seguidas pela virtude da Justiça (onze vezes) e, por fim, a Temperança (seis vezes).

A seguir, serão apresentadas e analisadas cada uma das virtudes cardeais separadamente. Primeiramente serão apresentadas todas as ocorrências da virtude da **prudência**; após, aquelas que são parte da virtude da **justiça**; as que participam da virtude da **fortaleza** serão apresentadas a seguir e, por fim, as ocorrências da virtude da **temperança** serão apresentadas. A ordem de apresentação das virtudes seguirá dupla ordem: a das virtudes, mencionadas acima, separadas de acordo com a divisão das partes da história segundo o próprio livro: primeiro aquelas encontradas em *Ainulindallë*; após, aquelas presentes em *Valaquenta*; em seguidas os exemplos de virtude presentes no *Quenta Silmarillion*; em *Akallabêth*; e, por fim, em *Dos Anéis de Poder e da Terceira Era*.

tabela 1: A OCORRÊNCIA DAS VIRTUDES EM O SILMARILLION			
<i>VIRTUDE</i>	<i>OCORRÊNCIA</i>	<i>QUANTIDADE</i>	<i>TOTAL</i>
PRUDÊNCIA	Aniulindalë	2	25
	Valaquenta	2	
	Quenta Silmarillion	15	
	Akallabêth	3	
	Dos Anéis de Poder e da Terceira Era	3	
JUSTIÇA	Aniulindalë	1	11
	Valaquenta	1	
	Quenta Silmarillion	9	
	Dos Anéis de Poder e da Terceira Era	-	
FORTALEZA	Aniulindalë	1	25
	Valaquenta	3	
	Quenta Silmarillion	17	
	Akallabêth	-	
	Dos Anéis de Poder e da Terceira Era	4	
TEMPERANÇA	Aniulindalë	2	6
	Valaquenta	1	
	Quenta Silmarillion	3	
	Akallabêth	-	
	Dos Anéis de Poder e da Terceira Era	-	

3.2.1. AINULINDALĒ

A menor das virtudes cardeais é a Temperança. É também a que menos vezes foi encontrada durante a narrativa de maneira explícita e direta. Entretanto, a temperança é a virtude que permeia todo o fluxo narrativo de *O Silmarillion*, estando presente de maneira implícita durante a história. A virtude da temperança caracteriza-se pela moderação dos desejos e do uso que se faz do que tem-se à disposição, tanto física quanto espiritualmente; assim como a moderação dos movimentos da paixão. Esta virtude possui como partes integrantes a honestidade, na qual reconhecemos a beleza da criação; e a vergonha, que nos impede de fazer o mal. Em sua natureza potencial, a temperança existe para refrear três causas exteriores da paixão na alma através da humildade, da continência e da mansidão. O primeiro exemplo da virtude que temos na narrativa trata-se da virtude cardeal da temperança. Como visto, a virtude da temperança possui como virtude adjacente a humildade. No início da narrativa, a humildade transparece na reação de todos os Ainur quando Ilúvatar, antes do início da criação de Arda propõe a todos um tema. Devido ao imenso poder de Eru, os Ainur reconhecem a bondade na intenção deste e curvam-se, assim como vemos relatado no livro de Judite, quando esta aconselha à virtude da temperança ao povo judeu, frente a iminência de um ataque de Holofernes, general de Nabucodonosor, que buscava subjugar os israelitas; Judite, portanto, dirige-se ao povo dizendo: “humilhemo-nos diante dele e prestemo-lhe nosso culto com espírito de humildade.” (Jt 8, 16)

QUADRO 1: A HUMILDADE DOS AINUR DIANTE DA MÚSICA DE ILÚVATAR
<p>“E aconteceu de Ilúvatar reunir todos Ainur e lhes indicar um tema poderoso, desdobrando diante de seus olhos imagens ainda mais grandiosas e esplêndidas do que havia revelado até então; e a glória de seu início e o esplendor de seu final tanto abismaram os Ainur, que eles se curvaram diante de Ilúvatar e emudeceram.” (p. 3)³⁴</p>

O primeiro exemplo da virtude da prudência que temos no texto relaciona-se com uma virtude adjacente à prudência. A virtude da solércia, que, sendo parte da natureza integrante da prudência, tem relacionamento próximo com o correto uso da razão,

³⁴ Todas as referências ao texto literário apresentadas nesta análise se referem à **J.R.R. Tolkien, *O Silmarillion*. Organizado por Christopher Tolkien; tradução de Waldéa Barcellos. 5ª Edição, São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.**

caracterizando-se pela astúcia e iniciativa de buscar o conhecimento. Tal virtude é encontrada em Melkor, no início da narrativa, antes deste cair em desgraça, quando ainda percorria os espaços ainda vazios da criação em busca da essência da vida, pois ele mesmo procurava criar e dar existência as coisas. Entretanto, este enganara-se, pois assim como está escrito “porque o Senhor é quem dá a sabedoria, e de sua boca é que procedem a ciência e a prudência.” (Pr 2, 6) sua busca no Vazio foi, em si, vazia, já que a fonte de toda vida, de toda sabedoria e de todo o poder encontram-se em Ilúvatar. O Apóstolo São Paulo, em uma de suas cartas, exorta a comunidade de Corinto a não buscar a sabedoria no mundo e a não desejarem ser sábios a maneira do mundo, uns diante dos outros, ou seja, fora de Deus, pois este é a fonte da verdadeira sabedoria. Em sua exortação, Paulo convida a comunidade de Corinto que centre sua busca pela sabedoria em Deus, pois a verdadeira sabedoria consiste conhecê-lo, “porque a sabedoria deste mundo é loucura diante de Deus; pois (diz a Escritura) ele apanhará os sábios na sua astúcia.” (1Cor 3, 19)

QUADRO 2: A SOLÉRCIA DE MELKOR ANTES DA QUEDA

“Muitas vezes, Melkor, penetrara sozinho nos espaços vazios em busca da Chama Imperecível, pois ardia nele o desejo de dar Existência a coisas por si mesmo.” (p. 4)
--

O exemplo seguinte apresentado no texto trata novamente da virtude cardeal da temperança. Outras virtudes potenciais da temperança são a simplicidade e a auto-suficiência. A primeira existe para refrear a busca pelo que não é comum e contentar-se com o simples. A segunda existe naqueles que não buscam o supérfluo para preencher-se, mas contentam-se com o que tem e são, sabendo que isto lhes basta. O segundo exemplo da virtude da temperança que temos no texto vem de Ilúvatar e revela-se nas virtudes da simplicidade e da auto-suficiência, que são demonstradas através de sua postura frente ao conflito causado por Melkor:

QUADRO 3: AUTO-SUFICIÊNCIA E SIMPLICIDADE DE ILÚVATAR NO SEGUNDO E TERCEIRO TEMA DA MÚSICA
--

“Ergueu-se então Ilúvatar, e os Ainur perceberam que ele sorria. E ele levantou a mão esquerda, e um novo tema surgiu em meio à tormenta, semelhante ao tema anterior e ao mesmo tempo diferente; e ganhava força e apresentava uma nova beleza. Mas a dissonância de Melkor cresceu em tumulto e o enfrentou. Mais uma vez houve uma guerra sonora, mais violenta do que antes, até que muitos dos Ainur ficaram consternados e não
--

cantaram mais, e Melkor pôde dominar, Ergue-se então novamente Ilúvatar, e os Ainur perceberam que sua expressão era severa. Ele levantou a mão direita, e vejam! Um terceiro tema cresceu em meio à confusão, diferente dos outros. Pois de início parecia terno e doce, um singelo murmúrio de sons suaves em melodias delicadas; mas ele não podia ser subjugado e acumulava poder e profundidade. E afinal pareceu haver duas músicas evoluindo ao mesmo tempo diante do trono de Ilúvatar, e elas eram totalmente díspares. Uma era profunda, vasta e bela, mas lenta e mesclada a uma tristeza incomensurável, na qual sua beleza tivera primeiramente origem. A outra havia agora alcançado uma unidade própria; mas era alta, fútil e infundavelmente repetitiva; tinha pouca harmonia, antes um som uníssono e clamoroso como o de muitas trombetas soando apenas algumas notas. E procurava abafar a outra música pela violência de sua voz, mas suas notas mais triunfais pareciam ser adotadas pela outra e entremeadas em seu próprio arranjo.” (p. 5)

Já no início da narrativa temos um exemplo claro de *falta* da virtude da fortaleza e suas consequências. No início, quando Ilúvatar, diante de todos os Ainur propõe o tema de sua Música, estes prontamente começam a cantar. O maior entre os Ainur, Melkor, entretanto, tinha outros planos: levado pela sua soberba, Melkor não desejava submeter-se a vontade de Eru, mas antes criar coisas próprias e dominá-las. Por isso, enquanto os outros Ainur mantinham-se fiéis ao tema de Ilúvatar, Melkor começava a cantar temas próprios, causando uma terrível dissonância entre sua voz e a voz dos outros a sua volta. Muitos que estavam à sua volta não possuíam a virtude da fortaleza, não sendo capazes de resistir à Melkor e sua música; assim como os israelitas não possuíam esta virtude ao chegar à Terra Prometida e encontrá-la já ocupada, já que estes relatam que “quando ouvimos isso, nosso coração desfaleceu e ninguém mais tem coragem de vos resistir” (Js 2, 11a)

QUADRO 4: FALTA DA VIRTUDE DA FORTALEZA

“Muitos dos que cantavam próximo [a Melkor] perderam o ânimo, seu pensamento foi perturbado e sua música hesitou; mas alguns começaram a afinar sua música à de Melkor, em vez de manter a fidelidade ao pensamento que haviam tido no início. Espalhou-se então cada vez mais a dissonância de Melkor, e as melodias que haviam sido ouvidas antes soçobraram num mar de sons turbulentos. Ilúvatar, entretanto, escutava sentado até lhe parecer que em volta de seu trono bramava uma tempestade violenta, como a de águas escuras que guerreiam entre si numa fúria incessante que não queria ser aplacada.” (p. 5)

A segunda ocorrência da virtude da prudência dentro da narrativa relaciona-se com a virtude da cautela, que também apresenta-se como parte integrante da virtude cardinal da prudência. A cautela identifica-se como o cuidado que se tem com o objetivo de prever o mal e, assim, evitar um dano. Eru propôs um tema musical à todos os Ainur, que de início seguiam-no fielmente. Entretanto, Melkor, o maior dentre os Ainur, buscou perverter a

Música de Ilúvatar para seus próprios propósitos, causando portanto uma imensa desarmonia. Eru, após propor um segundo tema e verificar que o mesmo se havia se repetido, propõe portanto um terceiro tema, mais grandioso, o qual não pode ser pervertido a vontade de Melkor, pois a cada investida deste, o tema absorvia-a e dava-lhe um novo significado. Ilúvatar reconhece que nele existe o cuidado para prevenir o mal; cuidado este que revela-se na adaptabilidade de sua Música e de sua cautela, baseada nos dois temas anteriores. Ester, tomada de uma grande angústia por causa da ameaça que seu povo sofria por parte de Assuero, rei da Babilônia e das conspirações de seus conselheiros, dirige-se a Deus pedindo-lhe cautela. Desta maneira, a cautela de Eru justifica-se no livro de Ester, que diz: “colocai em seus lábios palavras prudentes na presença do leão e fazei passar seu coração para o ódio daquele que nos é hostil, a fim de que ele pereça, ele e todos os seus parceiros.” (Est 14, 13).

QUADRO 5: CAUTELA DE ILÚVATAR EM RELAÇÃO A MÚSICA

<p>“Então, falou Ilúvatar e disse: - Poderosos são os Ainur, e o mais poderoso dentre ele é Melkor; mas, para que ele saiba, e saibam todos os Ainur, que eu sou Ilúvatar, essas melodias que vocês entoaram, irei mostrá-las para que vejam o que fizeram. E tu, Melkor, verás que nenhum tema pode ser tocado sem ter em mim sua fonte mais remota, nem ninguém pode alterar a música contra a minha vontade. E aquele que tentar, provará não ser senão meu instrumento na invenção de coisas ainda mais fantásticas, que ele próprio nunca imaginou.” (p. 6)</p>
--

O primeiro exemplo da virtude cardeal da justiça diz respeito à justiça comutativa. Como dito anteriormente, a justiça comutativa ordena as relações das pessoas particulares entre si e é responsável por dar a cada um o que lhe pertence em relação ao todo. No momento em que os Valar e os Maiar desceram a Arda e iniciaram sua labuta para torná-la conforme a visão de Ilúvatar em sua Música, Melkor procurava subjugar toda a criação à sua vontade, causando o caos e perturbando a paz. Deparando-se com esta realidade, Manwë demonstra um exemplo de justiça comutativa e busca restaurar o que Melkor havia perturbado, já que “a justiça produzirá a paz e o direito assegurará a tranquilidade.” (Is 32, 17). Tal afirmação foi dada por Isaías ao povo de Israel que sofria com as opressões em seu exílio e escravidão na Babilônia, assegurando-lhes que virá um tempo em que o Espírito de Deus os cobrirá e da justiça divina virá a paz.

QUADRO 6: JUSTIÇA COMUTATIVA DE MANWË A MELKOR
--

<p>“E Manwë disse a Melkor: - Esse reino tu não tomarás como teu, pois muitos trabalharam aqui não menos do que tu. - E houve luta entre Melkor e os outros Valar.” (p. 11)</p>

3.2.2. VALAQUENTA

A segunda parte da narrativa - *Valaquenta* (O Relato dos Valar) -, por centrar-se na identificação dos Valar e dos Maiar, apresenta nas personalidades destes algumas das virtudes como características marcantes. O primeiro exemplo que temos é o da virtude da prudência e encontra-se em Manwë e Varda, o Rei e a Rainha dos Valar, aos quais, abaixo de Melkor, foram conferidos os maiores poderes; e “eles foram soberanos em seus estados, foram homens de grande virtude, dotados de prudência.” (Eclo 44, 3) Poderes estes que, quando os dois encontram-se juntos possuem maior força e alcance. A habilidade de ‘ver mais longe’ e ‘escutar com mais clareza’ identificam-se como a prudência no que diz respeito de discernir o que é real do que pode ser enganoso; de diferenciar o que é realmente bom do que se apresenta por trás de máscaras. Entretanto, durante toda a narrativa, o que é exaltado na personalidade dos dois não são sua força ou majestade, mas sim suas virtudes; das quais se destaca a prudência, como visto abaixo:

QUADRO 7: PRUDÊNCIA COMO VIRTUDE MARCANTE DE MANWË E VARDA
--

<p>“[...] Manwë tem a maior estima de Ilúvatar e compreende com mais clareza seus objetivos.” (p. 16)</p>

<p>“Manwë e Varda raramente se separam, e permanecem em Valinor [...] Quando Manwë sobe ao seu trono e olha em volta, se Varda estiver ao seu lado, ele vê mais longe do que todos os outros olhos, através da névoa, através da escuridão e por sobre as léguas dos mares. E, se Manwë estiver com ela, Varda ouve com mais clareza do que todos os outros seres o som de vozes que gritam de leste a oeste.” (p. 16-17)</p>

Aulë é identificado com a virtude da temperança. O terceiro exemplo desta virtude que temos na narrativa consiste na humildade de Aulë em oposição da soberba de Melkor. Ambos eram próximos em ideais e poderes, ambos possuíam o desejo de criar e dar vida as coisas. O que diferenciava os dois era sua relação com Eru, o Único. Enquanto Melkor rebelara-se, Aulë permaneceu fiel. Durante muito tempo, esta oposição era evidente nos

constantes embates entre os dois, pois tudo o que Aulë criava, Melkor desfigurava; e tudo o que este desordenava, Aulë reparava. A virtude da humildade de Aulë revela-se na diferença com que este tratava suas criações, em oposição à Melkor. Enquanto o último deseja fazer valer sua vontade sobre todos e todos, Aulë submetia tudo à Eru, permanecendo fiel:

QUADRO 8: HUMILDADE E SIMPLICIDADE DE AULË EM OPOSIÇÃO A MELKOR

“Melkor sentia inveja de Aulë pois era Aulë o que mais se assemelhava a ele em ideias e poderes; e houve um longo conflito entre os dois, no qual Melkor sempre desfigurava ou desfazia as obras de Aulë; e Aulë se exauria a reparar os tumultos e as desordens de Melkor. Os dois também desejavam criar coisas que fossem suas, novas e ainda não imaginadas pelos outros, e gostavam de ter sua habilidade elogiada. Aulë, porém, mantinha-se fiel a Eru e submetia tudo o que fazia à sua vontade [...] Ao passo que Melkor dissipava seu espírito em inveja e ódio, até que afinal não fazia mais outra coisa a não ser ridicularizar o pensamento de terceiros, e destruía toda as obras alheias se pudesse.” (p. 18)

Outro Vala no qual podemos perceber a virtude da prudência em si é Námo, que na narrativa é chamado Mandos (o local de sua morada em Valinor). Mandos nunca se esquece de nada e foi o que penetrou mais profundamente na mente de Ilúvatar, por este motivo conhece mais profundamente os mistérios do mundo. Além de guardião das Casas dos Mortos, Mandos também é o seu Juiz e, ainda, o Oráculo dos Valar. Por esse motivo, Mandos é identificado não somente com a virtude da prudência, mas também a da justiça, sendo ambas virtudes frequentemente encontradas juntas, pois aquele que revela-se prudente, sabendo discernir entre o bem a fazer e o mal a evitar, frequentemente mostra-se também capaz de agir de acordo com o bem da razão, buscando dar a cada um o que lhe é devido. No que corresponde à virtude da prudência em Námo é sua personalidade prudente, que sempre examina todos os aspectos antes de tomar uma decisão, ou de intervir no destino do mundo. Sua sabedoria - por conhecer todas as coisas, exceto aquelas que ainda encontram-se no arbítrio de Ilúvatar -, não desperdiça-se, mas antes é usada sempre para discernir o que de fato por ser visto como o bem da razão. O profeta Baruc foi secretário e escrivão de outro importante profeta, Jeremias; é tido como o profeta das lamentações e seus escritos possuem uma característica profundamente litúrgica. No livro de Baruc, este aconselha o povo judeu em sua busca pela sabedoria, revelando esta busca como prudência já que “somente aquele que tudo sabe a conhece, e por efeito de sua prudência a descobre; aquele que criou a terra para tempos que não findam.” (Br 3, 32) O simbolismo de Mandos em relação à prudência,

portanto, encontra um embasamento bíblico. Paulo, em sua exortação à comunidade cristã em Éfeso, os instrui em relação à salvação que vem de Cristo e por meio Dele, graça esta concedida por Deus. São Paulo afirma que “nesse Filho, pelo seu sangue, temos a redenção, a remissão dos pecados, segundo as riquezas da sua graça que derramou profusamente sobre nós, em torrentes de sabedoria e de prudência.” (Ef 1, 7-8) Ou seja, para Paulo, a prudência é derramada naqueles aos quais Deus deseja, tornando estes “santos e irrepreensíveis diante de seus olhos” (cf. Ef 1, 4)

Námo, ou Mandos, incorpora não uma, mas duas destas virtudes: a prudência, através do conselho; e a justiça. Mandos é o Vala responsável por julgar e guardar as almas de todos aqueles que foram assassinados; única maneira pela qual os Primeiros Filhos de Ilúvatar perecem. Durante a narrativa Mandos também aparece como aquele que profere as sentenças em nome dos Valar e do próprio Ilúvatar, pois este é capaz de exercer a virtude cardeal da justiça, segundo o que se encontra no Evangelho de João, no qual Jesus afirma: “Não julgueis pela aparência, mas julgai conforme a justiça.” (Jo 7, 24) Jesus afirma isso no momento em que é questionado pelos fariseus com relação à curar no sábado, respondendo assim que a virtude cardeal da justiça não confina-se apenas na aparência da lei, mas em sua prática. Paulo afirma ainda, em uma de suas cartas, que a verdadeira justiça não consiste na aparência da lei, mas em sua realização, quando diz aos romanos que “porque diante de Deus não são justos os que ouvem a lei, mas serão tidos por justos os que praticam a lei.” (Rm 2, 13)

<p>QUADRO 9: MANDOS COMO UNIÃO DE PRUDÊNCIA E JUSTIÇA</p>
<p>“Námo, o mais velho, mora em Mandos, que fica a oeste, em Valinor. Ele é o guardião das Casas dos Mortos, e o que convoca os espíritos dos que foram assassinados. Nunca se esquece de nada; e conhece todas as coisas que estão por vir, à exceção daquelas que ainda se encontram no arbítrio de Ilúvatar.” (p. 19)</p>

O primeiro exemplo da virtude da fortaleza encontra-se na Valier Estë. Como já visto, alguns dentre os Valar apresentam em si mesmos a personificação de algumas virtudes. Estë, a Senhora do Descanso, é um desses exemplos. Em suas fontes, Estë é capaz de renovar a força daqueles que estão cansados e curar-lhes os ferimentos. A fortaleza tem como característica a perseverança na força de enfrentar o que é mal. Até mesmo os próprios Valar recorrem as fontes de Irmo e Estë para recuperarem as forças, pois no Livro de Jó este afirma

que “o justo, entretanto, persiste no seu caminho, o homem de mãos puras redobra a coragem.” (Jó 17, 9)

QUADRO 10: ESTÊ COMO SÍMBOLO DA RENOVAÇÃO DAS FORÇAS
--

“Estê, a Suave, curadora dos ferimentos e da fadiga. [...] Nas fontes de Irmo e Estê, todos os que moram em valinor revigoram suas forças; e com frequência os Valar vem eles próprios a Lórien para ali encontrar repouso e alívio dos encargos de Arda.” (p. 19)
--

Outra Valier que é símbolo da virtude cardeal da fortaleza é Nienna. Irmã de Námo e Irmo, Nienna é conhecida por ser a Senhora do Sofrimento, pois sofre com todas as dores do mundo, causadas pela perversidade de Melkor. Entretanto, Nienna é aquela que ensina a transformar sua dor em sabedoria, e não a sucumbir a esta dor. A Valier, portanto, mostra-se como símbolo da perseverança, que é a virtude integrante da natureza da fortaleza, e ajuda-nos a não ser reféns das dores - certezas desta vida -, mas aprender com elas para resistir-lhes. E quem, além dos profetas e dos mártires, são capazes de nos ensinar a perseverança frente aos sofrimentos deste mundo: São Tiago afirma em sua carta apostólica: “tomai, irmãos, por modelo de paciência e de coragem os profetas, que falaram em nome do Senhor.” (Tg 5, 10)

QUADRO 11: NIENNA COMO SÍMBOLO DA PERSEVERANÇA
--

“Mais poderosa do que Estê é Nienna, irmã dos fëanuri, que vive sozinha. Ela conhece a dor da perda e pranteia todos os ferimentos que Arda sofreu pelos estragos provocados por Melkor. [...] Não chora, porém, por si mesma; e que escutar o que ela diz, aprende a compaixão e a persistência na esperança.” (p. 19)

Por fim, outro Vala que apresenta-se como símbolo da fortaleza é Tulkas, que é chamado de Astaldo, o Valente. Em *Valaquenta* Tulkas é apresentado brevemente, sendo re-apresentado no início de *Quenta Silmarillion* novamente. Já em sua primeira aparição na narrativa, Tolkien o apresenta como símbolo da coragem e da força. Tulkas foi o último a chegar a Arda e veio em auxílio dos valar em sua luta contra Melkor, motivado por sua virtude que o impele a lutar contra o mal.

QUADRO 12: TULKAS COMO SÍMBOLO DE CORAGEM

<p>“O maior na força e nos atos de bravura é Tulkas, cujo sobrenome é Astaldo, o Valente. Chegou a Arda por último, para auxiliar os Valar nas primeiras batalhas contra Melkor. Aprecia a luta corpo a corpo e as competições de força.” (p. 20)</p>

3.2.3. QUENTA SILMARILLION

A primeira ocorrência da virtude cardeal da fortaleza que temos em *Quenta Silmarillion* é também sobre Tulkas Astaldo. É descrito como um espírito de enorme força e resistência, que vendo as tribulações dos valar em sua luta contra Melkor veio em auxílio destes. Tulkas, de grande força e coragem, ria em sua ira e sua presença em batalha avançava como um vento impetuoso, que afasta a escuridão. A partir de sua chegada, Melkor fugiu de sua fúria e por uma longa era Arda teve paz, e os Valar puderam ordená-la e moldá-la a vontade de Eru. Tulkas apresenta a virtude da fortaleza através de sua força, que ataca o mal e sustenta a luta contra este, sem perder a coragem para enfrentá-lo. Outra característica que o faz ser símbolo desta virtude é a sua prontidão de lutar contra o mal quando se faz necessário. Sua coragem é tão grande que instiga aqueles próximos a si também à essa virtude, assim como no episódio narrado no Livro dos Juizes, no qual Israel enfrentava uma guerra civil. Ao sofrerem um terrível ataque, “a multidão dos filhos de Israel, recobrando nova coragem, pôs-se outra vez em ordem de batalha no mesmo lugar onde estiveram na véspera.” (Jz 20, 22)

QUADRO 13 : TULKAS COMO SÍMBOLO DE FORÇA E CORAGEM
--

<p>“Diz-se entre os sábios que a Primeira Guerra começou antes que Arda estivesse totalmente formada, e antes mesmo que qualquer criatura crescesse ou caminhasse sobre a terra; e por muito tempo Melkor prevaleceu. Entretanto, no meio da guerra, ao ouvir no distante firmamento que havia batalha no Pequeno Reino, um espírito de enorme força e resistência veio em auxílio dos valar; e Arda se encheu com o som do seu riso. Assim veio Tulkas, o Forte, cuja ira circula como um vento poderoso, afastando a nuvem e a escuridão à sua frente. E Melkor fugiu de sua fúria e suas risadas, abandonando Arda, e a paz reinou por uma longa era. E Tulkas permaneceu, tornando-se um dos Valar do Reino de Arda; mas Melkor remoía pensamentos nas trevas distantes, e dirigiu seu ódio a Tulkas para todo o sempre.” (p. 27)</p>

A terceira parte da narrativa apresenta também três exemplos das virtudes adjacentes a temperança. A primeira delas trata da virtude da humildade, que relaciona-se com a

temperança pois esta é responsável por coibir o orgulho e a audácia, movimentos exteriores à alma que direcionam-se a dominar a inclinação da alma sensitiva. Manwë, Rei de Arda e dos Valar é apresentado com esta virtude. Paulo, em sua carta à comunidade cristã na cidade de Filipos os aconselha a agirem de maneira humilde, não vangloriando-se por suas qualidades, mas colocando-se à serviço do bem e do próximo. São Paulo diz aos filipenses que “nada façais por espírito de partido ou vanglória, mas que a humildade vos ensine a considerar os outros superiores a vós mesmos. Cada qual tenha em vista não os seus próprios interesses, e sim os dos outros” (Fl 2,3)

QUADRO 14: HUMILDADE DE MANWË
“Manwë não dá atenção à própria honra, nem sente apego pelo poder, mas governa todos em paz.” (p. 33)

O primeiro exemplo da virtude cardeal da justiça na terceira parte da narrativa encontra-se na cena da criação dos anões por Aulë. Aulë, o artífice dos Valar, ansioso pela vinda dos Primeiros e Segundos Filhos de Ilúvatar e segundo sua própria natureza, que era a de criar e dar forma as substâncias da terra, cria os anões; este o faz em segredo, até mesmo de sua esposa Yavanna. Entretanto, nada permanece oculto aos olhos de Ilúvatar. Após um breve diálogo, onde ambas as partes argumentam suas razões, Eru julga a atitude de Aulë segundo seu coração, que é justo. Neste ponto da narrativa é possível aproximar a figura de Eru da de Davi, grande Justo Rei de Israel já que, assim como reinava Davi na justiça, assim também procedia Ilúvatar: “reinava pois Davi sobre todo Israel, e praticava a justiça e a equidade para com todo o seu povo.” (2Sm 8, 15)

Além da virtude cardeal da justiça, é possível identificar também outra virtude cardeal no Vala Aulë. A humildade apresenta-se novamente em Aulë. Este, seguindo o impulso de criar que havia em seu coração e inspirado pela visão da Música e dos Filhos de Ilúvatar cria em segredo a raça dos anões. Porém, nada permanece oculto de Ilúvatar por muito tempo e este, quando Aulë termina sua criação, o confronta. Entretanto, diferentemente de Melkor, este não rebela-se contra Eru, antes humildemente reconhece seu erro e oferece para repará-lo, mesmo sendo isto demasiadamente custoso para si, pois reconheceu que apenas criara os anões seguindo o impulso criador de seu coração. Abraão, ao chegar em Gerara,

encontra-se com Abimelec, seu rei. Este, ao ver Sara, toma-a para si. Entretanto, o Senhor aparece em sonho a Abimelec e alerta-o que esta mulher é casada; este por sua vez afirma que não sabia que Sara era esposa de Abraão e desculpa-se com Deus lhe dizendo que “é na simplicidade de meu coração e com as mãos puras que fiz isso.” (Gn 20, 5b) Da mesma maneira que Abimelec argumenta com Deus sobre sua atitude, assim Aulë também o faz com relação aos anões, pois os criaram com ‘mãos puras e um coração simples’, que desejava simplesmente criar criaturas as quais pudesse amar e ensinar.. Diante da humildade de Aulë, Eru abençoa sua criação e dá-lhes vida, realizando assim o desejo de criar que havia no coração de Aulë e o levou a criar os anões pois “o prêmio da humildade é o temor do Senhor, a riqueza, a honra e a vida.” (Pr 22, 4)

QUADRO 15: CRIAÇÃO DOS ANÕES POR AULË E JULGAMENTO DE ERU

“Ora, Ilúvatar soube o que estava sendo feito e, no exato momento em que o trabalho de Aulë se completava, e Aulë estava satisfeito e começava a ensinar aos anões a língua que inventara para eles, Ilúvatar dirigiu-lhe a palavra; e Aulë ouviu sua voz e emudeceu. E a voz de Ilúvatar lhe disse: - Por que fizeste isso? Por que tentaste algo que sabes estar fora de teu poder e de tua autoridade? Pois tens de mim como dom apenas tua própria existência e nada mais. E, portanto, as criaturas de tua mão e de tua mente poderão viver apenas através dessa existência, movendo-se quando tu pensares em movê-las e ficando ociosas se teu pensamento estiver voltado para outra coisa. É esse teu desejo?

_ Não desejei tamanha ascendência - respondeu Aulë. - Desejei seres diferentes de mim, que eu pudesse amar e ensinar, para que também eles percebessem a beleza de Eä, que tu fizestes surgir. Pois me pareceu que há muito espaço em Arda para vários seres que poderiam nele deleitar-se; e, no entanto, em sua maior parte ela ainda está vazia e muda. E, na minha impaciência, cometi essa loucura. Contudo, a vontade de fazer coisas está em meu coração porque eu mesmo fui feito por ti. E a criança de pouco entendimento, que graceja com os atos de seu pai, pode estar fazendo isso sem nenhuma intenção de zombaria, apenas por ser filho dele. E agora, o que posso fazer para que não te zangues comigo para sempre? Como um filho ao pai, ofereço-te essas criaturas, obras das mãos que criastes. Faze com elas o que quiseres. Mas não seria melhor eu mesmo destruir o produto de minha presunção?

E Aulë apanhou um enorme martelo para esmagar os anões; e chorou. Mas Ilúvatar apiedou-se de Aulë e seu desejo, em virtude da sua humildade.” Ilúvatar voltou a falar, entretanto, e disse: - Exatamente como dei existência aos pensamentos dos Ainur no início do Mundo, agora adotei teu desejo e lhe atribui um lugar no Mundo; mas de nenhum outro modo corrigirei tua obra; e, como tu a fizeste, assim ela será. Contudo, não tolerarei o seguinte: que esses seres cheguem antes dos Primogênitos dos meus desígnios, nem que tua impaciência seja premiada. Eles agora deverão dormir na escuridão debaixo da pedra, e não se apresentarão enquanto os Primogênitos não tiverem surgido sobre a Terra; e até essa ocasião tu e eles esperareis, por longa que seja a demora.” (p. 39-40)

O próximo exemplo de virtude trata da virtude cardeal da fortaleza e é visto em Manwë. O Rei de Arda, ao tempo do despertar dos elfos em uma Terra-média dominada pelos terrores de Melkor, após ponderar sobre o bem da razão dos Valar, decide contra-atacar

o mal de Melkor para libertar os Primeiros Filhos de Eru da ameaça das trevas. Tal decisão apresenta, portanto, a virtude da confiança, parte integrante da virtude da fortaleza e que é responsável pelo estado de preparação da alma em atacar algum perigo e a magnificência, que permite à alma tomar as atitudes necessárias para agir. Encontramos na Bíblia um exemplo deste também, quando Davi, o Rei de Israel, os incentiva à virtude para lutarem contra os amonitas, dizendo: “coragem! Lutemos com valor por nosso povo e pelas cidades de nosso Deus.” (2Sm 10, 12a)

QUADRO 16: FORTALEZA DE MANWĒ

“Manwë refletiu muito em seu trono na Taniquetil e procurou o conselho de Ilúvatar. Descendo, então, a Valmar, convocou os Valar ao Círculo da Lei, e até mesmo Ulmo, do Mar de Fora, compareceu.

Disse então Manwë aos Valar: - Este é o conselho de Ilúvatar em meu coração: que devemos reconquistar o domínio de Arda, a qualquer custo, e liberar os quendi da ameaça de Melkor.” (p. 50)

Outro exemplo da virtude da justiça encontra-se no julgamento de Melkor pelos Valar. Após o despertar dos elfos, os Valar temeram por sua segurança e decidiram agir em sua defesa. Declararam guerra à Melkor no que ficou conhecida com a Batalha dos Poderes: invadiram sua fortaleza e tomaram-no como prisioneiro, reconduzindo-o de volta à Valinor. Diante do Círculo da Lei, Melkor implorou o perdão mas, devido ao tamanho e gravidade de seus crimes, os Valar julgaram necessária sua prisão, onde deveria permanecer até que chegasse o tempo quando poderia clamar novamente por perdão. Mandos surge então como símbolo da justiça, pois é da boca de Mandos que são proferidas as sentenças dos Valar já que é “a boca do justo fala sabedoria e a sua língua exprime justiça.” (Sl 36, 30) Além disto, é na fortaleza de Mandos que aqueles condenados no Círculo da Lei devem cumprir sua pena.

QUADRO 17: JULGAMENTO DE MELKOR PELOS VALAR

“Porém, quando a Batalha terminou e das ruínas do Norte nuvens enormes se ergueram e esconderam as estrelas, os Valar conduziram Melkor até Valinor, com pés e mãos atados e vendas nos olhos. E ele foi levado ao Círculo da Lei. Ali prostrou-se aos pés de Manwë e implorou perdão; mas sua súplica foi negada, e ele foi levado à prisão na fortaleza de Mandos, de onde ninguém consegue escapar, nem Vala, nem elfo, nem homem mortal. [...] Lá Melkor foi condenado a permanecer três eras, antes que sua causa voltasse a ser julgada e ele pudesse mais uma vez implorar perdão.” (p. 51)

A terceira parte da narrativa - *Quenta Silmarillion* - é a que apresenta o maior número de exemplos da virtude cardeal da prudência. Por vezes na narrativa, é o próprio Tolkien que apresenta as virtudes abertamente. Após a Guerra dos Poderes, na qual os Valar derrotaram Melkor e o trouxeram cativo à Valinor, grande parte dos os elfos, segundo o conselho dos Valar, saíram da Terra-média e vieram para o Reino Abençoado de Valinor. Esses elfos foram divididos em três grandes Casas: os vanyar³⁵; os noldor³⁶; e os teleri³⁷. Finwë, Rei entre os noldor, possuía três filhos: Fëanor - o espírito de fogo -, Finarfin e Fingolfin. Enquanto Fingolfin é descrito como possuindo maior fortaleza, Finarfin, príncipe dos noldor, é descrito como prudente pelo próprio autor. Este, sendo prudente, encontra a felicidade ao lado de sua esposa, já que “quem adquire o bom senso ama sua alma; o que observa a prudência encontra a felicidade.” (Pr 19, 8)

QUADRO 18: PRUDÊNCIA DE FINARFIN
“Finarfin era o mais belo e o de coração mais prudente. E, mais tarde, ele foi amigo dos filhos de Olwë, senhor dos teleri, e se casou com Eärwen, a donzela-cisne de Aqualondë, filha de Olwë.” (p. 63)

O irmão mais velho de Finarfin, Finwë, entretanto não era nada prudente. Muito habilidoso, e ainda mais orgulhoso, Finwë se distancia de seus irmãos no que diz respeito a prática da virtude, especialmente a virtude da prudência. Fingolfin e Fëanor, ambos na presença de seu pai, apresentam atitudes completamente opostas. Na Bíblia encontramos o ensinamento que “é pela obra de suas mãos que o artista conquista a estima; e um príncipe do povo, pela sabedoria de seus discursos; e os anciãos, pela prudência de suas palavras.” (Eclo 9, 24) Fëanor possuía a estima do povo por sua habilidade inigualável e pela força de seus discursos, porquanto Fingolfin a tem pela sabedoria de seus discursos e pela prudência de suas palavras. Enquanto Finwë aconselha em sua ira atitudes drásticas contra os Valar, Fingolfin aconselha a seu pai o agir com prudência. Conselho semelhante é encontrado em

³⁵ São os que desde o início seguiram os Valar e abandonaram a Terra-média sem olhar para trás; e foram também os primeiros a chegar a Valinor. Ficaram apaixonados pela Luz das Duas Árvores e por esse motivo são chamados de Elfos da Luz.

³⁶ Dentre os elfos são os noldor os com maior habilidade; aproximaram-se desde o início de Aulë e por esse motivo aprenderam como ele os ofícios da forja e da criação de belos objetos. São chamados de Elfos Profundos, pois mesmo em Valinor o desejo pela Terra-média ainda encontrava-se em seu coração.

³⁷ Os teleri são aqueles que chegaram por último a Valinor, pois seu amor pelo Mar era grande e não desejavam fixar-se em terra firme, mas preferiam os barcos velozes que viajavam pelo litoral de Aman, pois apesar destes viverem no Reino Abençoado, nunca se distanciaram do mar.

uma das cartas de Paulo. Em sua mensagem dirigida à comunidade de Éfeso, Paulo os aconselha à serem prudentes em suas atitudes, evitando que sejam seduzido pelos vãos discursos daqueles que buscavam enganá-los. São Paulo pede aos efésios que “não sejais imprudentes, mas procurai compreender qual seja a vontade de Deus.” (Ef 5, 17) Revela assim que devemos buscar, por meio da prudência, agir de acordo com a Vontade Suprema, não deixando-nos levar pelas palavras daqueles que buscam nos levar por um caminho obscuro.

QUADRO 19: PRUDÊNCIA DE FINGOLFIN E INSENSATEZ DE FĒANOR

“_ Rei e pai, não queres reprimir o orgulho de nosso irmão, Curufinwēm que é chamado, com muito acerto, de Espírito de Fogo? Com que direito ele fala por todo o nosso povo, como se fosse Rei? Foste tu que há muito tempo falaste aos quendi, pedindo-lhes que aceitassem a convocação dos Valar para vir a Aman. Foste tu que conduziste os noldor pela longa estrada, superando os perigos da Terra-média até a luz de Eldamar. Se não te arrependes agora do que fizeste, têm pelo menos dois filhos que honram tuas palavras.

Mas, no momento exato em que Fingolfin falava, Fëanor entrou no salão, e estava totalmente armado: com o elmo na cabeça e poderosa espada de lado. -Quer dizer que é mesmo como imaginei - disse ele - Meu meio-irmão prefere estar antes de mim com meu pai neste assunto, como em qualquer outro. - Voltando-se então contra Fingolfin, ele sacou a espada e gritou: - Vai embora, e ocupa teu devido lugar!

Fingolfin fez uma reverência a Finwë e, sem dizer palavra ou olhar na direção de Fëanor, saiu do salão. Fëanor, entretanto, o acompanhou, detendo-o à porta da casa do rei; e tocou o peito de Fingolfin com a ponta de sua espada brilhante.” (p. 77)

Novamente Mandos apresenta-se como símbolo de justiça. Fëanor criou as Silmarils, nas quais guardou a luz das Duas Árvores e de todos recebeu admiração e elogios. Levado por esse orgulho, Fëanor torna-se mais e mais obcecado com suas criações ao ponto de suspeitas que todos - até mesmo os Valar - desejavam roubar as Silmarils. Em sua ira, Fëanor ameaça seu irmão Fingolfin, puxando para ele uma espada, e incita os noldor à rebelião contra os Valar. Por causa de seus atos e suas consequências, ele é convocado ao Círculo da Lei e recebe de Mandos o julgamento e a sentença por suas atitudes, já que “a justiça dos retos os salva, mas em sua própria cobiça os pérfidos se prendem.” (Pr 11, 6)

QUADRO 20: JULGAMENTO DE FĒANOR. MANDOS COMO SÍMBOLO DA JUSTIÇA

“E Fëanor foi convocado a se apresentar diante deles junto aos portões de Valmar, para responder por suas palavras e seus atos. Foram também convocados todos os outros que haviam tido qualquer participação na questão, ou qualquer conhecimento dela. E Fëanor, parado diante de Mandos no Círculo da Lei, recebeu ordens de responder a tudo o que lhe fosse perguntado. Então, afinal, foi desnudada a raiz e revelada a

influência perniciosa de Melkor. E imediatamente Tulkas deixou o conselho para ir buscá-lo e trazê-lo mais uma vez a julgamento. Fëanor, porém, não foi considerado livre de culpa, pois fora ele quem desrespeitara a paz de Valinor, tendo puxado a espada contra alguém de sua própria família, e Mandos lhe disse: - Tu falas de escravidão. Se for mesmo escravidão, não podes escapar a ela; pois Manwë é Rei de Arda, e não apenas de Aman. E esse ato foi contrário às leis, seja em Aman, seja em outra parte. Portanto, a sentença está agora decidida: por doze anos deixará Tirion, onde a ameaça foi feita. Durante esse período, reflete em teu íntimo e lembra-te de quem és e do que és. Após esse prazo, essa questão estará resolvida e considerada reparada se os outros te desobrigarem.” (p. 78)

Como visto acima, dos três filhos de Finwë, somente Fëanor não possuía o hábito das virtudes - especialmente a prudência. Já vimos que Fingolfin é descrito pelo próprio Tolkien como prudente; Finarfin também o é, quando este aconselha os noldor a parar e refletir antes de tomar qualquer decisão, pois “os ingênuos têm por herança a loucura; os prudentes, a ciência como coroa.” (Pr 14, 18) O coração prudente de Finarfin ainda revela-se quando lemos que “no coração do prudente repousa a sabedoria. Entre os tolos ela se fará conhecer?” (Pr 14, 33) O movimento da prudência na alma racional do homem leva-o, e a outros, a ponderar suas atitudes:

QUADRO 21: HÁBITO PRUDENTE DE FINARFIN

“Finarfin, porém, falou com ponderação, como era seu costume, e procurou acalmar os noldor, convencendo-os a parar e refletir antes de agir de modo irreparável; e Orodreth foi o único entre seus filhos a se manifestar da mesma forma.” (p. 94)

Ainda uma terceira vez Mandos apresenta-se como símbolo da virtude cardeal da justiça. Além de símbolo desta virtude, Námo apresenta-se também mais uma vez como aquele entre os Valar que é responsável por proferir as sentenças daqueles que cometem crimes contra a ordem e o bem da razão. Após o roubo das Silmarils por Melkor - agora Morgoth -, Fëanor rebela-se de vez contra os Valar. Em sua busca por vingança, Fëanor e todos aqueles que decidiram segui-lo de volta à Terra-média, assassinaram os teleri nos portos de Aman e roubaram-lhe os barcos. Próximos de sua partida, o Vala, que julga a alma daqueles assassinados, proferiu contra eles o julgamento por suas ações e amaldiçoou-os como sentença de seus crimes e “as obras de suas mãos são verdade e justiça, imutáveis os seus preceitos, irrevogáveis pelos séculos eternos, instituídos com justiça e equidade.” (Sl 110, 7-8) A virtude da justiça, apresentada também em Jesus, quando este afirma que “de

mim mesmo não posso fazer coisa alguma. Julgo como ouço; e o meu julgamento é justo, porque não busco a minha vontade, mas a vontade daquele que me enviou.” (Jo 5, 30) Ele isso o diz quando discursando sobre a comunhão encontrada entre o Pai e o Filho, pois um procede do outro. De maneira semelhante, mas não idêntica, podemos afirmar que os Valar, procedendo de Eru, dele obtém e partilham de suas virtudes

QUADRO 22: MALDIÇÃO DOS NOLDOR POR MANDOS

“- Vocês verterão lágrimas sem conta; e os Valar cercarão Valinor para impedi-los de entrar. Ficarão de tal modo isolados que nem mesmo o eco de suas lamentações atravessará as montanhas. Sobre a Casa de Fëanor, a ira dos Valar se abate, desde o oeste até o extremo leste, e sobre todos aqueles que se dispuserem a acompanhá-los. O Juramento que fizeram os motivará, e ao mesmo tempo os trairá, arrancando de suas mãos os próprios tesouros que juraram procurar. Um final funesto terão todas as coisas que eles iniciarem com êxito; e isso se dará pela traição de irmão por irmão, e pelo medo da traição. Para sempre serão eles Os Espoliados.

- Vocês derramaram o sangue de seus irmãos injustamente e macularam a terra de Aman. Pelo sangue, irão entregar sangue; e fora de Aman permanecerão na sombra da Morte. Pois, embora Eru tenha determinado que vocês não morressem em Eä, e que nenhuma enfermidade os atacasse, mesmo assim vocês podem ser assassinados, e serão: por armas, tormentos e tristeza.” (p. 100)

Apesar da imprudência de Fëanor, seus filhos não herdaram isso. Maedhros, o filho mais velho, demonstra esta virtude quando, em meio a batalha na qual morreu seu pai contra as forças das trevas de Morgoth³⁸, não se deixa enganar pela falsa promessa de trégua, aconselha seus irmãos a comparecer com mais forças do que haviam prometido, sendo prudentes frente à um inimigo perverso. Jesus, após a escolha dos Doze Apóstolos, os envia; antes, porém, aconselha-os à prudência em relação ao mal dizendo que “Eu vos envio como ovelhas no meio de lobos. Sede, pois, prudentes como as serpentes, mas simples como as pombas.” (Mt 10, 16) A prudência da serpente revela-se em seu agir, pois esta ataca quando percebe que pode subjugar sua presa, não dispondo-se a enfrentar um inimigo maior do que suas forças.

QUADRO 23: PRUDÊNCIA DE MAEDHROS

“Porém, bem na hora em que Fëanor morria, chegou a seus filhos uma embaixada de Morgoth, reconhecendo a derrota e oferecendo termos de rendição, até mesmo a entrega de uma Silmaril. Então Maedhros, o Alto, o primogênito, convenceu seus irmãos a simular um tratado com Morgoth e ir encontrar seus emissários no

³⁸ Melkor, após roubar as Silmarils, é rebatizado por Fëanor de Morgoth, que significa o ‘Grande Inimigo do Mundo’. A partir deste momento, ele é chamado apenas por este nome.

lugar marcado; mas os noldor tinham tão pouca fé quanto ele. Portanto, cada delegação compareceu com mais força do que o combinado; mas Morgoth mandou mais, e vieram também balrogs.” (p. 130)

Na narrativa vemos mais um exemplo de prudência da parte de Fingolfin. Quando chegaram na Terra-média, após sua fuga de Aman, os noldor enfrentaram as forças de Morgoth em sua fortaleza de Angband e foram rechaçados. Fëanor e seus filhos decidiram encará-lo diretamente, mas Fingolfin decidiu tomar uma atitude mais prudente - não só em relação a si mesmo, mas como príncipe de seu povo, apresenta um exemplo da prudência política. Tal exemplo também é visto no livro dos Provérbios, que nos indica que “o homem prudente percebe a aproximação do mal e se abriga, mas os imprudentes passam adiante e recebem o dano.” (Pr 22, 3)

QUADRO 24: PRUDÊNCIA DE FINGOLFIN

“Mas Fingolfin, por ter um temperamento diferente do de Fëanor, e ter muita cautela com os ardis de Morgoth, recuou de Dor Daedeloith e voltou na direção de Mithrim, pois ouvira notícias de que ali encontraria os filhos de Fëanor, e por desejar também, ter o escudo das Montanhas Sombrias para que seu povo pudesse descansar e se fortalecer. Pois vira a força de Angband e não achava que ela fosse cair apenas com toques de clarim. Portanto, chegando afinal a Hithlum, armou seu primeiro acampamento e morada junto às margens norte do lado de Mithrim.” (p. 131)

Não somente os elfos que viveram na bem-aventurança das Terras Imortais desenvolveram o hábito das virtudes. Thingol, rei de Doriath, também a possuía. Ele, que ficou na Terra-média ao contrário de seus irmãos, permaneceu ao lado de sua esposa, Melian a Maia, e desconfiou da volta de Morgoth para a Terra-média, seguido pela chegada dos príncipes dos noldor. Por medo de perder o seu reino e prejudicar o seu povo, decidiu que não se envolveria nas guerras destes e reforçou em seu pensamento a ideia de proteger seu reino de todos aqueles que viessem de fora, já que, como visto “o homem prudente percebe a aproximação do mal e se abriga.” (Pr 22, 3a)

QUADRO 25: PRUDÊNCIA DE THINGOL

“Ora, o Rei Thingol não acolheu de coração aberto a chegada de tantos príncipes cheios de poder, vindos do oeste, ansiosos por novos territórios; e não se dispôs a abrir seu reino, nem a remover seu cinturão encantado, pois, prudente com a sabedoria de Melian, não confiava que a repressão a Morgoth perdurasse.” (p. 134)

Entretanto, Thingol não fechou completamente suas fronteiras, pelo laço de parentesco que tinha com alguns dos príncipes noldor. Angrod, filho de Finarfin foi o primeiro de seus parentes aceito em seus salões; e este veio pedir ajuda na luta contra Morgoth e o mal no norte. Porém, Angrod julgou melhor não apresentar a Thingol todos os males causados desde a saída dos noldor de Valinor, e todo o mal prometido aqueles que se juntassem à sua vingança.

QUADRO 26: PRUDÊNCIA DE ANGROD

“Angrod, filho de Finarfin, foi o primeiro dos Exilados a vir a Menegroth, como mensageiro de seu irmão Finrod, e muito tempo conversou com o Rei, relatando os feitos dos noldor no norte, falando de seus números e da organização de suas forças; mas, sendo sincero, ponderado e considerando todos os males então perdoados, não disse palavra sobre o fratricídio nem sobre a forma do exílio dos noldor ou sobre o Juramento De Fëanor.” (p. 134)

O último exemplo da virtude cardeal da temperança dentro da narrativa encontra-se em Maedhros, o primogênito de Fëanor. Diferente de seu irmão Caranthir, que dos filhos de Fëanor era o que possuía o temperamento mais irritável. Recém chegados à Terra-média, os príncipes dos noldor haviam ainda que instalar-se nestas terras. Devido a recusa de Thingol e Melian de acolhê-los em seu reino, Caranthir explode em críticas e comentários raivosos, que dividem os corações dos noldor que encontravam-se em assembléia. Neste momento, Maedhros, o filho mais velho de Fëanor, tenta conter os ânimos de seu irmão e dá-nos um exemplo da mansidão, virtude potencial da temperança que é responsável por refrear a ira, um dos movimentos exteriores da alma sensível. São Pedro, em sua carta apostólica aconselha à comunidade cristã que pratiquem as virtudes, caminho seguro para seguir o bem da razão, dizendo-lhes que “por estes motivos, esforçai-vos quanto possível por unir à vossa fé a virtude, à virtude a ciência, à ciência a temperança, à temperança a paciência, à paciência a piedade.” (2Pd 1, 5-6)

QUADRO 27: IRA DE CARANTHIR E TEMPERANÇA DE MAEDHROS

“No entanto, Caranthir, que não gostava dos filhos de Finarfin, e era dos irmãos o mais agressivo e de temperamento mais irritável, protestou em voz alta.

- E mais! Que os filhos de Finarfin não fiquem correndo de um lado para o outro contando suas histórias para esse elfo-escuro lá nas grutas dele! Quem os nomeou nosso porta-voz para lidar com ele? E, embora tenham vindo de fato para Beleriand, que não se esqueçam assim tão depressa de que seu pai é um senhor dos noldor, embora sua mãe seja de outra linhagem.

Com isso, irou-se Angrod e abandonou a assembleia. Maedhros chegou a censurar Caranthir; mas a maioria dos noldor, dos dois séquitos, ao ouvir suas palavras, sentiu o coração perturbado, temendo o espírito cruel dos filhos de Fëanor que parecia sempre explodir em violência ou em palavras impensadas. Maedhros, entretanto, conteve seus irmãos e eles deixaram a assembleia.” (p. 135)

Na narrativa de *O Silmarillion* Tolkien não apresenta somente as virtudes como oriundas das próprias personagens, mas também as apresenta como inclinações e sugestões divinas. Ulmo não havia concordado com o conselho dos Valar de que os elfos deveriam deixar a Terra-média e habitar em Valinor. Este, também, era o único Vala que não morava nas Terras Abençoadas, preferido o Mar. Em sua sabedoria, Ulmo instala nos corações dos irmãos Turgon e Finrod uma inquietação com relação a sua segurança e de seu povo, para que estes agissem com cautela e encontrassem lugares seguros para construírem assim abrigos contra o mal que habita no norte, na eventualidade de Morgoth saísse das profundezas de Angband. Tal conselho de prudência de Ulmo à Turgon e Finrod é colocado em prática e por muitos anos suas moradas permaneceram-se ocultas aos olhos de Morgoth pois “é com sabedoria que se constrói a casa, pela prudência ela se consolida.” (Pr 24, 3) Podemos ver também este ensinamento dado por Cristo, que compara aqueles que guardam os ensinamentos divinos ao homem que alicerça sua casa sobre a rocha firme, dizendo que “aquele, pois, que ouve estas minhas palavras e as põe em prática é semelhante a um homem prudente, que edificou sua casa sobre a rocha. Caiu a chuva, vieram as enchentes, sopraram os ventos e investiram contra aquela casa; ela, porém, não caiu, porque estava edificada na rocha.” (Mt 7, 24-25) Como verificado na narrativa, tanto o reino de Nargothrond, fundado por Finrod, quanto o reino de Gondolin, fundado por Turgon, resistiram por muito tempo contra as forças maléficas de Morgoth, que destruíam os reinos que abertamente apresentavam-se contra ele.

QUADRO 28: PRUDÊNCIA A PARTIR DA INCLINAÇÃO DIVINA [TURGON E FINROD]

“Ulmo, porém, subindo o rio, lançou sobre eles um sono profundo e sonhos pesados. E a perturbação dos sonhos não os abandonou depois de acordarem. [...] Pois a cada um lhe parecia que deveria se preparar para

um dia nefasto e construir um abrigo, para a eventualidade de Morgoth sair de Angband em ataque e derrotar os exércitos do norte.” (p. 137)

Círdan, outro senhor dos elfos que também havia decidido permanecer na Terra-média e não empreender a longa viagem à Aman, também possuía o hábito da virtude cardeal da prudência. Morgoth, ao ver o grande número de elfos que haviam chegado a Terra-média e seu poder militar, tentava instigar a desconfiança no coração daqueles que estiveram na Terra-média durante os longos anos entre a partida dos elfos e a volta do noldor. Fazia isso por meio de boatos que contavam atrocidades cometidas pelos noldor em seu caminho destas as Terras Abençoadas até sua chegada na Terra-média, retratando-os como assassinos sanguinários e usurpadores. A astúcia de Morgoth era tamanha que a discórdia que instalava nos corações aparentava ter surgido entre os próprios noldor, instalada pelo rancor entre as Casas dos herdeiros de Finwë. Círdan também demonstra prudência ao enviar a Thingol, seu aliado, notícias sobre o que escutava em seus salões. Tal atitude é recomendada na Sagrada Escritura, no livro do Eclesiástico que afirma que devemos ter uma postura prudente frente a desconhecidos: “tanto quanto possível, desconfia de quem de ti se aproxima, e aconselha-te com os sábios e os prudentes.” (Eclo 9, 21)

QUADRO 29: PRUDÊNCIA DE CÍRDAN

“E Círdan, ao ouvir essas histórias sinistras, ficou perturbado. Pois era prudente e percebeu logo que, verdadeiras ou falsas, elas eram espalhadas àquela altura por rancor, que ele atribuía aos príncipes dos noldor, em decorrência da inveja entre suas Casas. Enviou, portanto, mensageiros a Thingol para relatar tudo o que ouvira.” (p. 158)

Outro personagem que apresenta mais de uma virtude em si é Turgon. Como vimos, o príncipe élfico, de acordo com uma inclinação divina e sendo guiado por Ulmo, fundou a cidade secreta de Gondolin e a ocultou dos olhos de todos. Ninguém de fora dos muros sabia da existência da cidade e aqueles que moravam em seu interior não tinham permissão de sair. Todavia Aredhel saiu, perdeu-se e foi encontrada por Eöl, o elfo-escuro e teve um filho, Maeglin. Aredhel estava descontente com a maneira opressiva que seu esposo a tratava e por este motivo decidiu fugir de volta à cidade de seu irmão, mas Eöl conseguiu rastreá-la e

entrou escondido em Gondolin. Lá, devido a recusa de Aredhel e Maeglin de voltarem com ele e das leis de Turgon que impediam qualquer um de deixar a cidade, Turgon exprime o seu papel como líder de seu povo e, portanto, símbolo da justiça para todos aqueles que eram seus súditos e indo de encontro com o que está escrito no livro do Deuteronômio, que exprime que devemos dar “audiência aos vossos irmãos e julgai com equidade as questões de cada um deles ou com o estrangeiro que mora com ele.” (Dt 1, 16b) Como dito, Turgon também apresenta neste momento a virtude da prudência política, na qual o líder de um povo deve decidir o melhor não só para si, mas para todos.

QUADRO 30: JUSTIÇA E PRUDÊNCIA POLÍTICA DE TURGON SOBRE EÖL

“Sentou-se então Turgon em trono elevado, segurando seu cetro de justiça, e falou em tom severo.

- Não discutirei com você, elfo-escuro. Seus bosques sombrios somente são defendidos pelas espadas dos noldor. Sua liberdade de perambular por lá à vontade, você deve a minha gente. [...] E aqui eu sou Rei. Quer você queira, que não, minha decisão é lei. Só lhe é dada a seguinte escolha ficar aqui ou morrer aqui.” (p. 170)

Eöl não gostou da justiça de Turgon e por esse motivo, tentou executá-lo. Aredhel, no entanto, entrou na frente da adaga que Eöl havia atirado e foi atingida, morrendo horas depois em consequência do veneno na lâmina da adaga. Turgon então julgou Eöl por seu crime, e todo o povo de Gondolin concordou com sua sentença, encontrando nela a virtude da justiça. O exemplo de virtude neste caso trata da justiça natural, a qual determina que todas as ações devem ser respondidas na mesma proporção; no caso, uma vida por uma vida. E assim Eöl foi condenado à morte, já que “todo aquele que não observar a Lei de Deus e a lei do rei será castigado rigorosamente, seja com a morte, seja com o desterro, seja com uma multa, ou mesmo com a prisão.” (Es 7, 26) Tal versículo é dado por Esdras, promotor do Judaísmo e que, quando do retorno dos exilados, liberados por Ciro, lidera o povo de Israel e comanda a reconstrução do templo, tanto físico quanto religioso daquele povo, lembrando-os dos preceitos que haviam esquecido em seus longos anos de escravidão.

QUADRO 31: JUSTIÇA NATURAL DE TURGON E DO POVO DE GONDOLIN

“Foi determinado que Eöl fosse trazido no dia seguinte para ser julgado pelo Rei. E Aredhel e Idril conseguiram convencer Turgon a ser misericordioso. Ao entardecer, porém, apesar de o ferimento parecer

pequeno, Aredhel adoeceu, caiu na escuridão e durante a noite morreu. Pois a ponta da azagaia estava envenenada, embora ninguém soubesse disso até que fosse tarde demais.

Logo, quando Eöl foi levado à presença de Turgon, não obteve misericórdia alguma. E o levaram até o Caragdûr, um precipício de rocha negra no lado norte do monte de Gondolin para ali jogá-lo do alto das muralhas escarpadas da cidade. [...] Lançaram então Eöl do alto do Caragdûr, e foi esse seu fim. Para todos em Gondolin, isso pareceu justo.” (p. 170 -171)

Como vimos acima, Turgon teve por Ulmo instalada uma inquietação em seu coração para que procurasse um local seguro, um abrigo para seu povo. Também pela intercessão de Ulmo, Turgon encontrou este lugar e, na Colina Escondida, ergueu Gondolin, a cidade secreta dos elfos. Turgon decretou também que ninguém que estava dentro da cidade deveria sair, da mesma maneira que ninguém que viesse de fora poderia nela entrar. Entretanto, Aredhel, irmã de Turgon, desejava andar livremente pela Terra-média e rever seus parentes da Casa de Finrod. Após debater com seu irmão sobre isto, esta recebeu autorização para partir; porém, no meio do caminho ela se perde e encontra Eöl, um elfo sombrio que vivia nas florestas próximas a Doriath. Este casa-se com ela e a impede de retornar a Gondolin. Por vários anos Aredhel permanece neste relacionamento como esposa-prisioneira de Eöl, até que um dia decide fugir e retornar à cidade de seu irmão, junto de seu filho, Maeglin. Após uma série de acontecimentos e a morte de Aredhel, Turgon adotou Maeglin como filho. Este é descrito como possuidor de duas virtudes: a cautela e a coragem, ambas partes das virtudes cardeais da prudência e da fortaleza. Estas virtudes andam juntas também nas Escrituras. No tempo de Ezequias, rei de Judá, este enfrentava a ameaça da invasão por parte dos assírios. Em um conselho dado por um dos emissários do rei da Assíria, este afirma aos enviados pelo rei de Judá que “o que se precisa na guerra é de prudência e bravura.” (2Rs 18, 20b) As Escrituras demonstram, desta forma, a relação de proximidade entre as virtudes cardeais. Maeglin também apresenta a virtude da fortaleza, sendo corajoso e valente - características marcantes desta virtude cardeal; (cf. Is 36, 5)

QUADRO 32: PRUDÊNCIA E FORTALEZA DE MAEGLIN

“Sábio em seus conselhos era Maeglin, além de cauteloso; e, no entanto, corajoso e valente se necessário. E isso se comprovou em dias futuros. Pois, quando, no terrível ano das Nirnaeth Arnoediad, Turgon abriu seu cerco e avançou para ajudar Fingon no norte, Maeglin não quis permanecer em Gondolin como regente do Rei, mas foi para a guerra e lutou ao lado de Turgon, revelando-se cruel e destemido em combate.” (p. 171)

Maedhros, primogênito de Fëanor, possuía várias virtudes, diferentemente de seu pai. Como já vimos, Maedhros possuía o hábito da prudência militar. Outra virtude marcante em si era a fortaleza. Após sua primeira derrota pelas forças de Morgoth, assim que chegaram à Terra-média, Maedhros foi feito prisioneiro nas terríveis torres das Thangorodrim na fortaleza de Angband, de onde foi resgatado por Fingon, seu primo e filho de Fingolfin. Após este episódio de triste tortura, Maedhros adquiriu também a virtude da bravura, não fugindo frente ao perigo - antes, encarando-o de frente e combatendo-o com força:

QUADRO 33: FORTALEZA DE MAEDHROS

<p>“Maedhros realizou feitos de bravura extraordinária; e os orcs fugiram diante do seu rosto. Pois, desde a sua tortura nas Thangorodrim, seu espírito ardia como um fogo branco em seu íntimo, e ele era como alguém que volta dos mortos.” (p. 190)</p>
--

Tendo os elfos em Beleriand se tornado numerosos e fortes, e após suas alianças com os homens, Fingolfin, Rei Supremo dos noldor decidiu que era chegado o tempo de enfrentarem mais uma vez os poderes de Morgoth e, por esse motivo juntou suas forças, convocou seus aliados e marcharam em direção à Angband. Morgoth, entretanto, havia preparado um artil para seus inimigos e, no momento do cerco de Angband liberou de seus terríveis calabouços enormes torrentes de fogo, que afugentaram e dispersam as forças aliadas. Fingolfin, após reorganizar suas forças, apresenta-se diante das portas das fortalezas de Angband e convoca Morgoth para um duelo. Diante de tão grande afronta e de todos os seus servos observando-o Morgoth não teve escolha senão aceitar o desafio do Rei e então este subiu das profundezas de seu trono e apresentou-se diante de Fingolfin como uma sombra terrível. Este, todavia, não recuou perante as trevas e o mal, da presença de Morgoth e de sua imagem, mas permaneceu firme, como um símbolo da fortaleza, que de pé enfrenta as forças as quais se opõem, resistindo ao mal.

QUADRO 34: FORTALEZA DE FINGOLFIN PERANTE MORGOTH

<p>“Por isso, Morgoth veio, subindo lentamente de seu trono subterrâneo, e o ruído de seus passos era como trovões no seio da terra. E se apresentou trajando uma armadura negra. Parou diante do Rei como uma torre, com sua coroa de ferro. E seu enorme escudo, negro sem brasão, lançava uma sombra como uma nuvem de</p>

tempestade. Fingolfin, entretanto, cintilava dentro da sombra como uma estrela; pois sua malha era recoberta de prata, e seu escudo azul era engastado com cristais. E ele sacou sua espada Ringil, que refulgia como o gelo.” (p. 192)

Apesar da força e majestade de Fingolfin, mesmo com a força de Morgoth diminuída³⁹, este último ainda era um Valar - e já fora o maior entre todos. Diante de um poder muito maior que o seu, Fingolfin começou a cansar-se. Mesmo nesta situação, todavia, sua virtude da fortaleza não fraquejou. Por três vezes Fingolfin foi derrubado por Morgoth e por três vezes se levantou. Este relato de sua luta contra o mal e de sua virtude assemelha-se com outro encontrado no Segundo Livro dos Macabeus. Eleazar, com grande demonstração de fortaleza, não recua diante de seu martírio, mas utilizando-se deste para demonstrar esta virtude cardeal: “dessa maneira [Eleazar] passou à outra vida, deixando com sua morte não somente aos jovens, mas também a toda a sua gente, um exemplo de coragem e um memorial de virtude.” (2Mc 6, 31)

QUADRO 35: FORTALEZA DE FINGOLFIN MESMO PERANTE UM INIMIGO MAIS FORTE

“Mas, por fim, o Rei se cansou, e Morgoth o empurrou para baixo com o escudo. Três vezes, Fingolfin foi esmagado até se ajoelhar, e três vezes ele se levantou portando seu escudo quebrado e seu elmo amassado.” (p. 192)

Como já visto, não só elfos e Valar possuem as virtudes. Em seguida temos mais um exemplo da grande virtude dos homens; desta vez através da virtude cardeal da fortaleza. Após a batalha na qual Fingolfin caiu sob o poder de Morgoth e as forças dos elfos e dos homens sofreram grandes perdas, o norte de Beleriand foi dominado pelos poderes sombrios que saíam de Angband. Dorthonion, território ocupado pelos homens da Casa de Bregor era o único que desafiava a soberania de Morgoth naquelas terras e, por esse motivo, ele os perseguia. Barahir, chefe desta casa e sua mulher Emeldir, apresentam-se como símbolos da fortaleza dentre os homens daquele território, assim como os homens que permaneceram lá para defendê-lo:

³⁹ Morgoth perdeu parte de seu poder com o passar dos anos pois este despejava parte de sua própria essência maligna em suas criações e maquinações, para torná-las sobrenaturalmente fortes e também por causa de seu ódio e rancor que guardava em si.

QUADRO 36: FORTALEZA DA CASA DE BARAHIR

<p>“Agora o poder de Morgoth dominava as terras do norte; mas Barahir não se dispunha a fugir de Dorthonion e disputava cada metro de território com seus inimigos. Morgoth, então, perseguiu sua gente até a morte, até restarem poucos deles. [...] Afinal, de tal desespero era a situação de Barahir, que sua mulher Emeldir, a de Coração Viril (cuja disposição era mais lutar ao lado do marido e do filho do que fugir), reuniu todas as mulheres e crianças que restavam e deu armas àquelas que quisessem portá-las. Conduziu-as, então, para dentro das montanhas que estavam a suas costas [...] Nenhuma, porém, jamais voltou a ver os homens que haviam deixado. Pois eles foram exterminados um a um, até que no final restavam a Barahir apenas doze homens.” (p. 193 - 194)</p>
--

Não somente os elfos apresentam exemplos de virtudes, mas também os homens o fazem. Os Segundos Filhos de Ilúvatar não obtiveram dos Valar o convite de se juntarem a eles nas Terras Imortais e, desde seu despertar no leste longínquo, foram atormentados pelos terrores de Morgoth e suas criaturas, sendo subjugados ou aliando-se a ele. Uma parte destes homens, entretanto, sentido em seu coração um chamado a irem para o Oeste e ao Mar, deixaram suas terras natais e entraram na Beleriand dos elfos - e de Morgoth. A partir deste momento, foram chamados de edain pelos elfos e se aliaram a eles na luta contra os males do norte. Em vários momentos Tolkien apresenta as virtudes destes homens, que reconhecendo em Morgoth os terrores que os atormentavam no distante leste, mantinham-se prudentes com relação a suas ofertas. Como visto, o profeta Baruc fala constantemente ao povo israelita com relação à sua postura, guiando-os no caminho das virtudes, afirmando que o homem “aprende onde se acha a prudência, a força e a inteligência, a fim de que saibais, ao mesmo tempo, onde se encontra a vida longa e a felicidade, o fulgor dos olhos e a paz.” (Br 3, 14) O Apóstolo São Paulo apresenta conselho semelhante quando se dirige à seu discípulo Timóteo quando este é indicado para liderar uma comunidade de cristãos. Paulo aconselha a Timóteo para que este, “porém, sê prudente em tudo, paciente nos sofrimentos, cumpre a missão de pregador do Evangelho, consagra-te ao teu ministério.” (2Tm 4, 5)

Além desta virtude, os homens das Três Casas dos edain possuíam também a fortaleza contra o mal que habitava no norte, mesmo quando presos e torturados nos profundos calabouços de Angband. Pois, por sua recusa a servirem a Morgoth, este os odiava e torturava-os cruelmente. Paulo, Apóstolo de Cristo, em uma de suas cartas à comunidade de Corinto, relata também os sofrimentos que enfrenta por permanecer fiel à Cristo e escreve que “não queremos, irmãos, que ignoreis a tribulação que nos sobreveio na Ásia. Fomos

maltratados ali desmedidamente, além das nossas forças, a ponto de termos perdido a esperança de sair com vida.” (2Cor 1, 8) Entretanto, Paulo afirma também em outra carta aos coríntios que, apesar das provações que enfrentamos em nome das virtudes devemos permanecer firmes na confiança, pois “não vos sobreveio tentação alguma que ultrapasse as forças humanas. Deus é fiel: não permitirá que sejais tentados além das vossas forças, mas com a tentação. Ele vos dará os meios de suportá-la e sairdes dela.” (1Cor 10, 13)

QUADRO 37: PRUDÊNCIA E FORTALEZA DOS HOMENS CONTRA MORGOTH
--

<p>“Para os homens, Morgoth simulava compaixão, se alguém se dispusesse a dar ouvidos a suas mensagens, dizendo que suas aflições derivam somente de sua servidão aos noldor rebeldes; mas que, nas mãos do legítimo Senhor da Terra-média, eles receberiam honrarias e uma justa recompensa pela bravura, se abandonassem a rebelião. Contudo, poucos homens das Três Casas dos edain se dispuseram a lhe dar ouvidos, nem mesmo quando levados aos tormentos de Angband. Por conseguinte, Morgoth os perseguia com ódio.” (p. 196)</p>
--

O povo de Haleth, uma das Três Casas dos edain, vivia mais ao sul e em princípio não foi atingido pelas terríveis batalhas no norte. Mas, com o avanço de Morgoth, mesmo as florestas do sul começaram a ser invadidas por orcs e, diante deste mal, os haladin demonstraram também possuir a virtude da fortaleza, que nos leva a lutar contra o mal. Mesmo não se envolvendo nas grandes batalhas norte, esse virtuoso povo possuía também a virtude da coragem.

QUADRO 38: FORTALEZA DOS HALADIN

<p>“O povo de Haleth de início não foi atingido pela guerra ao norte, pois vivia mais ao sul, na Floresta de Brethil. Agora, porém, já havia combates entre eles e os orcs invasores, pois eram homens de disposição valente e não abandonariam sem luta os bosques que amavam.” (p. 197)</p>

Como dito acima, a virtude cardeal da fortaleza não consiste em simplesmente suportar o perigo, mas também atacá-lo. Diante de uma situação ameaçadora, o sujeito da virtude depara-se com duas alternativas, duas maneiras de agir conforme a coragem que a virtude da fortaleza suplanta nos corações daqueles que a praticam: resistir ao perigo ou atacá-lo. Como vimos, resistir ao perigo é parte integrante da virtude da fortaleza, pois ajuda-nos a não desanimar e não fatigar-se. Nesta segunda parte integrante, a fortaleza

consiste em atacar o perigo, a partir de um estado de prontidão da alma e de não desistir na execução do ato. Húrin e Huor eram primos e combateram ao lado de seus pais e de seus senhores élficos nas batalhas que culminaram na queda de Fingolfin. Quando estavam sendo perseguidos por orcs, foram resgatados pelas Águias e levados para Gondolin, onde conheceram Turgon, O Rei da Cidade Escondida afeiçãoou-se dos mortais e não pretendia deixá-los partir - de acordo com suas leis, todos os que entravam não poderiam mais sair. Contudo, ele os deixa partir, pois viu neles a virtude da fortaleza dos homens; além de ter sido convencido pelos jovens que, como estes haviam sido trazidos pelas Águias, não conheciam a estrada que levava à Gondolin.

QUADRO 39: FORTALEZA COMO ATACAR O PERIGO

“Contudo, Húrin e Huor desejavam retornar a seu próprio povo e participar das guerras e aflições que agora os atormentavam.

- Senhor- disse então Húrin a Turgon -, não somos senão mortais e diferentes dos eldar. Eles podem suportar a passagem de muitos anos enquanto aguardam o combate com seus inimigos em algum futuro distante; para nós, porém, o tempo é curto; e nossa esperança e força logo definham.” (p. 198)

Passados muitos anos, Húrin, Huor e Turgon encontram-se novamente, desta vez em batalha. Sendo os elfos de Gondolin sobrepujados pelas forças de Morgoth, os primos aconselham com prudência que os elfos recuem e reagrupem-se, oferecendo sua proteção neste caminho. Demonstravam assim mais uma vez a grande virtude da fortaleza que habitava nos corações dos homens do norte. Outra virtude demonstrada neste ato é a da justiça, já que um dos motivos que levaram à derrota das forças élficas foi a traição de Uldor - um dos edain. Buscavam assim então justificar uma traição por uma defesa, um ataque daqueles que deveriam ser fiéis por uma prova de lealdade dos homens de Dor-lómin:

QUADRO 40: FORTALEZA E JUSTIÇA DOS HOMENS

“Turgon aceitou, então, os conselhos de Húrin e Huor. E, convocando todos os que restavam do exército de Gondolin, bem como aqueles do povo de Fingon que puderam ser reunidos, recuou na direção do passo do Sirion. E seus capitães, Ecthelion e Glorfindel, protegeram os flancos à direita e à esquerda, para que nenhum inimigo passasse por eles. Já os homens de Dor-lómin defenderam a retaguarda, como Húrin e Huor desejavam; pois em seu íntimo não queriam deixar as Terras do norte e, se não conseguissem reconquistar seus lares, ali permaneceriam até o final. Desse modo foi reparada a traição de Uldor; e de todos os feitos da guerra que os pais dos homens realizaram em benefício dos eldar, a resistência final dos homens de Dor-lómin é o mais famoso.” (p. 244)

Como já dito acima, a virtude cardeal da fortaleza não consiste simplesmente em resistir ao perigo, mas também oferecer-lhe um movimento ofensivo, atacando o mal que o causa. Ao deparar-se com a desolação da guerra e do ataque das forças de Morgoth à Nargothrond, Túrin, filho de Húrin, resolve atacar aqueles que causaram este mal. Ele o faz em uma tentativa de derrotar as forças do mal que causaram tal destruição, enfrentando-os com sua força buscando, assim, restaurar o bem daqueles afligidos por ele.

QUADRO 41: FORTALEZA COMO ATACAR O PERIGO

“Os orcs haviam assassinado ou rechaçado todos os que ainda portavam armas, e estavam naquele instante vasculhando os enormes salões e aposentos, a pilhar e destruir. No entanto, aquelas mulheres e moças que não haviam sido mortas nem queimadas, eles haviam recolhido nos terraços diante das portas, como escravas a serem levadas à servidão de Morgoth. Com essa ruína e aflição, Túrin deparou. E ninguém conseguia resistir a ele, nem se dispunha a isso, pois ele derrubou todos os que se postaram à sua frente, passou pela ponte abriu caminho com violência até as cativas.” (p. 271)

Glaurung, o pai de todos os dragões, um dos mais cruéis servos de Morgoth, foi o principal responsável da ruína de Nargothrond. Entretanto, mesmo sendo ele um símbolo do mal e responsável por levar a cabo a destruição pretendida por seu mestre, o dragão consegue enxergar em um homem o brilho da virtude e reconhecê-lo publicamente. Este homem é Túrin Turambar e sua virtude é a coragem:

QUADRO 42: RECONHECIMENTO DA CORAGEM DE TÚRIN POR GLAURUNG

“Pelo menos tu és destemido, mais do que todos que já conhecemos. E mentem os que dizem que nós, por nosso lado, não honramos a bravura de nossos inimigos.” (p. 273)

Um dos líderes dos edain, Brandir, filho de Handir, era conhecido por sua prudência derivada de uma deficiência. Por ser manco, não poderia combater contra o mal no campo de batalha, como seus companheiros, portanto desenvolveu a virtude da cautela no seu agir e acreditava mais em atividades secretas do que em demonstrações abertas de força na luta contra Morgoth. Brandir confiava no agir segundo a prudência, evitando atos abertos de guerra pois sabia que a força - algo que não tinha - não venceriam a guerra, enxergando assim

que “os projetos triunfam pelo conselho; é com prudência que deve ser dirigida a guerra.” (Pr 20, 18)

QUADRO 43: PRUDÊNCIA AO INVÉS DE CORAGEM DE BRANDIR

“Ora, essas moradas ficavam numa paliçada num ponto alto da floresta, a Ephel Brandir sobre o Amon Obel; pois o povo de Haleth agora estava reduzido pela guerra, e Brandir, filho de Handir, que os governava, era um homem de espírito ameno; também manco de infância, e ele confiava mais em atividades secretas que em feitos de guerra para salvá-los do poder do norte.” (p. 276)

Túrin, filho de Húrin⁴⁰, é um dos personagens com a história mais trágica em todas as narrativas de Tolkien. Amaldiçoado por Morgoth por causa de seu pai, vive uma vida de perdas e tragédias pessoais, sendo parte delas por causa de seu próprio orgulho. Uma das vezes em que seu orgulho foi o motivo de sua derrota foi quando este enfrentou Glaurung, pai dos dragões, e foi enfeitiçado pelo monstro. Em sua segunda oportunidade de enfrentá-lo, Túrin mostra-se prudente, escolhendo não enfrentar cara-a-cara Glaurung, demonstrando assim que havia aprendido com seus erros e desenvolvido a virtude da prudência com o tempo, pois “aquele que não tem experiência pouca coisa sabe, mas o que passou por muitas dificuldades desenvolve a prudência.” (Eclo 34, 10)

QUADRO 44: NOVA PRUDÊNCIA DE TÚRIN BASEADA NO PASSADO

“Ora, Turambar chegou a Nen Girith ao anoitecer e ali soube que Glaurung repousava junto às margens do Teiglin; e era provável que se movimentasse com o cair da noite. Considerou essas notícias boas; pois o dragão estava em Cabed-en-Aras, onde o rio corria numa ravina profunda e estreita que uma corça em fuga poderia transpor com um salto; e Turambar pensou em não procurar mais, mas em tentar passar pela ravina. Por isso, se propôs se esgueirar na penumbra, descer até o fundo da ravina à noite e atravessar a forte correnteza; subir depois pelo penhasco do outro lado e chegar ao dragão sem que ele percebesse.” (p. 282)

O primeiro encontro de Glaurung com Túrin, todavia, foi desastroso para o último. Enfeitiçado pelo dragão, permaneceu imóvel enquanto este destruía, pilhava e escapava de Nargothrond. Quando recuperou-se, Túrin buscou então vingar-se do monstro e, encontrando dois companheiros elfos, saiu a procura do enorme lagarto, encontrando-o na margem de um

⁴⁰ A história de Túrin é uma narrativa à parte. Assim como a narrativa de *Beren e Lúthien*, em *O Silmarillion* esta história é contada centrado apenas em seus acontecimentos mais importantes, entretanto Tolkien a expande em outra narrativa intitulada *Os Filhos de Húrin*, publicada no Brasil em 2009 pela editora Wm Martins Fontes.

rio. Como visto na análise da virtude da prudência, Turambar havia aprendido com sua experiência que não deveria enfrentar Glaurung de frente, mas buscar outros meios de combater este mal. Decidiu então cruzar o rio Teiglin, caudaloso e veloz, e cercar o dragão por trás. Contudo, ao chegarem na travessia, Dorlas, acovardou-se, enquanto Turin e Hunthor demonstraram mais uma vez a virtude da fortaleza, que te impele a enfrentar seus medos e seguir em frente, apesar dos obstáculos:

QUADRO 45: CORAGEM DE TÚRIN E HUNTHOR

“Essa decisão ele tomou, mas faltou coragem a Dorlas quando eles chegaram às corredeiras do Teiglin no escuro, e Dorlas não ousou tentar a travessia arriscada, mas recuou e se escondeu nos bosques, sob o peso da vergonha. Turambar e Hunthor, entretanto, fizeram a travessia.” (p. 283)

Mais uma vez temos um exemplo da virtude da justiça em sua forma de justiça natural. Húrin, preso por Morgoth, foi amaldiçoado por este a permanecer preso no topo das Thangorodrim e presenciar todas as tragédias que cairiam sobre os membros de sua família. Após anos de tormento preso em Angband, finalmente Húrin é liberado e sai em busca de sua mulher e seus filhos. Seu caminho o leva até as ruínas de Nargothrond onde encontra Mîm, o anão que havia traído Túrin uma vez, resolve ir Nargothrond e guardar para si os tesouros que ainda estivessem por lá, após a passagem de Glaurung, o pai dos dragões. Desta maneira, verifica-se o que se encontra no livro dos Provérbios, que afirma que “os pensamentos dos justos são cheios de retidão; as tramas dos perversos são cheias de dolo.” (Pr 12, 5) Húrin, movido tanto pelo senso de justiça natural quanto pelo desejo de vingança pessoal contra o traidor de seu filho.

QUADRO 46: JUSTIÇA E VINGANÇA DE HÚRIN

“- Quem é você - disse, porém, Húrin -, que pretende me impedir de entrar na casa de Finrod Felagund?

- Sou Mîm - respondeu então o anão -, e antes que os altivos chegassem do outro lado do Mar, os anões já haviam escavado os salões de Nulukuzdîn. Só voltei para tomar o que é meu pois sou o último de meu povo.

- Então não gozará mais de sua herança, pois sou Húrin, filho de Galdor, de retorno de Angband; e meu filho era Túrin Turambar, de quem você não se esquece. E foi ele quem matou Glaurung, o Dragão, que devastou estes salões onde você agora está sentado. E não ignoro por quem o elmo de dragão de Dor-lómin foi traído.

Então Mîm, dominado por um medo terrível, implorou a Húrin que levasse o que quisesse, mas lhe poupasse a vida. Húrin, no entanto, não deu atenção a suas súplicas e o matou diante das portas de Nargothrond.” (p. 293 - 294)

O próximo exemplo de virtude que temos na narrativa ocorre em Gondolin. Idril Celebrindal, filha de Turgon, apesar dos interesses de Maeglin nunca havia se interessado por ele; em verdade Idril nunca havia conseguido confiar em Maeglin, mantendo distância deste sempre que possível. Em um tempo em que todos os habitantes de Gondolin ainda confiavam no segredo da localização da cidade, uma sombra surgiu no coração de Idril e esta, movida pela prudência de seu espírito, ordenou que um caminho secreto fosse aberto, para o caso de precisarem fugir dos perigos dos quais todos acham que estavam a salvo. Isto ela o fez, demonstrando que “homem de bom senso guarda suas palavras; muitos falarão, em voz alta, de sua prudência.” (Eclo 1, 30) Nem mesmo a Maeglin, seu primo e que nutria por ela sentimentos amorosos descobriu os planos de Idril, nem ela os revelou a ele, pois segundo o que está escrito no Segundo Livro de Samuel, no qual Davi dirige à Deus um cântico de agradecimento pois o Senhor o havia livrado de seus inimigos e das perseguições de Saul. Neste canto, Davi afirma que deve-se ser “puro, com quem é puro; prudente, com quem é astuto.” (2Sm 22, 27) Amós, que foi profeta em Israel entre os séculos VIII e VII a. C. é visto como o profeta da justiça social e foi o profeta que iniciou a tradição dos chamados profetas-escritores. Este profeta surge no tempo da divisão dos reinos de Israel entre os Reinos dos Norte e do Sul, um tempo onde o mal ganhava força dentro da sociedade israelita. Por este motivo o livro de Amós nos fala que “por isso o prudente se cala nesse tempo, porque é tempo mau.” (Am 5, 13) Neste tempo, todos em Gondolin viviam uma era de paz, e não se preocupavam com a ameaça de Morgoth, mesmo que a força deste crescesse fora da bem-aventurança do Reino Oculto e, mesmo neste cenário, Idril Celebrindal manteve o segredo sobre seus planos.

QUADRO 47: PRUDÊNCIA DE IDRIL MESMO EM TEMPOS DE PAZ

“Naquela época, os dias de Gondolin ainda eram cheios de alegria e paz; e ninguém sabia que a região em que se localizava o Reino Oculto havia sido finalmente revelada a Morgoth pelos gritos de Húrin [...] Idril Celebrindal, porém, era sábia e previdente; seu coração a perturbava com suspeitas, e pressentimentos iam encobrendo seu espírito como uma nuvem. Por esse motivo, nessa época, mandou preparar um caminho secreto, que deveria partir da cidade e, passando por baixo da planície, sair bem distante do outro lado das

muralhas, ao norte do Amon Gwareth. E conseguiu que a obra fosse do conhecimento de poucos, sem que nenhum rumor dela chegasse aos ouvidos de Maeglin.” (p. 308)

A prudência de Idril Celebrindal provou-se correta e a sombra em seu coração não estava lá sem fundamento; os dias de paz de Gondolin estavam contados. Mesmo com a imensa bravura do povo de Turgon, no dia do cerco de Gondolin, no dia em que as hostes de Morgoth tomaram a cidade de assalto a força enviada pelo Senhor do Escuro foi tão grande que Gondolin caiu. Entretanto, parte dos habitantes conseguiu escapar já que “a sabedoria do prudente está no cuidar do seu procedimento.” (Pr 14, 8a) Idril e os remanescentes de Gondolin conseguiram escapar a destruição da Cidade Sobre a Colina Escondida através do túnel que esta manteve em segredo, até mesmo de Maeglin - o que provou-se prudente, pois foi este que traiu Turgon e revelou a Morgoth a localização de Gondolin. Até mesmo na direção que o túnel tomara mostrou-se prudente, pois Idril o fez ser construído levando ao norte, à direção de Angmar, o último local onde seus inimigos esperariam que o povo de Gondolin escapasse.

QUADRO 48: RESULTADO DA PRUDÊNCIA DE IDRIL

“Então Tuor e Idril conduziram os remanescentes do povo de Gondolin que puderam arrebanhar na confusão do incêndio pelo caminho secreto que Idril havia construído. E dessa passagem os capitães de Angband nada sabiam, nem cogitavam que algum fugitivo que algum fugitivo seguisse por um caminho para o norte, na direção das regiões mais altas das montanhas e mais próximas de Angband.” (p. 309)

O próximo exemplo da virtude cardeal da fortaleza não centra-se nas atitudes de uma só personagem, mas em todo um povo. Gondolin, o Reino Escondido de Turgon não permaneceria assim eternamente. Morgoth, que através de Húrin havia descoberto a região em que Gondolin localizava-se, buscava encontrar a localização exata da cidade. Maeglin, sobrinho do rei, gostava de explorar as minas em busca de metais preciosos para sua forja; em uma de suas excursões deparou-se com uma comitiva de orcs e foi preso e levado até o Senhor do Escuro, que prometendo-lhe entregar Idril - filha de Turgon à qual Maeglin nutria sentimentos amorosos não correspondidos - conseguiu a localização tão desejada. Ao voltar à Gondolin, entretanto, Maeglin não contou a ninguém que a cidade corria perigo; desta

maneira todos - a exceção de Idril, como já visto acima - foram pegos de surpresa pelo ataque das forças de Morgoth. Mesmo nesta situação, em que encontravam-se perdidos, o povo de Gondolin não desfaleceu e mostraram-se valentes até o fim, lutando contra as forças mais numerosas de Angband. Assim como o povo de Gondolin, o povo de Israel também deparou-se com uma situação que deveria lutar para defender tudo o que dava valor: sua cidade, seu Deus e seu templo. Guiados por Judas, ergueram-se em armas e lutaram contra os seus invasores, como está narrado no Segundo Livro dos Macabeus:

“Entusiasmados por estas palavras de Judas, tão nobres e tão capazes de excitar a coragem e robustecer as almas dos jovens, decidiram os judeus não acampar, mas arrojaram-se para a frente, travar com valor a batalha e obter assim uma decisão, porque a cidade, a religião e o templo estavam em perigo.” (2Mc 15, 17)

QUADRO 49: CORAGEM DOS HABITANTES DE GONDOLIN

“Finalmente, no ano em que Eärendil completou sete anos, Morgoth considerou-se pronto e soltou sobre Gondolin seus balrogs, seus orcs e seus lobos. E com eles vieram dragões da linhagem de Glaurung, que agora eram muitos e terríveis. [...] Dos atos de bravura desesperada ali realizados pelos comandantes das Casas nobres e seus guerreiros, não sendo os de Tuor os menos importantes, muito está relatado em *A Queda de Gondolin*.” (p. 309)

Devido à desolação do norte e da destruição de Gondolin, aqueles que conseguiram escapar das forças de Morgoth se espalharam por Beleriand. Eärendil, um mortal filho de Tuor, filho de Huor e de Idril Celebrindal, e Elwing, sua esposa élfica decidiram então desafiar a sentença dos Valar e viajaram até Valinor e, diante do Círculo da Lei, clamaram pela ajuda dos Poderes do Oeste contra o Terror do Norte. Para julgar o caso de Eärendil, Manwë utilizou-se da justiça comutativa, que ordena a relação entre o todo e as partes envolvidas, buscando retribuir algo à alguém de acordo com sua importância dentro de um todo. O Julgamento da Viagem de Eärendil pode também ser visto na Sagrada Escritura:

“Estabelecerás juizes e notários em todas as cidades que o Senhor, teu Deus, te tiver dado, em cada uma das tribos, para que julguem o povo com equidade. Não farás curvar a justiça, e não

farás distinção de pessoas; não aceitarás presentes, porque os presentes cegam os olhos do sábio e destroem a causa dos justos. Deves procurar unicamente a justiça, para que vivas e possuas a terra que te dá o Senhor, teu Deus.” (Dt 16, 19-20)

Desta maneira, assim como o livro de Deuterônomo estabelece que os julgamentos devem ocorrer com equidade, sem curar a justiça às circunstâncias e importância social daqueles envolvidos na causa não fazendo distinção entre as pessoas, Manwë julga a causa de Eärendil.

QUADRO 50: JUSTIÇA DE MANWË EM RELAÇÃO A VIAGEM DE EÄRENDIL A VALINOR

“Diz-se entre os elfos que, depois que Eärendil se fora, em busca de sua mulher, Elwing, mandos falou a respeito de seu destino.

- Pisará um homem mortal em terras imortais e continuará vivo? - disse ele.

- Para isso foi ele trazido ao mundo - disse, porém, Ulmo. - Diga-me então se ele é Eärendil, filho de Tuor da linhagem de Hador, ou se é filho de Idril, filha de Turgon, da Casa élfica de Finwë.

- É indiferente - respondeu Mandos. - Os noldor, que exilaram por vontade própria, não poderão voltar para cá.

Entretanto, no final do debate, Manwë tomou a sua decisão.

- Nessa questão, o poder de decidir pertence a mim. O risco ao qual ele se expôs por amor às Duas Famílias não se abaterá sobre Eärendil, nem sobre Elwing, sua esposa, que correu o risco por amor a ele. Contudo, eles não voltarão a caminhar entre elfos ou homens nas Terras de Fora. E esta é minha sentença sobre eles: Eärendil e Elwing, bem como seus filhos, terão permissão cada um de escolher livremente a que família seus destinos serão vinculados, e de acordo com que família serão julgados.” (p. 317)

Morgoth, após derrotar todos os grandes príncipes dos Noldor, destruir os Reinos Ocultos de Nargothrond e Gondolin, e de dominar praticamente toda Beleriand, tornara-se confiante e orgulhoso em sua própria força e não esperava que ninguém ousasse desafiá-lo abertamente. Entretanto, este não esperava que a retaliação viesse do Oeste, pois nada sabia da viagem de Eärendil e de seu apelo aos Valar. Mas estes vieram, e com eles as hostes dos elfos que não deixaram Valinor com Fëanor e sua gente. Os elfos da luz demonstraram então a virtude da fortaleza, pois não deixaram de ir em auxílio daqueles que necessitavam, respondendo prontamente à convocação dos Valar a guerra. Esta é uma das características das virtudes da fortaleza, que garante-nos as forças para lutar contra o mal. Os Valar, então,

fizeram como Ezequias, quando este preparava-se para lutar contra Senaquerib, rei da Assíria e “colocou à frente do exército chefes militares; reuniu-os perto de si na praça da porta da cidade e exortou-os à coragem.” (2Cr 32, 6)

QUADRO 51: CORAGEM DOS VANYAR

“Diz-se, porém, que Morgoth não esperava o ataque que se abateu sobre ele, vindo do oeste; pois tamanho se tornara seu orgulho, que ele achava que ninguém jamais iniciaria uma guerra aberta contra ele. Além disso, acreditava que havia para sempre separado os noldor dos Senhores do Oeste; e que, satisfeitos com seu reino bem-aventurado, os Valar não mais dariam atenção ao domínio de Morgoth sobre o mundo lá fora. [...] No entanto, as hostes dos Valar se preparavam para o combate; e sob seus estandartes brancos marchavam os vanyar, o povo de Ingwë, e aqueles dos noldor que nunca tinham saído de Valinor, cujo líder era Finarfin, filho de Finwë.” (p. 319)

O último exemplo da virtude cardeal da fortaleza que temos em *Quenta Silmarillion* vem dos homens, daqueles que faziam parte das Três Casas dos edain. Diante da Guerra da Ira, na qual os Valar e suas hostes lutaram contra as forças de Morgoth e desolaram toda Beleriand, juntaram-se aos elfos da luz e aos noldor os homens, em mais um exemplo de sua virtude:

QUADRO 52: CORAGEM DOS EDAIN

“E aqueles poucos que restavam das três Casas de amigos dos elfos, Ancestrais dos homens, lutaram do lado dos Valar.” (p. 320)

A última ocorrência da virtude cardeal da justiça na narrativa tem lugar após a Guerra da Ira, na qual os Valar e seus exércitos saíram de Valinor e marcharam sobre Beleriand, pelejando com Morgoth auxiliados pelos elfos e homens que estavam sob sua opressão. Após a vitória dos Exércitos do Oeste e da recuperação das Silmarils Eönwë, arauto e mensageiro de Manwë, encontra-se com os filhos de Fëanor que ainda estão vivos: Maedhros e Maglor. Os Valar haviam julgado tudo que ocorrera desde o roubo das Silmarils e, então chegaram a um juízo. Eönwë apresenta-se então como símbolo da justiça, representando a decisão dos Valar sobre o destino do Juramento e daqueles ainda sujeitos à ele. À princípio, Maglor tendia a aceitar o julgamento dos Valar pois pensava em fazer “o que é bom e reto diante dos seus olhos, para que sejas feliz e possuas a terra que o Senhor jurou a teus pais dar-te.” (Dt 6,

18) Assim como o conselho dado por Moisés à Israel, em seu papel de mediador entre o povo e Deus. Entretanto Maedhros, seu irmão, aconselha-o e convence-o do contrário e juntos tomaram as Silmarils do acampamento de Eönwë e fugiram ambos com uma das Pedras. Seus destinos, porém, foram sombrios, pois os Valar retiraram seu direito de possuir as Silmarils e estes foram atormentados e sofreram grande dor até que Maedhros jogou-se em um abismo de fogo com sua Silmaril e Maglor jogou a sua Pedra no mar, passando o resto de sua vida perambulando pelas praias da Terra-média, cantando seu remorso.

QUADRO 53: JUSTIÇA DE EÖNWË

“Eönwë respondeu, porém, que o direito à obra de seu pai, que os filhos de Fëanor anteriormente possuíam, estava agora extinto, por causa de seus inúmeros feitos impiedosos, decorrentes da cegueira provocada pelo Juramento; e, acima de tudo, pelo assassinato de Dior e pelo ataque aos Portos. A luz das Silmarils deveria agora ir para o oeste, de onde no princípio viera. E a Valinor Maedhros e Maglor deveriam retornar, para lá aguardar o julgamento dos Valar, pois, somente por ordem expressa dos Valar, Eönwë entregaria as pedras que estavam sob sua responsabilidade. Nesse momento, Maglor com efeito desejou ceder, pois seu coração estava pesaroso.” (p. 322)

3.2.4. AKALLABËTH

O primeiro exemplo da virtude cardeal da prudência que temos na quarta parte da narrativa vem dos Valar e é direcionado aos dúnedain, descendentes dos edain que auxiliaram na luta contra Morgoth. Por sua bravura, estes homens foram contemplados com um novo território para habitar: Númenor, a Ilha do Ponente, além de outras dádivas como o prolongamento de suas idades para muito além daquelas dos homens comuns, assim como uma sabedoria e poder maiores do que estes. Contudo, cresceu no coração dos homens o medo da morte e estes começaram a buscar meios pelos quais pudessem prolongar os dias de sua vida. Os Valar, ao perceberem o perigo em tal busca, enviaram mensageiros aos dúnedain aconselhando-lhes prudência em relação a este desejo. A insensatez dos dúnedain era tamanha que os Valar, desejando o seu bem e não sua ruína, decidiram aconselhá-los de acordo com o versículo bíblico que diz: “ó simples, aprendei a prudência, adquiri a inteligência, ó insensatos.” (Pr 8, 5)

QUADRO 54: CONSELHO DE PRUDÊNCIA DOS VALAR AOS DÚNEDAIN

“_ De fato, o pensamento de Ilúvatar com relação a vocês não é do conhecimento dos Valar; e ele não revelou tudo o que está por acontecer - disseram então os Mensageiros. - Consideramos, porém, ser verdade que sua terra não é aqui, nem na Terra de Aman, nem em nenhum lugar dentro dos Círculos do Mundo. E o Destino dos Homens, de que deveriam partir, foi de início uma dádiva de Ilúvatar. Tornou-se um pesar para eles somente porque, tendo caído sob a sombra de Morgoth, pareceu-lhes que estavam cercados por uma enorme escuridão, da qual sentiam medo. E alguns se tornaram voluntariosos e orgulhosos, decididos a não ceder, até a vida lhes ser arrancada. Nós, que suportamos a carga sempre crescente dos anos, não entendemos isso com clareza, porém, se essa mágoa voltou a atormentá-los, como vocês dizem, então tememos que a Sombra surja mais uma vez e volte a crescer em seus corações; Portanto, embora vocês sejam os dúnedain, os mais belos dos homens, que escaparam da Sombra de outrora e lutaram bravamente contra ela, nós lhes dizemos: Cuidado! A vontade de Eru não pode ser contrariada. E os Valar recomendam com veemência que vocês não neguem a confiança que lhes é invocada, para que ela não volte a se tornar um vínculo ao qual se acharão presos. É melhor esperar que no final pelo menos os menores de seus desejos deem frutos. O amor por Arda foi posto em seus corações por Ilúvatar, e ele não planta sem propósito. Mesmo assim, muitas gerações de homens ainda não nascidos poderão passar antes que esse propósito seja conhecido. E a vocês ele será revelado, não aos Valar.” (p. 337-338)

Aqui temos um exemplo diferente de todos os outros apresentados até este ponto. Não se trata da prática da virtude, como temos visto, mas sim da falsificação e fingimento de tais hábitos. Sauron, o maior e mais terrível servo de Morgoth, por meio de sua astúcia, conseguiu escapar do destino de seu mestre. Fundou o centro de seu poder no reino de Mordor e lá construiu Barad-dûr, sua fortaleza sombria. O Númenorianos, grandes em seu poder e maiores ainda em sua soberba, decidiram pôr um fim à ameaça de Sauron à suas colônias na Terra-média e marcharam contra o Maia. Ele, vendo que a majestade e poder destes era maior do que supunha, finge se render e, em sua malícia, se passa por prudente e justo frente ao homens do Império do Poente, buscando assim submetê-los à sua vontade perversa por outros meios. Todavia, este não conseguiu convencer a todos os numenorianos com suabela aparência e falsos conselhos, pois “o hábito de praticar o mal não é sabedoria; o modo de agir dos pecadores não é prudência.” (Eclo 19, 19) Jesus, durante o seu ministério público acusou em vários a hipocrisia dos fariseus, escribas e mestres da lei, que apresentavam uma aparência virtuosa, mas não agiam de acordo com as virtudes de fato. Em um de seus discursos contra o farisaísmo, Jesus os alerta dizendo: “ai de vós, escribas e fariseus hipócritas! Sois semelhantes aos sepulcros caiados: por fora parecem formosos, mas por dentro estão cheios de ossos, de cadáveres e de toda espécie de podridão. Assim também vós: por fora pareceis justos aos olhos dos homens, mas por dentro estais cheios de hipocrisia e iniquidade.” (Mt 23, 27-28) Sauron, da mesma maneira dos fariseus da época de Jesus,

apresenta-se como algo belo, mas que esconde dentro de si perversão, morte e ruína. Aqueles que não se deixaram enganar por Sauron foram chamados de Fiéis, por permaneciam sujeitos à sabedoria dos Valar e ao culto à Eru Ilúvatar.

QUADRO 55: PERVERSÃO DAS VIRTUDES DA PRUDÊNCIA E JUSTIÇA POR SAURON

“E Sauron veio. Mesmo de sua poderosa torre de Barad-dûr veio ele, sem fazer nenhuma menção de combate. Pois percebia que o poder e a majestade dos Reis do Mar superavam tudo o que deles se dizia, de modo que não poderia confiar que mesmo os melhores de seus servos a eles resistissem. E viu que ainda não chegara a hora de fazer valer sua vontade com os dúnedain. E Sauron era astucioso, bem treinado para conquistar o que quisesse pela sutileza quando a força pudesse não lhe ser mais útil. Humilhou-se, portanto, diante de Ar-Pharazôn e controlou sua língua ferina. E os homens ficaram admirados, pois tudo o que ele disse parecia justo e prudente.” (p. 344-345)

Sauron conseguiu, em grande parte, voltar os corações dos homens de Númenor para a Sombra e criar uma inimizade entre estes e os elfos e Poderes do Oeste. Contudo, uma parte destes não se deixou seduzir pela falsa prudência e justiça na fala de Sauron. Amandil, temendo que as ações de Ar-Pharazôn contra Valinor tivessem consequências drásticas, instrui seu filho Elendil para que, em segredo, levasse as forças e posses para a Terra-média. Enquanto sua gente e aqueles Fiéis aos Valar escapavam para a Terra-média, o próprio Amandil tinha outros planos: navegaria em segredo para as Terras Imortais e implorar a clemência dos Valar em face aos pecados cometidos os Poderes do Oeste. Desta maneira, Amandil revela-se prudente, pois reconhecendo o bem da razão, aconselha seu filho a salvar-se, no caso de sua jornada revelar-se infrutífera. Elendil, seu filho, observa o conselho de seu pai e mostra-se também prudente. Sobre Elendil é seguro direcionar o mesmo louvor que recebe Salomão no Segundo Livro das Crônicas, quando recebe de Hiram, rei de Tiro uma carta na qual diz: “Bendito seja o Senhor, Deus de Israel, que fez os céus e a terra, que deu ao rei Davi um filho sábio, inteligente e prudente, que vai construir um templo ao Senhor, assim como um palácio real.” (2Cr 2, 11c) Elendil é este filho sábio, inteligente e prudente que tem como missão construir na Terra-média um reino que traga para as Terras de Cá algo da bem-aventurança resultante da relação daqueles nobres homens de Númenor com os Poderes do Oeste.

QUADRO 56: PRUDÊNCIA DE AMANDIL

“_ Ele não pode se tornar conhecido - respondeu Amandil. - Prepararei minha viagem em segredo, e navegarei para o leste, para onde diariamente partem embarcações de nossos portos. Depois, como o vento e a oportunidade permitam, darei a volta, pelo sul ou pelo norte, para o oeste, em busca do que puder encontrar. Mas a você, meu filho, e à sua gente, aconselho que preparem outras naus e que nelas ponham todas aquelas coisas das quais seu coração não conseguir se afastar. E, quando as naus estiverem prontas, fiquem no porto de Rómenna e façam circular entre os homens a notícia de que pretendem, quando chegar a hora, me acompanhar para o leste. Amandil já não é tão caro a nosso parente no trono, a ponto de deixá-lo muito triste se procurarmos ir embora por um tempo ou para sempre. Porém, não deixe que se perceba que você pretende levar muitos homens, ou ele ficará perturbado, por causa da guerra que agora trama, para a qual necessitará de todas as forças que possa reunir. Procure os Fiéis que ainda são reconhecidamente leais e faça com que se juntem a você em segredo, se estiverem dispostos a ir com você, e a partilhar seu intento.” (p. 351)

3.2.5. DOS ANÉIS DE PODER E DA TERCEIRA ERA

A última parte do livro nos apresenta três exemplos da virtude cardinal da prudência. O primeiro deles vem dos elfos. Gil-galad, sucessor de Círdan, permaneceu na Terra-média mesmo após a queda de Morgoth e a destruição de Beleriand e com ele permaneceu Elrond, o meio-elfo, filho de Beren e Lúthien. Como visto acima, após a Guerra da Ira, Morgoth foi expulso de Arda para o Vazio, mas seu lugar-tenente Sauron conseguiu escapar. Tomando então para si uma aparência bela e sábia, Sauron se transformou em Annatar, o Senhor dos Presentes, e desta maneira tentava influenciar e dominar todos os outros seres da Terra-média; desejava acima de tudo dominar os elfos, pois estes eram o que possuíam maior poder. Todavia, Gil-galad, senhor de Lindon, e Elrond desconfiavam de sua aparência e, mesmo sem saber quem era na realidade, adotaram uma postura prudente frente a este forasteiro poderoso que buscava aconselhá-los pois, sendo prudente, desconfiavam de sua aproximação, sua aparência e suas promessas (cf. Eclo 9, 21)

QUADRO 57: PRUDÊNCIA DE GIL-GALAD EM RELAÇÃO À SAURON

“Sauron descobriu que os homens eram os mais fáceis de influenciar dentre todos os povos da Terra; mas por muito tempo procurou convencer os elfos a lhe prestarem serviços, pois sabia que os Primogênitos tinham maior poder. E andava livremente em meio a eles, e sua aparência ainda era de alguém belo e sábio. Somente a Lindon não ia, pois Gil-galad e Elrond duvidavam dele e de sua bela aparência; e, embora não soubessem quem ele era na realidade, não admitiam sua entrada naquele território.” (p. 365)

Entretanto, outros elfos o recebiam e de fato aprenderam muito com ele, pois no início antes do tempo Sauron era um dos Maia de Aulë e conservou muito de seu conhecimento nas

artes da forja e do trabalho com minerais e pedras. Sauron ensinou aos elfos de Eriador a fazer Anéis de Poder e Celebrimbor, filho de Curufin, filho de Fëanor, era o maior ferreiro dentre estes. Após forjarem juntos os Sete Anéis dos Anões e os Novo dos Homens, Celebrimbor, suspeitando das intenções de Sauron, forjou três Anéis sem o conhecimento de Sauron pois “o homem prudente oculta sua sabedoria; o coração dos insensatos proclama sua própria loucura.” (Pr 12, 23). Quando este forjou o Um e colocou-o em seu dedo, logo os elfos perceberam suas reais intenções e, por Sauron não ter havido maculado os Anéis Élficos, este nunca os pode dominar. Em Celebrimbor cumpre-se o que é lido no livro dos Provérbios, que afirma que “todo homem prudente age com discernimento.” (Pr 13, 16a)

QUADRO 58: PRUDÊNCIA DE CELEBRIMBOR

<p>“Os elfos, entretanto, não se deixariam apanhar com tanta facilidade. Assim que Sauron pôs o Um Anel no dedo, eles se deram conta dele, reconheceram-no e perceberam que ele queria ser senhor deles e de tudo o que eles criavam. Então, enfurecidos e cheios de medo, recolheram seus anéis. Sauron, porém, descobrindo-se traído e vendo que não conseguira enganar os elfos, enfureceu-se. [...] No entanto, Sauron não conseguiu descobri-los, pois eles haviam sido entregues nas mãos dos Sábios, que os ocultaram e nunca mais os usaram abertamente enquanto Sauron manteve o Anel Governante. Portanto, os três permaneceram imaculados, pois foram forjados somente por Celebrimbor, e a mão de Sauron nunca os tocou.” (p. 367)</p>
--

Existem três exemplos da virtude cardeal da fortaleza na quinta parte da narrativa fantástica de Tolkien. O primeiro destes trata da fortaleza dos anões, criações de Aulë. Depois da queda de Morgoth e da destruição de Angband - junto com todo o norte da Terra-média, Sauron conseguiu escapar do destino de seu mestre. Reunindo suas forças, coloca em prática seu plano para dominar todos os povos da Terra-média; e, junto a Celebrimbor, descendente de Fëanor, forja os Anéis de Poder, dos quais sete entregou para os Senhores dos Anões. Com tais Anéis, Sauron pretendia subjugar a vontade de seus portadores à sua. Dos anéis entregues aos homens, Sauron conseguiu escravizá-los a todos; dos Anéis élficos, Sauron não os tocou e não conhecia de seu paradeiro. Dos Anéis de Poder entregue aos anões, Sauron também não obteve resultado pois estes provaram-se valorosos e fortes, e não abriam mão de sua razão sob o uso da força. Demonstravam assim mais um exemplo da fortaleza, que através da perseverança, permaneceram livres do domínio do novo Senhor do Escuro:

QUADRO 59: FORTALEZA DOS ANÕES

<p>“Os anões, de fato se provaram resistentes e duros de domar. É que eles não suportam o domínio de outros; e é difícil descobrir o que se passa em seus corações; além disso, não podem ser transformados em sombras.” (p. 368)</p>

O próximo exemplo de virtude também se relaciona com Sauron. Diante da força de Sauron, Gil-galad, senhor élfico de Lindon, e Elendil, da casa de Amandil, que sobreviveu a queda de Númenor, decidem formar uma última aliança entre homens e elfos. Estes, e toda a imensa multidão que responderam à sua convocação demonstram assim, mais uma vez, a virtude da fortaleza que, em seu estado de prontidão frente ao mal, decide atacá-lo. Desta vez o exemplo da virtude encontra-se concomitantemente em ambos os Filhos de Ilúvatar: tanto nos elfos quanto nos homens.

QUADRO 60: CORAGEM DE GIL-GALAD E ELENLIL

<p>“Ora, Elendil e Gil-galad examinaram juntos a questão, pois perceberam que Sauron se fortalecia demais e derrotaria todos os inimigos, um a um, se eles não se unissem para enfrentá-lo. Criaram portanto aquela liga que é chamada de Última Aliança, e marcharam para o leste, para o interior da Terra-média, reunindo um imenso exército de elfos e homens.” (p. 374)</p>
--

O último exemplo da virtude cardinal da prudência encontra-se na narrativa sobre Mithrandir, conhecido pelos homens como Gandalf. No final da Segunda Era, com a derrota parcial de Sauron, os Valar enviaram de Aman à Terra-média cinco Maiar com o objetivo de auxiliarem os povos livres em sua luta contra o novo Senhor do Escuro. Deste cinco, dois foram para o Leste e nunca mais se ouviu falar neles; os outros três permaneceram no Oeste da Terra-média e eram eles Saruman, o Branco; Gandalf, o Cinzento; e Radagast, o Marrom. Gandalf revelou-se o mais virtuoso dos três, principalmente nas virtudes do conselho e da prudência. Gandalf revela-se prudente a partir do resultado suas atitudes, pois “é com a prudência que empreenderás a guerra e a vitória depende de grande número de conselheiros.” (Pr 24, 6)

O último exemplo de fortaleza encontra-se também em Gandalf, o Mithrandir. Este, enviado pelos Valar para auxiliar na luta contra Sauron, exerce um papel fundamental nas

outras duas obras de Tolkien: *O Hobbit* e *O Senhor dos Anéis*. Em sua menção em *O Silmarillion*, Gandalf é descrito possuindo duas virtudes cardeais: a prudência e a fortaleza. No que concerne sua virtude da fortaleza⁴¹, essa revela-se em sua bravura e sua vigilância.

QUADRO 61: PRUDÊNCIA E FORTALEZA DE GANDALF

“Ora, todos esses feitos foram realizados em grande parte graças aos conselhos e à vigilância de Mithrandir; e nos dias finais revelou-se que ele era um senhor digno de enorme reverência; e, trajado de branco, entrou em combate.” (p. 388)
--

⁴¹Gandalf recebeu Narya, o Anel de Fogo, de Círdan assim que chegou aos portos cinzentos, pois este percebeu que o Istari tinha uma grande missão pela frente. Este era um dos Anéis de Poder dos elfos e possuía o poder de renovar as forças nos corações. Nenyà, o Anel da Água pertencia à Galadriel; e Vilya, o Anel do Ar pertencia à Gil-galad, passando à Elrond após a morte deste.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Silmarillion pode ser descrito como a narrativa de mundos aparentemente distintos mas que, entretanto, encontram-se de maneira ímpar. Estes mundos - *Faërie*, o Reino Encantado -, e o mundo do Cristianismo fundem-se na própria constituição da história fantástica construída por J. R.R. Tolkien. Essa pesquisa se desenvolveu através de um caminho no qual buscamos entender o papel e o local do gênero literário fantástico e sua influência pelo discurso religioso, relacionando-o com outro gênero literário: o gênero bíblico. Para tal fim, trilhamos as veredas que nos auxiliaram a compreender de que maneira tais implicações morais e religiosas podem se dar de maneira inconsciente e como estas se manifestam em uma obra literária. Apoiado na sólida filosofia teológica Católica, por meio da escola tomista e dos conceitos de virtudes cardeais, foi possível encontrar suas manifestações dentro da obra literária, encontrando também exemplos dentro da Bíblia que podem ser comparados àqueles do livro. Como resultado da pesquisa, podemos constatar que *O Silmarillion*, do autor inglês J. R. R. Tolkien, pode ser lido como o gênese das virtudes de seu universo fantástico.

Um meio frequente de significação literária é o símbolo e, por conseguinte, este é abundantemente encontrado naquelas obras literárias nas quais é possível identificar algum viés ideológico-religioso; mesmo que este esteja oculto sob significações e simbolismos aparentemente destituídos de qualquer simbolismo religioso. Entretanto, na presente pesquisa não nos prendemos à simples análise simbólica dos elementos presentes na narrativa fantástica de Tolkien, mas antes buscamos entender de maneira crítica como as convicções e crenças pessoais do autor, tão presentes em sua vivência pessoal, profissional e literária, influenciaram suas obras.

Tal influência também não é mera especulação, já que o próprio autor reconhece, em uma de suas cartas à um leitor, a influência dos valores cristãos e católicos em sua obra, religiosidade esta que é absorvida pela história em si mesma e em seus símbolos. Outra afirmação que acompanhou a análise desta pesquisa é a de que sua obra tornara-se católica não por intenção, mas por força de seu inconsciente. A partir da fortuna crítica na qual embasou-se essa pesquisa, podemos afirmar que o simbolismo tem por vezes sua origem no

inconsciente do autor, de onde surge como uma força de significação maior do que inicialmente imaginado. Os símbolos, junto ao inconsciente do autor, caracterizam-se por sua enorme capacidade de agrupar significados, apresentando-se dentro da literatura de diversas maneiras.

O *Fantástico Cristão*, comum meio de expressão literária utilizada pela Igreja como meio de disseminação de sua ideologia, possuiu durante toda a história manifestações diferentes. A hagiografia; o gênero profético; o gênero apocalíptico; o teatro moralizador e os relatos de sonhos fantásticos são apenas alguns exemplos desse gênero. A partir dos resultados da pesquisa, todavia, podemos ver que as influências religiosas na literatura não ficaram confinadas na Idade Média, mas fazem-se presentes em nossa contemporaneidade.

Tolkien, escritor habilidoso e católico devoto - por vezes até fundamentalista -, é um dos responsáveis de trazer ao hoje a religiosidade em sua expressão literária. Porém, tal expressão literária fantástica cristã não se dá de maneira explícita nem alegórica. A religião na narrativa tolkieniana apresenta-se de maneira velada, simbólica e sutil. Para Tolkien, os melhores exemplos de literatura são aqueles que nos levam a refletir sem serem apelativos; e todos os bons contos de fadas - as boas histórias fantásticas - possuem em si a capacidade de nos transpor à maior história de todas: O Evangelho de Jesus Cristo.

A Sagrada Tradição e a Sagrada Escritura aconselham e incentivam a prática de uma vida cristã exemplar, seja por meio dos exemplos dos Santos e Mártires da Igreja, no primeiro; seja através da imensa coleção de ensinamentos presentes na Bíblia. De qualquer maneira, ambas as fontes apontam para um mesmo caminho: a prática das virtudes. Estas, por sua vez, são todos os atos ordenados e devidos da razão, que implicam um certo grau de bondade e que dispõem-se segundo a natureza racional da alma humana. As virtudes são, então, hábitos bons, que almejam o ordenamento e aperfeiçoamento das ações humanas, dirigindo-as para a perfeição de intenção e das atitudes; e acima de todas as virtudes humanas estão as virtudes cardeais. Estas, apresentadas no Livro da Sabedoria, são o centro no qual todas as demais virtudes se agrupam.

Prudência. Justiça. Fortaleza. Temperança. As quatro virtudes básicas para se ter uma vida direcionada ao bem da razão poderam ser encontradas n' *O Silmarillion* em diversas situações. Estivessem elas aparecendo em momentos de grande tensão, onde uma decisão

deve ser tomada ou um grande mal resistido; seja na constituição própria das personagens, que tem em si as virtudes de modo admirável; seja ainda em situações corriqueiras, nas quais o caminho da virtude se revela mais como um hábito do que uma escolha momentânea.

A *prudência* caracteriza-se como a virtude que nos direciona ao bem, levando em conta para isso a consideração da razão. Durante a narrativa foi possível identificar essa virtude por vinte e cinco vezes, sendo também possível encontrar exemplos desta virtude dentro da Sagrada Escritura. A virtude da prudência na narrativa apresentou-se por meio de conselhos, de atitudes cautelosas, de ponderações entre o bem e o mal, o certo e o errado, em realizar o devido para manter-se fiel ao bem da razão.

A *justiça* mostra-se como a virtude que nos seus atos observa o bem, relativo ao devido e ao reto entre os iguais. Dentro do texto literário de Tolkien esta virtude também se fez presente, seja simbolizada em vários personagens - principalmente no Vala Mandos, símbolo desta virtude, seja das várias atitudes das personagens, que precisavam tomar alguma decisão e para tal usaram o bem da razão como juiz, assim como visto na Bíblia. Esta, por sua vez, apresenta a virtude da Justiça como um dos hábitos mais louváveis e como um dos principais responsáveis pela felicidade, pois através de uma vida justa o homem aproxima -se de seu criador, que é chamado de Justo Juiz (cf 2Tm 4, 8).

A *fortaleza* é a virtude que nos dá a firmeza de ânimo contra quaisquer paixões, para que não recuemos naquilo que mostra-se racional, e portanto, bom. Dentro da narrativa, esta virtude, ao lado da virtude cardinal da prudência, também destaca-se, pois trata daquela força que nós é necessária e nos faz resistir ao mal; força esta presente através dos Textos Sagrados e da vida cristã como um todo. Assim como na vida cristã, a virtude da fortaleza na narrativa de Tolkien é responsável por animar Valar, Elfos e Homens igualmente em sua luta contra o Mal, real e que age livre e abertamente na realidade.

Por fim, a *temperança*, por sua vez, configura-se como a virtude responsável por coibir as paixões sensíveis que nos impelem à algo contrário à razão, as reprimindo. Dentro do texto de Tolkien, essa virtude foi a que mais se fez presente de maneira indireta, sendo a humildade - virtude aplaudida dentro da narrativa bíblica a virtude que permeia todo o fluxo narrativo. Os exemplos desta virtude que foram encontrados no texto centram-se

principalmente nos Ainur, criaturas angelicais criadas por Eru Ilúvatar, o Único, para o auxiliar em sua criação: Eä, o Mundo que É.

Desta maneira, podemos então afirmar o caráter religioso das obras de Tolkien, especialmente sua narrativa fantástica *O Silmarillion*. Esta obra, constituída como o Gênesis de seu Universo Fantástico, mostra-se também como o gênese da virtude em seus personagens - já que sua narrativa não se finda nos relatos deste livro, mas continuam em suas outras obras, onde da mesma maneira podemos enxergar a religiosidade velada característica da literatura de Tolkien. Esta narrativa apresenta também extenso campo de análise comparativa com outro texto de imensa importância na vida do autor: a Bíblia. Como católico, Tolkien possuía uma ligação clara com a Sagrada Escritura, assim com os valores da Tradição Católica, tão avidamente seguidos por este. Dentro de suas obras, e aqui fala-se especificamente do *Silmarillion*, Tolkien expressou toda a sua religiosidade, a qual adquiriu de sua mãe, de seu tutor e de sua própria relação pessoal com a Palavra, com os Sacramentos e com a Santa Igreja Romana, através das personagens e das situações enfrentadas por estas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Corpus Literário

BÍBLIA, Português. 2012. *Bíblia Católica do Jovem*. São Paulo: Ave-Maria.

TOLKIEN, John Ronald Reuel. 2011. *Silmarillion*. São Paulo: wmf martins fontes.

Fundamentação Teórica

ALMEIDA, Eliana. 2000. *Discurso religioso: um espaço simbólico entre o céu e a terra*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. Dissertação de Mestrado.

ALTER, Robert; KERMODE, Frank. 1997. *Guia Literário da Bíblia*. São Paulo: Editora Unesp.

AQUINO, Santo Tomás de. 2016. *Suma Teológica Ia Iae & Ila Iae*. São Paulo: Editora Ecclesiae.

ARANTES, Judith Tonioli. 2016. *Fantasy e Mito em O Silmarillion de J.R.R. Tolkien*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie. Tese de Doutorado.

BRANDÃO, H. H. N. 2004. *Introdução a Análise do Discurso*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

CAMBOIM, Aurora & RIQUE, Julio. 2010. *Religiosidade e Espiritualidade de Adolescentes e Jovens Adultos*. Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, Ano III, n. 7, Mai. 2010 - ISSN 1983-2850

CASEY, Damien. 2004. *The Gift of Ilúvater: Tolkien's Theological Vision*. Sydney: The Australian eJournal of Theology (AEJT).

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. Disponível em: <https://goo.gl/kzbJNz>.

CAWELTI, John G. 1976. *Adventure, Mystery, and Romance: Formula Stories as Art and Popular Culture*. Chicago: Chicago UP.

CIECELSKI, Luana Daniela. 2017. *Uma leitura dos arquétipos nas personagens da narrativa literária Harry Potter de J. K. Rowling*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação; XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – Caxias do Sul - RS

- DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral. 2011. *Religião e Política: ideologia e ação da “Bancada Evangélica” na Câmara Federal*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tese de Doutorado.
- ELIADE, Mircea. 1979. *Imagens e Símbolos*. Lisboa: Arcádia.
- ESCAFANELLA, Célia Maria. 2006. *Literatura Infanto-juvenil Brasileira e Religião: Uma Proposta de Interpretação Ideológica da Socialização*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tese de Doutorado.
- FRYE, Northrop. 1982. *Código dos códigos: a Bíblia e a literatura*. Tradução de Flávio Aguiar. São Paulo: Boitempo.
- _____. 2014. *Anatomia da Crítica*. Tradução Marcus de Martini. São Paulo: E Realizações.
- JUNG, Carl Gustav. 1964. *O Homem e seus Símbolos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- _____. 2008. *O Eu e o Inconsciente*. Petrópolis: Vozes.
- _____. 2014. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. Petrópolis: Vozes.
- MORRIS, Michelle. 2012. *J.R.R. Tolkien, the Influence of Christianity, and Symbolism in The Lord of the Rings*. Tennessee: Rhodes College.
- NASCIMENTO, Fabiana Alves. 2016. *Do Riso à Materialização de Ideologias: O Funcionamento Discursivo das Piadas do Facebook*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe. Dissertação de Mestrado.
- NOGUEIRA FILHO, Carlos Alberto. 2013. *Dimensões do Fantástico e Aventuras da Tradução em The Lord of the Rings, de J. R. R. Tolkien*. Goiânia: Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Dissertação de Mestrado.
- ROCHA, Paulo Roberto; ALBERTUNI, Carlos Alberto; ESPÍNDOLA, Arlei. 2010. *As Virtudes no Pensamento de Santo Tomás de Aquino*. Londrina: VIII Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas.
- TOLKIEN, John Reuel Ronald. 2006. *As cartas de J.R.R. Tolkien*. Curitiba: Arte & Letra.
- _____. 2014. *A Árvore e a Folha*. São Paulo: Martins Fontes
- WHITE, Michael. 2016. *J.R.R. Tolkien O Senhor da Fantasia*. Rio de Janeiro: Darkside books.
-